



# Anais da Assembléia

Nº 161

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 251ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1977

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Cabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Tranajo Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, confore avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 74/76, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, à Sua Excelência Reverendíssima DOM ROMEU ALBERTI, Bispo Diocesano de Apucarana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 252ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio

Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em nossa Capital, do Senhor ARMANDO LISSA.

Uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) ADALBERTO DAROS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. JAIME WARLING, ocorrido ontem, no Município de Enéas Marques.

Da decisão da Casa, dê-se ciência ao Sr. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Enéas Marques, e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata de voto de regozijo pelo transcurso do 25o. Aniversário do Município de Peabiru.

Pede-se, ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata de voto de regozijo ao Paraguai Futebol Clube, agremiação esportiva de Paranaguá, que se sagrou campeão de Amadores do Paraná, título alcançado no último dia 03 de dezembro.

Para realçar o fato, é de dizer-se que desse campeonato participaram cerca de quatrocentos times de futebol, classe amador, de nosso Estado.

Mas, esse regozijo deve ser estendido, também, ao Sr. JUSTO ALMADA, presidente da agremiação, que é o verdadeiro responsável pela láurea alcançada pelo Paraguai Futebol Clube. O Sr. Justo Almada, aliás, já mereceu o reconhecimento do povo parnanguara, pelo seu incansável trabalho em favor do esporte, e igualmente de outros setores da comunidade, que lhe outorgou o título de "Cidadão Honorário" do Município.

Pede-se, também, que a decisão do Plenário seja comunicada ao Sr. Justo Almada, que é adido comercial e cultural do Paraguai em Paranaguá, bem como à Câmara de Vereadores do Município.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos, um voto de congratulações pelo 25º aniversário de instalação do Município de Jandaia do Sul, que será comemorado no próximo dia 14 do corrente mês.

Jandaia do Sul, é um dos municípios que vem apresentando significativo crescimento dentro do cenário de nosso Estado, destacando-se todos os setores, quer econômico-social, quer político-cultural.

Assim, é com real satisfação que todo o Paraná rejubila-se pela passagem do 25º aniversário de fundação desta expoente comuna, razão pela qual estamos propondo a presente manifestação desta Casa, constituída de legítimos representantes do povo paranaense, solicitando-se que deste pronunciamento recebam comunicação os Poderes Executivo e Legislativo daquele município.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a inserção em ata, de um voto de congratulações ao Clube "Paraguai", de Paranaguá, pela brilhante conquista do título de campeão do VIII Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada "Bamerindus", após renhida e espetacular decisão. A homogênea equipe, entusiasticamente presidida pelo Sr. Justo Eris Almada Insrán, com a festejada conquista, provoca justas manifestações de júbilo em Paranaguá e no litoral paranaense, servindo o título obtido como fonte de estímulo ao futebol amador.

Comungando dos sentimentos de regozijo que toma conta de Paranaguá, o Deputado signatário, ao enaltecer o feito do "Paraguai", cumprimenta efusivamente os atletas campeões e louva a direção segura imprimida pelo Sr. Justo Eris Almada Insrán e seus companheiros de Diretoria, na certeza da elevada contribuição que emprestaram ao êxito da equipe.

Aprovado o requerido, solicita o Autor seja a decisão da Casa comunicada ao Clube homenageado, na pessoa de seu Presidente, Sr. Justo Eris Almada Insrán, com endereço em Paranaguá.

Também que se dê conhecimento à Câmara Municipal de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, da "Carta de Curitiba", originária do Painel de Direito Penal e Processual Penal que, sob os auspícios do Departamento de Direito Penal e Processual Penal da UFPR, Instituto dos Advogados do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná e Instituto Brasileiro de Ciências Penais - Seção do Paraná, realizou-se em nossa Capital de 1º a 3 de dezembro próximo passado.

Pede-se, ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada às entidades promotoras do Painel, através de manifestação de regozijo pela realização do certame e, principalmente, pelas oportunas e lúcidas conclusões aprovadas, as quais assinalam os compromissos do direito penal e do direito processual penal com o Estado de Direito.

Requer-se, por fim, que a decisão da Assembléia Legislativa e a "Carta de Curitiba" sejam dadas a conhecer à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, por onde tramitará, no próximo ano, o Projeto de Lei número 633/75, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o novo Código de Processo Penal.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a manifestação desta Casa junto à Secretaria de Segurança e ao "Jornal do Brasil", consubstanciado em "Moção de Solidariedade" ao jornalista LUIZ MANFREDINI PASSOS, vítima de arbitrariedades por parte de policiais no sábado último.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Presidente da Telepar, Dr. Renato Antônio Johnsson, no sentido de estudar a viabilidade de instalação de um posto de serviço de telefonia, no km 90, da BR-277, trecho Palmeira-Irati, localidade Colônia Maciel, Município de Palmeira. (Posto Woinarovicz & Barauce).

Justifica-se o presente pedido, com o fato de se tratar de um posto de abastecimento, bar, restaurante e serviço de reparações de veículos, com socorros mais urgentes, como ainda de um núcleo populacional onde se concentram ruralistas do município que irão também se beneficiar desses serviços.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.

(a) LINEU TURRA

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 176/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 116 da Lei número 6.636, de 29 de novembro de 1974, fica acrescido de inciso X, com a seguinte redação:

"Art. 166 - ...

X - 6.262 (seis mil duzentos e sessenta e dois) cargos de servente nível 1."

Art. 2º - O artigo 122 daquela mesma Lei fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 122 - ...

Parágrafo único - Os cargos criados no inciso X do art. 116, desta Lei, serão providos por ato do Governador do Estado, em substituição ao atual Quadro de Pessoal Suplementar (P.S.), assegurado o aproveitamento de todos os seus atuais

ocupantes, bem como a percepção da diferença existente a mais entre a remuneração atual e o nível 1 da Tabela de Vencimentos dos servidores públicos estaduais, até que o valor dessa remuneração seja absorvido pelo vencimento básico do funcionário assim classificado.

Art. 3º — As despesas decorrentes com esta lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme correspondência que recebemos do Senhor Secretário de Recursos Humanos, o Quadro de Pessoal da Parte Suplementar, abrigando atualmente 6.262 ocupantes, encontra-se em extinção.

Embora seja pensamento do Governo efetuar a transposição desse pessoal para o regime C.L.T., existem alguns obstáculos impedindo esse objetivo.

O mais sério deles é a inviabilidade do aproveitamento daqueles que contam com mais de 60 (sessenta) anos de idade.

Passando para o regime estatutário, essa barreira estará vencida e os interessados poderão alcançar o benefício da aposentadoria por velhice.

Ao mesmo tempo, terão assegurados vencimentos não inferiores ao salário-mínimo, diante dos valores fixados por ocasião do último aumento de vencimentos do funcionalismo público estadual.

Por outro lado, se alguns deles percebem mais do que o valor atribuído ao nível 1, terão assegurada a percepção dessa diferença até sua absorção.

O presente projeto de lei poderá ser aprimorado pelas duntas Comissões desta Casa ou mesmo ser encampado pelo Governo do Estado, em mensagem elaborada pelos seus assessores, inclusive com dados mais precisos da Secretaria de Recursos Humanos, à qual está afeto esse angustiante problema.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Vimos, mais uma vez, à presença de nossos ilustres Pares, a fim de que, em complemento a nosso pronunciamento anterior sobre a colocação de “protetores” às margens das vias servidas pelos ônibus expressos, em Curitiba, fornecer novos elementos às autoridades responsáveis no tocante à matéria enfocada, aprimorando a idéia inicial. A nossa intenção primordial é oferecer a segurança que se faz necessária à nossa população.

Naquela oportunidade, destacamos a colocação dos “protetores” apenas nas calçadas.

Em verdade, analisando-se com maior profundidade o problema, entendemos que, por razões de ordem técnica, talvez não fosse aconselhável a sua colocação em alguns pontos da cidade, e, então, nesses locais seria conveniente a construção de passagens subterrâneas.

Considerando que o ônibus expresso através das canaletas tem a finalidade de substituir o metrô, por isso, a construção das passagens subterrâneas não representa nada no custo em relação àquela obra de grande relevância e valor: “será uma gota d’água no oceano”.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a viabilidade de toda a nossa sugestão, inclusive a construção das passagens subterrâneas, que, pela sua importância, terão um reflexo positivo junto à nossa população”. E, por isso, vou encaminhar um requerimento, anexando o presente pronunciamento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja encaminhado às autoridades abaixo relacionadas, cópia de inteiro teor do pronunciamento feito pelo requerente em sessão plenária nesta data, e do qual anexa uma cópia ao presente.

Secretário de Estado da Segurança

Prefeito Municipal de Curitiba

Diretor do Departamento de Trânsito da Capital

Presidente do I.P.P.U.C.

Comandante da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.”

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Norte do Paraná viveu ontem, um dos seus dias de grande importância. E isto, graças a Deus, vêm acontecendo há vários meses. São obras entregues pelo nosso Governo, são realizações que são evidenciadas em todo o Estado do Paraná.

E ontem, foram entregues dois trechos de estradas asfaltadas, numa demonstração inequívoca que o Governo do Estado do Paraná vêm se preocupando em todos os setores de atividades, e muito principalmente, no setor de construção de estradas asfaltadas.

Inaugurou-se ontem, o trecho que liga Bela Vista do Paraíso a Alvorada do Sul; e pasmem os Srs. Deputados, que tivemos a oportunidade de percorrê-lo integralmente, e verificar a existência da construção de excelente rede de asfalto, asfalto considerado de primeira classe, já com seu acostamento totalmente em dia, totalmente em ordem.

E um fato pitoresco ocorreu durante a inauguração da estrada Bela Vista do Paraíso-Alvorada do Sul:

Os descontentes, aqueles que sempre olham pelo lado negativo das coisas, haviam prometido que percorreriam, a pé, o trecho, caso o asfalto fosse realmente realidade; e, numa verdadeira festa, num verdadeiro euforismo, ontem, um dos mais antigos moradores de Alvorada do Sul, ex-Prefeito Municipal, percorreu, a pé, os 20 e tantos quilômetros que distam de Bela Vista do Paraíso a Alvorada do Sul. E não foi somente ele a realizar tal façanha, cerca de 100 pessoas fizeram questão de saírem a pé, às 3,00 horas da madrugada, para, às 10,00 horas da manhã, aportarem na cidade de Alvorada do Sul. Foi uma festa belíssima, numa demonstração de que, aqueles que percorreram a pé o citado trecho, não o fizeram, em atitude de desafio, mas sim, pensando, mais, em dar uma demonstração da alegria pelas grandes dificuldades que sempre tiveram ao percorrer este trecho, hoje, finalmente, superadas.

Outro trecho que também foi asfaltado e entregue ontem: Centenário do Sul a Porecatu, com um asfalto também, diga-se de passagem, de excelente qualidade.

Não sei onde se pode criticar um Governador, dizendo estar ele construindo asfaltos “casca de ovo”!

Creio, Srs. Deputados, que, após esta inauguração, podemos considerar mais do que certo aquele adágio popular que diz “o pior cego é aquele que não quer ver”. O asfalto está aí, excelente, extraordinariamente belo e bem feito.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de, nesta oportunidade, já que a situação assim o permite, de deixar aqui consignado, em meu nome e em nome das comunidades que temos a honra de representar, os nossos mais efusivos cumprimentos ao Sr. Governador do Estado, pela maneira magnífica com que vem conduzindo os negócios do nosso Estado, eis que, construções de estradas deste padrão, merecem, sem dúvida nenhuma, o registro da nossa admiração e do nosso agradecimento, ao Sr. Secretário dos Transportes, Doutor Osires Stenghel Guimarães, e ao nosso eminente Governador do Estado, que tem dado uma demonstração de que lidera hoje, sem dúvida alguma, uma

posição privilegiada entre todos os Governadores do nosso Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Enquanto com justa razão o ilustre Deputado Rosário Pitelli, que nos antecedeu nesta tribuna, estava elogiando o Governador do Estado do Paraná, pelas obras realizadas no Estado, principalmente os trechos construídos sob a responsabilidade do Estado, por outro lado, nós estamos ocupando a tribuna na tarde de hoje, para dizer que se ocorre com o Governo do Estado do Paraná na construção e no melhoramento das estradas asfaltadas do Estado do Paraná, lamentavelmente, o mesmo não ocorre com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, através do Ministério de Transportes. Acredito, pelo menos, a metade dos Deputados desta Casa, tanto no mandato passado, como neste mandato, têm criticado, com veemência as condições precárias que se encontra a chamada Rodovia do Café; uma rodovia construída em 1965 e que foi inaugurada em julho de 1965, com mais de 12 anos de existência; uma rodovia que tinha e tem, como finalidade principal, de ligar o Norte do Estado do Paraná, com o Sul; de realizar a integração de seu povo, esta rodovia, até hoje está inacabada, pois nesses 12 anos que está pronto o leito principal que, hoje, já nem existe mais o leito principal, porque existem tantos buracos que a gente não pode mais dizer se é leito, realmente, da rodovia; acostamentos até hoje, não foram feitos. Nós que temos que viajar quase que semanalmente, ida e volta, ao Norte do Paraná ou mesmo a outras regiões que nos leva, invariavelmente, a percorrer a Rodovia do Café, é, sem dúvida nenhuma, arriscar a própria vida porque, dificilmente, se percorre essa rodovia, sem se encontrar, pelo menos, um ou dois acidentes. É difícil nós não termos um amigo morto em acidente na Rodovia do Café. Ainda ontem, viajamos de ônibus porque a gente acha que a viagem é ainda um pouco mais tranqüila, principalmente, se viajarmos do lado direito do ônibus, o motorista que nos conduziu, daquele ônibus, estava dizendo na chegada em Curitiba — a única solução nossa é abandonar a profissão porque a gente cansa mais desviando os buracos dessa rodovia, do que um mês de serviço, normalmente, dirigindo o veículo.

Temos aqui, em Curitiba, hoje, inaugurando 16 ou 18 quilômetros de estrada, o vice-Diretor do DNER. Seria aconselhável, que esse diretor, fizesse uma viagem ao Norte do Paraná pela Rodovia do Café. Agora, não com os veículos oficiais do Estado que, de longe já se percebe; eu queria que ele fosse de "volks-wagen", pela Rodovia do Café, principalmente nesta época, agora, chuvosa, em que, realmente, toda vez que nós viajamos, a gente não tem certeza se volta, mesmo andando a oitenta por hora, não tem certeza se volta com vida para ver a esposa e os filhos.

Sei que mais uma vez as nossas palavras vão se unir a tantas outras palavras escritas, nesta Casa, mas, diz o velho ditado e, está chovendo muito, agora, — "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura".

Quem sabe, quando a Rodovia do Café completar seus 15 anos de existência, ou 20 anos de existência, por enquanto só está com doze, nós tenhamos construído, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o acostamento.

E, para concluir, Sr. Presidente, gostaríamos de, nesta oportunidade, deixar mais uma vez registrado — não há necessidade, absoluta, de se fazer, na Rodovia do Café, a duplicação da estrada. O que precisa o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, é construir acostamentos, colocar, cobrir os buracos existentes e uma pista auxiliar, pelo menos, nas lombadas ou nas subidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sábado último, num feito que considero épico, heróico e de grande importância para a cidade de Paranaguá, eis que o Paraguai, clube de futebol de pelada de Paranaguá, que tem na Presidência um homem chamado Justus Almada, este quadro de futebol de pelada sagrou-se campeão do Paraná no VIII Torneio de Futebol de Pelada, do Paraná.

Numa disputa acirrada contra o valoroso quadro do Municipal desta Capital, esta disputa foi realizada na cidade de São José dos Pinhais, onde perante uma assistência calculada em torno de cinco mil pessoas, num jogo cheio de lances dramáticos o time de Paranaguá classificou-se e foi vitorioso, portanto, arrebatando para aquela cidade o título de Campeão Paranaense de Futebol de Pelada.

E para tanto, já endereçamos à Mesa um requerimento, um voto de congratulações.

E também não podia passar despercebido esta promoção brilhante empreendida pela "Tribuna do Paraná" e do Canal 4, que ano após ano vem na cúpula dos acontecimentos promovendo esta aproximação entre as cidades na tônica ou no propósito, ou no objetivo de, nesses embates, nessas partidas de futebol de pelada, congraçar, reunir, aproximar os municípios e terminando sempre com uma festa maravilhosa, como foi no dia de sábado em São José dos Pinhais, com a vitória do Paraguai de Paranaguá.

Portanto, também à Tribuna e ao Canal 4 os nossos cumprimentos, os nossos aplausos pela brilhante iniciativa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Referiu-se alguém que o Livro dos livros, a Bíblia, é o mapa do viajor; o cajado do peregrino; a bússola do piloto; a espada do soldado e o mapa do cristão. Por ela, o paraíso é restaurado e os céus abertos. Realmente a inspirada obra tem proporcionado a governantes e governados, a sábios e simples a iluminação necessária para que os melhores caminhos sejam encontrados.

Dentre os notáveis testemunhos a respeito da Bíblia, destaca-se o de Dom Pedro II, que afirmou costumar lê-la, todos os dias, e não compreender aqueles que a combatem. Já traduzida no todo ou em parte, quase todas as línguas e dialetos — entre os quais, a do povo indígena "kaingang" por trabalho, de quase vinte anos, dos missionários do "Summer Institute of Language", conforme anteriormente destacamos nesta Casa de Leis — é a Bíblia o livro mais vendido em todo o mundo, batendo todos os recordes, superando em muito as marcas de outros "best-seller".

No segundo domingo do mês de dezembro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tradicionalmente, o povo evangélico comemora o "Dia da Bíblia", instituído pela Sociedade Bíblica do Brasil, já há muitos anos.

Durante este dia, 11 de dezembro, as comunidades de todo o Brasil, farão especiais manifestações a respeito da importância do seu constante uso e dos seus princípios que são estabelecidos para o bem estar do ser humano e da sociedade. Como legislador, interessado neste mesmo bem estar, antecipadamente me associo a essas comemorações, pois se maior compreensão existisse entre os homens, conforme os ensinamentos que encerra a palavra de Deus, certamente, seria conseguido um progresso com harmonia plena.

Sr. Presidente, julgo oportuno deixar consignada nos Anais desta Casa, a minha simpatia pelo trabalho que a Sociedade Bíblica do Brasil vem desenvolvendo no sentido de dar a

Bíblia à Pátria.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli, inscrito.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos hoje aqui, para registrar a passagem de S. Exa. o Governador e sua equipe de Governo, nas cidades de Porecatu e Centenário, inaugurando a BR-450, ontem, em baixo da chuva e aquele povo não deixou de aguardar a visita de S. Exa. o Governador do Estado.

Para surpresa nossa e demais Deputados que lá se encontravam presentes, Deputado Rosário Pitelli, Deputado Antônio Ueno, nós vimos a população, com alegria e satisfação, receber aquilo que aguardava há muito tempo. A estrada já estava dando passagem há tempos; apenas o Governador do Estado, com a sua equipe, e com o Sr. Secretário de Transportes, com seus auxiliares, estiveram inaugurando a estrada oficialmente.

E nós não poderíamos aqui deixar de registrar o nosso agradecimento, em nome dos municípios que nós representamos, Porecatu e Centenário.

Ouvimos a palavra dos dois Prefeitos, enaltecendo aquela estrada, como sendo uma das obras que mais veio beneficiar aquelas duas cidades.

Nós sabemos muito bem que não é só Porecatu e Centenário que têm recebido estas obras; todo o Estado. Mas, o que nos surpreendeu ontem, depois que S. Exa. o Sr. Governador saía de Centenário era que o povo vinha ao nosso encontro e dizia: vejam o que se vê hoje a malha toda traçada no Vale do Ipanema. Saímos de Centenário, vamos a Santo Inácio, a Jagua-pitã. Vamos a Porecatu, a Alvorada, tudo por asfalto. Isto nos satisfaz, porque somos um homem vindo do interior aqui para a Assembléia, e hoje encontramos que o povo está satisfeito com a administração que aí está. E estando satisfeito, nós também estamos satisfeitos. Queremos registrar esta passagem do dia 4 de dezembro, que ficou marcada na história do Vale do Paranapanema.

Os nossos agradecimentos ontem foram feitos em praça pública, e aqui também hoje em Plenário, queremos deixar os nossos agradecimentos ao Dr. Osiris Stengel Guimarães, à sua equipe e principalmente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que não poupou em nenhum momento sequer, esforços, que debaixo de chuva, como dizia um dos oradores, aquilo serviria como adubo, mas a população veio ao encontro de S. Exa., para aplaudir e agradecer os benefícios que o Governo tem feito.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, inscrito.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta tarde de encerramento deste período legislativo, não poderia, eu que estou aqui nesta Casa há muitos e muitos anos, deixar de relembrar aqui a memória do saudoso companheiro Souza Naves. (Lê):

“Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requer o registro, na ata dos trabalhos da presente sessão, da passagem do 18º aniversário de falecimento do ex-Senador ABILON DE SOUZA NAVES, que transcorrerá no próximo dia 12 do corrente mês.;

Abilon Souza Naves nasceu em Uberaba, Minas Gerais, e veio para o Paraná por ocasião da instalação do I.A.P.C., no edifício “Moreira Garcez”, nesta Capital, como ocupante do cargo de Contabilista.

Passando a militar na política, ingressou no ex-PTB, no dia em que a UTP (União dos Trabalhadores do Paraná) se transformou naquele Partido, seção do Paraná. Em 8 de julho

de 1945, foi eleito, em Convenção, 1º Vice-Presidente do Partido, juntamente com o saudoso Maximino Zanon, eleito Presidente da agremiação. Com a enfermidade de Maximino Zanon, assumiu, então, a Presidência do Partido.

Na esfera federal, Souza Naves ocupou os cargos de Presidente da Caixa Econômica Federal, Presidente do IPASE e Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Na sua administração, quando Presidente da Caixa Econômica, surgiu o Jardim Centenário, primeiro núcleo residencial nesta Capital, financiado pelo citado órgão; na Presidência do IPASE, conseguiu, graças ao seu eficiente trabalho, verbas federais para a construção do edifício próprio, em Curitiba, no Largo “Frederico Faria de Oliveira”; na direção da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, destacam-se dois fatos de suma importância para o nosso Estado, além de outras realizações que marcaram sua passagem à frente daquele setor: financiamento para o café geado, em 1955, constituindo a salvação da economia do Norte do Estado; e verbas vultosas para construção do edifício-sede do Banco do Brasil, na Praça Tiradentes.

Nomeado Secretário de Trabalho de Assistência Social, no Governo do saudoso Bento Munhoz da Rocha.

Em 1954, como 1º Vice-Presidente nacional do PTB, substituiu ao Dr. João Goulart na presidência do partido, ante a morte do ex-Presidente da República, Dr. Getúlio Dorneles Vargas; conseguindo manter clima de calma em todo o País, diante da tragédia que abalava a Nação, graças à sua habilidade e sensatez.

Ainda na Presidência do Partido, foi ele quem articulou o apoio da agremiação à candidatura do Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira à Presidência da República.

Em 1958, candidato à Câmara Alta pelo nosso Estado, foi eleito Senador, por esmagadora maioria, tendo obtido mais de 50% sobre a totalidade dos votos dos seus dois ilustres antagonistas.

Quando se preparava para disputar o Governo do Estado, em 1960, após o jantar que lhe era oferecido, em homenagem, pelo IAPC, e momentos depois de pronunciar discurso de agradecimento, o Senador Souza Naves sentiu-se mal, e, antes de sair do salão da Sociedade Morgenau, nesta Capital, tombava morto, vítima de colapso cardíaco, enlutando a sua ilustre família, o Paraná e, principalmente, o Partido que sabiamente dirigia.

Recebeu o Senador Souza Naves as maiores homenagens póstumas das mais altas autoridades do Estado e do País, dando bem a dimensão do prestígio que desfrutava como político e administrador, tanto no âmbito estadual como no federal.

Por isso tudo, é justo que se registre a passagem do 18º aniversário do seu falecimento, que transcorrerá no próximo dia 12 do corrente mês, como mais uma homenagem deste Poder à memória de quem tanto fez por este Estado.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1977.”

Era só, Sr. Presidente, e, prestando esta homenagem, não só como um ex-companheiro leal, mas como um ex-amigo, e peço a Deus que nos dias de amanhã apareçam homens neste País e neste Estado, do equilíbrio político e do caráter de Souza Naves, para que este Brasil progrida para a sua verdadeira democracia, é o que nós esperamos ainda nos dias da nossa vida. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna hoje para, de público, render graças a Deus por mais um ano de dever cumprido neste mandato de representação popular.

Foi um ano realmente difícil para nós cheio de percalços e de desentendimentos, muitas vezes por nós contestados e outras vezes sofrido, recalcado no sentimento de ver triunfar

em algumas oportunidades o contrário da verdade e o aspecto da injustiça.

De qualquer forma, este barco que navegou muitas e muitas horas nestes 11 meses, por águas turvas e acidentadas, como capitão deste barco, consegui, graças a Deus, a chegar no final do ano, de dever cumprido, como um dos representantes do povo no Parlamento do Paraná.

Exercemos a nossa função de representante na área da Oposição, ao mesmo tempo que criticando os erros do Governo, e calando, se proferitura o Governo, nesse período, ao invés de atender os interesses comuns do povo do Paraná, deixou de fazê-lo.

Muitas vezes, verdades que dissemos foram contestadas, não só pela representação do Executivo, mas também, pela imprensa do Paraná que, usando dos direitos que lhe são atribuídos e deveres que, acima de tudo, são afeitos à determinativa que os corresponde.

Todos os fatos ocorridos, todos os episódios registrados, todas as oportunidades que se fizeram caracterizar como fatos inseridos nos Anais da Casa, entendemos que fez parte ativa de nosso exercício da atividade parlamentar, no cumprimento do mandato de representação popular.

Atendemos, em nosso gabinete de trabalho, 10 horas por dia, na permanência constante do ano que finda.

Procuramos atender os municípios que representamos, dentro das condições que nos são proporcionadas, condições de Oposição, condições de afastados dos benefícios e das benesses do Poder.

Atendemos o nosso povo da forma que pretendíamos atender em correspondência ao mandato que exercemos.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero pedir desculpas a nossos Pares, que, muitas vezes, levados a sublevar nas respostas, nos debates, nas contestações.

Pedimos desculpas à imprensa do Paraná que, muitas vezes, nos incitou aqui, a contestá-los por atitudes que julgamos com o direito de julgar, impropriedades, malévolas e que nos fizeram sofrer por dias e dias seguidos.

Pedimos desculpas a todos nossos Pares e, se Deus quiser, a partir de março, estaremos aqui para respaldar o nosso mandato de representação popular.

Evidentemente, com mais coragem para enfrentar, e talvez com mais preparo para servir.

Desta feita, ao terminar, como sendo o nosso último pronunciamento deste ano legislativo, rendemos graças a Deus por um ano vivido no cumprimento do dever de representante popular.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Através da imprensa, li declarações do Sr. Ministro da Fazenda de que a inflação, este ano, andaria em torno de 40 a 43 por cento.

Nessa notícia, Sr. Ministro da Fazenda mostrava-se contente, sorridente, como se fosse a coisa mais natural do mundo uma desvalorização do poder aquisitivo, do nosso dinheiro, na base de 42 a 45 por cento.

Em outros países, quando a inflação beira os 10 por cento, há uma mobilização geral, público e governo, para se chegar às causas da inflação.

Embora não acredite em dados oficiais, porque o processo, aqui no Brasil, para se chegar ao índice inflacionário de cada mês, e ao final de cada exercício, é um tanto esdrúxulo. Vou citar um exemplo: farinha de trigo subiu duas vezes, teve um aumento de 72%. Entretanto, este aumento é contrabalançado com o aumento do preço do sabão, digamos, que andou em torno de 23%. Feijão, o arroz, enfim o gênero de primeira

necessidade, aquele que é alimentação básica do brasileiro, teve um aumento na ordem de 65% a 70%, mas contrabalançado com equipamento ferroviário, equipamento elétrico, e até com taxas de serviços públicos, é peso para o controle inflacionário.

Então isto vem realmente dar um peso menor e a inflação situa-se em torno de 40, 45%; mas, na realidade, na mesa do brasileiro, na mesa do assalariado, a defasagem é na ordem de 60 a 70%, porque sempre os aumentos salariais são concedidos pelo Governo na ordem direta do índice inflacionário, acusado pelo Ministério da Fazenda e Ministério de Planejamento. Nestas condições, é fácil, não precisa ser mago de finanças, não precisa ser superdotado, para se ver que há sempre uma defasagem no vencimento do assalariado.

E o que dizer do funcionalismo público do Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, razão principal do meu comparecimento a esta tribuna? Para fazer apelo ao Governo que até agora, lamentavelmente, tem-se mostrado insensível com o problema do funcionalismo! E hoje, é a última sessão do ano e eu me informei agora, até a presente data, até o presente instante, até o presente momento, e ainda não chegou a este Poder a Mensagem do Governo propondo uma revisão salarial ao funcionalismo do Estado.

E nós achamos isto inconcebível. Inconcebível porque o vencimento do funcionalismo vem achatado há muitos anos. Claro! É evidente que não se culpa o atual Governo por este achatamento, por esta defasagem. Mas "o pior cego é aquele que não quer ver". E eu acho que estava em tempo do Governo corrigir, gradativamente, estas distorções salariais porque tem passado o funcionalismo público do Estado.

E eu vejo com tristeza, no encerramento de nosso período legislativo, que o Governo mostrou-se insensível com o problema do funcionalismo. Funcionalismo que tem se mostrado eficiente na condução da máquina burocrática do Estado. Funcionalismo que sei de sua dedicação, sei do seu trabalho, sei seu amor à causa pública, e sem ele o Estado não poderia alcançar os altos índices de desenvolvimento que vem alcançando. Que adianta o Governo ir aos jornais, ir à imprensa, e dizer que o Paraná é um Estado rico, é "um mar de rosas" e não há um reconhecimento oficial ao trabalho de seu funcionalismo.

Eu quando faço estas críticas, as faço dentro daquela linha de independência que sempre mantive na minha vida pública. Porque eu aqui, na realidade, represento o povo, e funcionário é povo também. Podem dizer — mas o funcionário vive de bico! O funcionário chega na repartição, assina o ponto, bate o ponto, deixa o paletó na cadeira e foge do expediente para fazer seu bico, seu serviço extra. Não é verdade, não se pode generalizar. Mas mesmo que isto fosse verdade, seria um gesto de auto-defesa, porque o funcionário tem família, o funcionário adquiriu um péssimo hábito, que é o hábito de comer, de vestir, o hábito de dar de comer a seus filhos, dar de vestir à sua família. É um hábito péssimo, convenhamos, mas, infelizmente, o funcionário também tem o hábito de comer. E não é só o funcionário ativo, mas principalmente, o funcionário inativo é que o Governo deve ser sensibilizar, é que o Governo deve olhar com carinho, porque aí a defasagem sempre é maior. Porque aí o Governo foi criando mil artifícios, mil mutretas para lesar o inativo do Estado porque estas gratificações por tempo integral, gratificações de produtividade, isto, na realidade, são expedientes que o Governo — eu, quando falo em Governo, falo em Governo como entidade, não falo em Governo Jayme Canet Júnior, não falo em Governo Emílio Gomes, não falo em Governo de Paulo Pimentel, falo em Governo, como eu disse, como entidade — tem se valido, destes artifícios, para lesar, para fraudar principalmente o inativo, que, dedicou uma vida inteira a serviço da causa pública; e esta gente, lamentavelmente, não tem tido o seu esfor-



ço reconhecido pelo Governo, ou, não teve o seu esforço reconhecido pelo Governo. Uma vida inteira, uma existência dedicada à causa pública, e o que se vê é que, a cada reajuste do funcionalismo, está havendo um achatamento maior no vencimento do inativo, como se o inativo não precisasse comer, como se o custo de vida não se elevasse, também, para o inativo.

Então, esses expedientes são usados, para fraudar o inativo do Estado. Com isto é que precisa acabar, esta Casa precisa se conscientizar deste fato, quando aqui aportar Mensagem do Governo propondo elevação salarial ao seu funcionalismo. E esta Mensagem já se fez tardar, já deveria ter vindo, eis que, não está aí, o próprio Ministro da Fazenda, a dizer aos quatro ventos da Nação, que houve uma inflação na ordem de 40%? Então é a defasagem do vencimento do funcionalismo!!

Mas quando esta Mensagem chegar a esta Casa, será a oportunidade que têm, os Srs. Deputados, para corrigir esta distorção gritante em relação ao funcionário inativo do Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste último dia do ano legislativo, e o penúltimo da nossa legislatura, eu, primeiro, na minha gestão como Secretário, conseqüentemente como superintendente de um Poder, vejo-me na obrigação de, em primeiro lugar, agradecer a Deus por permitir que nós pudéssemos chegar até o dia de hoje, em harmonia com os nobres companheiros; agradecer a esses companheiros, de ambas as bancadas, que nos compreenderam e muitas vezes, até, nos auxiliaram na difícil, para mim, árdua até mesmo, missão de administrar um Poder, onde os 54 Deputados são responsáveis; agradecer a todos os companheiros Diretores da Casa; agradecer à imprensa do Paraná e agradecer, principalmente, os servidores mais humildes desta Casa, estes, que sabemos, muito esperam desta Comissão Executiva, estes que, até esta data, esperavam um pronunciamento oficial do Sr. Primeiro Secretário, sobremaneira.

O que eu posso dizer, tão somente, aos meus servidores, é que, não entregarei a Primeira Secretaria da Assembléia, se Deus me der vida e saúde, sem fazer a reestruturação de cargos, tão desejada e tão prometida já em outras gestões.

Meus amigos, companheiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, ao finalizar este pequeno pronunciamento, agradecer também a Deus, por ter nos dado um Governo do nível, do gabarito técnico e moral de Jayme Canet Júnior, Governo que, sem bajulação — porque não sou daqueles que bajulam, e os meus nobres Pares bem me conhecem, não sou daqueles que necessitam de se grudar, de se acoplar a Governos, para sobreviver politicamente, eis que, já sobrevivi sem, e até contra Governos, ou até com Governos contra mim e até com a imprensa, caprichosa, em um trabalho em que fui vitorioso, graças, em primeiro lugar, à compreensão de Deus e, em segundo lugar, ao povo que me acompanha de perto.

Agradecer a Deus e pedir mais, que o último ano do Governo Jayme Canet Júnior, seja tão somente igual a este e aos anos anteriores; que Deus permita que este Governador que não é de promessas, que não é de início de obras e que não é de término de obras, porque muitos foram os governos que iniciaram obras neste Estado e muitos foram os governos que inauguraram obras iniciadas por outros governadores. Mas, Governo que inicia e termina obra, não só no setor rodoviário, não só no setor da educação, não só no setor de assistência social, deste só teve um no Estado do Paraná até hoje, sem demérito aos antecessores, todos ilustres Governadores que muito fizeram pela nossa Pátria, aqui, no rincão paranaense; mas, Governador que inicia e que termina suas

obras dentro do seu próprio exercício, este sim, nós tivemos só um que foi Jayme Canet Júnior. E até mesmo para o servidor público estadual que se não pudemos dar aquilo que ele esperava, porque não veio a Mensagem, uma coisa o servidor público deve agradecer, também, a este Governo — que é um dos poucos Governadores do Estado do Paraná que não permitiu em toda a sua gestão, até o terceiro ano, que atrasasse um só dia o pagamento do servidor público. Este minguido, como disse muito bem o Deputado Erondy Silvério, minguido vencimento que dá tão somente para comer e nem sempre dá para vestir, mas que numa coisa teve o mérito que não podemos negar a Jayme Canet Júnior — foi recebido no dia exato, o vencimento do mês, sem perdas e danos por juros e acréscimos por empréstimos que costumeiramente nós víamos no servidor público do Estado.

Quero agradecer pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados e pedir vênias se algum erro cometemos na administração, na superintendência desta Casa e dizer que esses erros indicados por V. Exas. haverão de ser pelo testemunho da boa vontade, maneira das cicatrizes, das lutas, maneira de corrigir-mos para que, no ano que vem, ano da nossa eleição, possamos ter maior facilidade de nos compreendermos mutuamente e, principalmente, nos fazer compreender pelo nosso eleitorado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Terminado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sob os auspícios do Departamento de Direito Penal e Processual da Universidade Federal do Paraná; Instituto dos Advogados do Paraná; Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná; e Instituto Brasileiro de Ciências Penais, Seção do Paraná, realizou-se em nossa Capital, de 1º a 3 de dezembro, próximo passado, o Primeiro Painei de Direito Penal e Processual Penal.

Este painei, teve como tema geral, o Direito Penal e Processual Penal e o Futuro, em homenagem a Laertes de Macedo Munhoz.

Dele participaram juristas de nosso Estado, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, abordando cada um deles, aspectos dos mais relevantes para a doutrina penal e processual penal.

Assim, já no dia 1º, pela manhã, houve a palestra do professor Alcides Munhoz Neto, que se reportou ao sub-tema, "o Direito Penal Liberal". Ainda neste dia primeiro, à tarde, houve a palestra do professor Damásio Evangelista de Jesus, sobre "o Direito Penal e as Garantias Constitucionais". No mesmo dia primeiro, à noite, falou o professor Ari Osvaldo Campos Pires, sobre o Direito Penal e o crescimento da criminalidade.

E encerrando o Painei, no dia seguinte, falou o professor Antônio Acir Breda, da moderna doutrina processual do Paraná, sobre "o Direito Processual Penal e o Futuro"; e, encerrando com chave de ouro este certame, proferiu conferência o eminente professor Miguel Reale Júnior, a propósito do "Estado Contemporâneo e o Direito Penal".

Desse Painei resultou uma carta de princípios, denominada "Carta de Curitiba" que contém as conclusões obtidas e aprovadas ao final de cada uma das conferências que já mencionei.

E essa Carta de Curitiba, cuja transcrição nos Anais da Assembléia estou requerendo, está vazada nos seguintes termos: (Lê): "Os professores, magistrados, membros do Ministério Público, advogados e estudantes, membros natos, inscritos e assistentes do Painei de Direito Penal e Processual Penal em homenagem ao professor LAERTES DE MACEDO MUNHOZ, entendendo serem Direitos Humanos da personali-

dade a vida, a integridade física e da saúde, a honra, a liberdade física e de opinião, portanto indisponíveis para o seu titular e sacrais para o Estado, consideram que o Direito Penal e o Direito Processual Penal, comprometidos com o Estado de Direito, devem se fundamentar, entre outros, nos seguintes princípios:

1. A legislação penal tem como finalidade primordial limitar o poder punitivo do Estado.
2. As sanções penais, pela gravidade de que se revestem devem ficar reservadas para as condutas intoleráveis à livre realização da personalidade ética do homem.
3. O direito penal liberal é incompatível com a tipificação de condutas inspiradas na preocupação de impôr concepções morais ou de ajudar o destinatário da norma.
4. O direito penal deve ser escoimado das infrações para as quais a pena é desnecessária ou comprovadamente inútil.
5. A segurança nacional é o somatório da segurança de cada cidadão, quanto aos seus direitos humanos fundamentais. Conseqüentemente a legislação sobre segurança nacional deve manter apenas as infrações realmente graves, excluindo as condutas de simples disposição de idéias filosóficas e ou políticas. De qualquer forma, a pena deve guardar proporcionalidade com a gravidade das infrações.
6. O direito penal liberal é incompatível com a pena fundamentada na periculosidade, entendida como a censura pessoal sobre quem tinha condições de abster-se da ação.
7. O direito penal não é responsável pelo combate a criminalidade. Compete-lhe apenas ofertar um elenco de penas que permita uma integração harmônica entre os seus fins e o direito individual de liberdade.
8. As exigências de funcionamento e eficiência do Poder Judiciário não podem prevalecer sobre os valores de justiça, igualdade e paz social.
9. A busca, pelo Estado contemporâneo, de maior eficiência administrativa, através de crescente burocratização, deve compatibilizar as perspectivas e contribuições dos humanistas com as dos técnicos.
10. A independência do Poder Judiciário é condição irrenunciável à realização da Justiça penal.
11. A justa aplicação do direito penal só é possível através de julgamento presidido por autoridade jurisdicional independente e imparcial.
12. A Lei Processual que prejudique o direito de defesa ou que desconsidere a garantia constitucional de contraditório, não deve ser aplicada.
13. A detenção ou a prisão de qualquer pessoa deve ser procedida de controle jurisdicional. A prisão para averiguações é incompatível com os postulados democráticos do direito processual.
14. A prisão provisória só deve ser tolerada em casos excepcionais.
15. A pessoa acusada da prática de um delito, antes da sentença trãnsita em julgado, deve ser presumida inocente. A presunção de inocência é um direito individual supra-constitucional.
16. O direito processual penal democrático é incompatível com qualquer restrição ao remédio constitucional do "habeas corpus".

Curitiba, dezembro de 1.977".

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pela realização deste certame e principalmente pelas oportunas e lúcidas conclusões aprovadas, eu também estou requerendo que esta Casa faça por aprovar um voto de regozijo às entidades promotoras do Painei.

E, além disso, peço também no requerimento que a decisão da Assembléia a esta "Carta de Curitiba", há pouco lida, sejam dadas a conhecer à Comissão de Constituição e

Justiça do Senado Federal, por onde tramitará, no próximo ano, o Projeto de Lei número 633/75, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o novo Código de Processo Penal.

Não resta dúvida alguma, que o Painei de Direito Penal e Processual Penal em homenagem ao saudoso Professor Laertes de Macedo Munhoz, numa época como a nossa, deve ser ressaltado, deve ter o seu relevo destacado a fim de que todos percebam que ao invés do que se diz, os juristas na verdade, estão preocupados em formular as bases do Direito Penal e o Processual Penal que constituirão o Estado de Direito, que mais cedo ou mais tarde, voltará a definir o quadro jurídico do nosso País.

Mas, a importância cresce, na medida em que quando a generalidade das pessoas não mais deixa a desconhecer o seu desapeço pelo direito, alguns tantos ainda encontram-se debruçados e preocupados sobre os rumos, que está tomando, no Brasil, principalmente o Direito Penal.

É que o Direito Penal, é diferente dos outros Direitos, pois a sua situação se faz naquilo que é mais relevante para o homem, qual seja, a liberdade individual.

Com as mudanças que se operaram, notadamente no Direito Penal, positivo do nosso País, o que temos observado, e isto ficou saliente neste Painei, é que o Direito Penal está perdendo a sua característica de uma disciplina jurídica, para se transformar num mero regulamento disciplinar de cunho administrativo.

Já não se impõe a observância de determinado preceito, porque a sua observância diz respeito à continuidade e desenvolvimento da Sociedade.

Ao contrário, o que nós vimos hoje é que o preceito está muito mais ligado a uma regra moral, e simultaneamente a uma norma de conduta que são exigidas por aqueles que eventualmente, detêm o Poder. Mas o Direito Penal, como os outros Direitos, não é feito para e nem pelos que eventualmente detêm o Poder. O Direito Penal, mais do que todos, seguramente, deve ser aquele que vem formulado pelos representantes autênticos do povo, que constitui o verdadeiro destinatário da norma penal.

Observa-se, por exemplo, em relação ao Decreto-Lei 898, que dispõe sobre os crimes contra a segurança nacional, algumas situações, que se comparadas ao Direito Penal comum, mostra claramente que a preocupação dominante hoje não está dirigida para o homem considerado em si mesmo. Como exemplo, possa comparar o crime de ofensa a Chefe de Estado Estrangeiro, que é previsto na Lei de Segurança Nacional, com pena severa de reclusão de 2 a 8 anos, como o crime de homicídio culposo, de maior repercussão, porque atinge o bem mais vital, que é a vida. Este delito tem uma pena menor, a saber, de detenção de 2 a 6 anos.

E essa desproporção que se verifica é que está levando a todos os juristas nacionais a considerarem essa transformação que se verifica, no conteúdo do Direito Penal, em que lhe perde a sua "ratio" jurídica para encontrar outra forma de atuação como o Direito positivo, a saber um simples e mero regulamento de condutas, com sanções, absolutamente desproporcionadas à gravidade ou não do delito.

E esses princípios que constam da "Carta de Curitiba" estão a demonstrar, claramente, que o Direito Penal, mais do que todos os outros, está intimamente ligado ao Estado de Direito.

Aos Srs. Deputados não é desconhecido que a moderna doutrina penal só se compadece com o chamado Princípio de Reserva Legal. O Princípio que Fuerbach enunciou com "Nulum crime, nullo Poens sine legi" e que se refere a anterioridade penal na definição do ato ilícito e na comunicação da respectiva sanção. Mas, apenas isto não transforma o Direito Penal, em ordenamento jurídico de um Estado de Direito.



Não basta isso. É preciso que o Direito Penal, antes e acima de tudo, regule exatamente o poder punitivo do Estado, que não pode ser superior à defesa que tem o cidadão em relação aos seus direitos fundamentais.

Gostaria de comparar, usando uma figuração do notável penalista alemão Bindig que, ao referir às normas penais em branco, disse que estas se constituem em corpos errantes à procura de uma alma. A alma da norma penal, em branco, é o ato administrativo que dará conteúdo ao seu preceito.

E do Direito Penal se poderia dizer, nos dias de hoje, que é um corpo errante à procura da sua própria alma. E a alma do Direito Penal é exatamente o Estado de Direito.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Eminente Deputado Accioly Neto, V. Exa. traz à discussão nesta tarde, talvez um dos problemas mais graves e mais difíceis que o povo brasileiro tenha pela frente para resolver.

O Direito Penal, por ser um ramo do Direito que trata diretamente com a Liberdade do Cidadão, que num Estado de excepcionalidade que nem o nosso, é talvez o que tenha mais sofrido injunções neste período da história brasileira, o que mais tenha perdido a sua instabilidade ou o que mais se sinta conturbado. V. Exa. ao descrever as conclusões a que os juristas chegaram, aqui em Curitiba, citou, com muita propriedade a conclusão a que foi chegado, de que a Segurança Nacional, deve ser tomada como a somatória das Seguranças Individuais. Infelizmente, o Brasil tem uma Lei de Segurança Nacional elaborada por não mais de meia dúzia de legisladores, tão drástica que, quer me parecer, contém preceitos mais severos até do que o próprio AI-5.

Esta lei de Segurança Nacional se preocupa mais com o Estado do que com a individualidade dos seus cidadãos.

Evidentemente que se ela é Lei de Segurança Nacional, trataria especificamente da Segurança.

Mas, parece que ela passa a definir crimes que não são de Segurança Nacional e, simplesmente de crimes comuns, praticados pelo cidadão, o que vem criar a total insegurança no cidadão. E, parece-me que a nossa Lei de Segurança Nacional, ao invés de criar Segurança Nacional, ela cria insegurança no indivíduo, e, por consequência, insegurança no próprio Estado.

Mas, Deputado Accioly Neto, quero me congratular com V. Exa. por trazer à Casa o resultado deste Painel do Direito Penal, e me congratular também com os paranaenses que estiveram presentes nesse Painel.

Nós acompanhamos, através da imprensa, de que a preocupação pela volta ao estado de direito foi uma constante durante os debates dos trabalhos realizados por esse Painel.

A imprensa noticiou e até a imprensa nacional noticiou a preocupação dos nossos juristas e dos nossos penalistas, de que não é possível termos um Direito Penal sem o pressuposto básico do Estado de Direito. Porque o Direito Penal é exatamente a capacidade, ou a possibilidade que o cidadão, que a comunidade tem, de restringir, de limitar o direito, de punibilidade, de punição, que o Estado tem.

Então, como bem disseram as conclusões desses juristas, não poderá haver punição sem o pressuposto da culpabilidade.

Ora, hoje, no Brasil, nós estamos vendo pessoas, que estão sendo punidas, pela simples presunção de periculosidade.

O caso recente de um médico do INPS, não deixa de ser vítima de uma dessas presunções de periculosidade, porque esse cidadão, que conseguiu um atestado ideológico, posteriormente foi demitido de suas funções públicas — e eu vejo aí uma punição — porque posteriormente a DOPS informou que este atestado tinha sido concedido por equívoco. O que vale dizer que quem já foi punido por um crime, sofre uma punição indefinidamente. Ou mesmo, que não tenha sido punido por um crime, mas que esteja nas infirmarys do nosso Departamento de Ordem Política e Social, está recebendo uma punição perma-

nente, sem ter culpabilidade.

Parece que realmente vem numa hora necessária a discussão desse tema, e, ao me congratular com V. Exa., com os juristas do Paraná, acredito que, sinceramente, não se poderá discutir quer Constituintes, ou discutir através de diálogo, uma reforma institucional no Brasil, sem o pressuposto básico da segurança do cidadão que é o "habeas-corpus".

Parece, então que esta discussão de um tema do Direito Penal vem numa hora propícia. Os organizadores, ao prestarem uma homenagem ao Professor Laertes Munhoz, o fazem com muita felicidade, porque não só buscam prestar uma homenagem ao grande jurista paranaense, como também é de todo proveitosa para o destino do Direito Penal Brasileiro e também, digamos assim, para a discussão da reforma, ou uma nova apreciação da institucionalização brasileira. Meus parabéns a V. Exa.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço as palavras do Deputado

Nilso Sguarezi, dizendo que realmente a preocupação que determinou o Painel, foi buscar estabelecer novos conceitos para o Direito Penal e Processual Penal. Se tratava de discutir, agora, novos institutos jurídicos, intimamente conectados com uma exigência de Estado de Direito a ser implantado no País.

Valendo-me da referência feita à Lei de Segurança Nacional, vale a pena mencionar que, quando foi realizado o Julgamento Nuremberg, juristas do mundo inteiro, inclusive brasileiros, denunciaram que, ali, se estava, violando o princípio de reserva legal, tendo em vista os que foram julgados e condenados o foram por fatos anteriores à definição de crimes contra a humanidade, após a instalação do Tribunal.

No Brasil, a partir de 1969, verificou-se a mesma coisa. Julga-se, hoje, com base na legislação nacional que é de 1969, atos praticados anteriormente a essa data. O que também constitui uma contrariedade em relação ao Direito Penal Comum, onde ali se inscreve, e dá essa garantia do princípio de reserva legal.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No restante do Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, restando a S. Exa. 12 minutos.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com muita honra que venho à tribuna desta Assembléia, para repetir e relatar a visita dos Exmos. Srs. Secretário dos Negócios das Finanças do Estado do Paraná e do Presidente do Banco do Estado.

Passo a ler o pronunciamento feito, hoje pela manhã, pelo Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná: (Lê)

"Cumprindo compromisso que assumimos com esta Assembléia Legislativa, através da palavra do líder do Governo, Deputado Doutor Luiz Roberto Soares, aqui estamos para prestar todos os esclarecimentos que esta Casa julgar necessários sobre a situação do Banco do Estado do Paraná, no tocante às concordatas da Bracafé, do Grupo Frimesa, da Matoveg e do empréstimo de US\$ 500.000,00 deferido ao Grupo Martinez, assuntos que vêm sendo explorados de maneira escandalosa.

Lamentamos, sinceramente, que não se encontrem aqui alguns dos dignos representantes do MDB que têm feito indagações sobre aqueles assuntos.

O objetivo é e tem sido sempre político e pessoal. Procuram atingir o Governo do Estado e o Banco, à cuja testa, por coincidência, nos encontramos, o Governador Canet Jr. e eu, os primeiros a romper com o Governo instalado em 1966, por discordarmos de seu estilo e métodos.

Também, por coincidência, após nossa saída, o desempenho do Banco deixou muito a desejar, permanecendo por meses a fio, com freqüentes saldos a descoberto em sua conta corrente no Banco do Brasil, "estourando" quase diariamente na Câmara de Compensação, excedido na Carteira de Redescontos,

situação que nos obrigou, ao assumirmos novamente nossas funções de Diretor Superintendente, a compô-la a longo prazo com o Banco Central do Brasil.

Era com esse estilo e estes métodos que nossos princípios e nossa qualidade de funcionário do Banco Central, não permitem concordar, obrigando-nos a romper com o ex-Governador.

Assim, em primeiro lugar, recusamo-nos a aceitar a qualificação de "desastrosa", que se pretendeu dar à nossa administração, em pronunciamento a respeito de casos que ora tratamos.

Permitimo-nos passar às mãos dos nobres membros desta Comissão, para análise, quadros com nossos índices de desempenho, no período 31/12/71 a 31/12/76, comparados com os do Bamerindus, Banespa e Banrisul, no que respeita à evolução do capital, dos depósitos, dos empréstimos e dos lucros.

Verificarão V. Exas., que apenas o Bamerindus nos ultrapassou e, ainda assim, é de considerar que, enquanto não incorporamos quaisquer outros estabelecimentos bancários, o Bamerindus incorporou o Banco Comercial do Paraná, o Banco de Crédito Territorial, o Banco Nacional do Comércio de São Paulo e dois outros cujos nomes não nos vêm à memória, neste mesmo período; o Banespa incorporou o Bando de S. Paulo, o que contribuiu para a melhoria de seus índices. Apesar disto, tanto o Banespa como o Banrisul — este não incorporou banco algum — ficaram muito distanciados do Banestado, no que toca ao percentual de crescimento no período considerado.

Permitimo-nos, também, entregar-lhes, para análise, os quadros comparativos do desempenho do Banco, relativos aos mesmos itens, referentes aos quinquênios 1966/1970 e 1971/1975, bem como com a nossa posição em 31/12/76, pelos quais V. Exas., verificarão que os índices de crescimento no segundo período foram muito superiores aos do primeiro, quer em valores correntes, quer em valores constantes de 1970.

Pedimos sua especial atenção para o quadro relativo aos aumentos de capital nos dois períodos. Enquanto entre 1966/70 os aumentos realizados foram feitos 4/5 em dinheiro e apenas 1/5 com o aproveitamento de reservas — estas mesmas herdadas, em parte, do Governo Ney Braga —, entre 1971/75, os aumentos foram feitos na proporção de quase cinquenta por cento com reservas provenientes de lucros do período, recebendo os acionistas quatrocentos por cento de bonificação sobre as ações possuídas.

O aumento em dinheiro realizado no quinquênio 1966/70, no valor de Cr\$ 25.750.000,00, foi subscrito integralmente pelo Tesouro do Estado, por imposição do Banco Central do Brasil, que, ao que consta, assim exigiu fosse regularizada a compra do Banco Alfomares, compra esta que, na voz corrente, não foi aprovada pelo Banco Central, que, apenas, tê-la-ia aceito como fato irreversível. No quinquênio 1971/75, todos os acionistas participaram das subscrições em dinheiro.

Passemos, após este entróito, aos diversos casos explorados escandalosamente.

1 — BRACAFÉ — O envolvimento de inúmeras instituições financeiras na concordata da Bracafé decorreu de contingências do mercado cafeeiro nos últimos anos, especialmente da violenta elevação dos preços do produto após as geadas de 1975.

Enquanto que, em junho de 1975, o preço por saca no interior era de Cr\$ 400,00, em junho de 1976 o preço elevou-se para Cr\$ 1.350,00, passando, em março de 1977, a ..... Cr\$ 4.000,00, para cair, em setembro de 1977, para ..... Cr\$ 1.650,00.

Assim, por exemplo, para a comercialização de 10.000 sacas de café, em junho de 1975, eram suficientes quatro milhões, enquanto que o mesmo volume de café passou a reque-

rer, em março de 1977, o emprego de quarenta milhões, quantia esta que caiu, em setembro de 1977, para dezesseis milhões. Desta forma, muitas firmas que adquiriram café entre janeiro e maio de 1977, a preços entre Cr\$ 3.500,00 e Cr\$ 4.000,00, perdiam, em setembro, mais da metade do dinheiro empregado na aquisição. Daí as concordatas que se verificaram na praça de Santos.

Quanto às críticas de termos financiado empresas paulistas, respondemos que não tínhamos e não temos alternativas. Embora o Paraná seja o maior produtor de café do País, todas as firmas paranaenses exportadoras do produto, exceto as exportadoras de café solúvel, desapareceram há muito. Os bancos, na área relativa ao câmbio, têm, forçosamente, quer operar com firmas paulistas e cariocas, ou com multinacionais.

A Bracafé, no entanto, tinha estreitas ligações com o Paraná. Seu principal dirigente, detentor do controle acionário, Sr. Norton Ribeiro de Freitas, foi, por diversos anos, Presidente do Centro de Comércio de Café de Paranaguá e membro da Junta Administrativa do IBC, como representante daquela praça.

A Bracafé era uma das mais importantes exportadoras de café do Brasil. Na safra 1975/76 exportou 255.962 sacas e na safra 1976/77, exportou 389.406 sacas, colocando-se, sucessivamente, em 14o. e 1o. lugar entre todas as firmas do ramo, inclusive as multinacionais. (docs, à disposição de V. Exas.).

No Banco, até princípios de novembro de 1976, suas responsabilidades não ultrapassaram a quantia de sete milhões, crédito esse garantido por cafés depositados em armazéns gerais.

Seus riscos se elevaram quando passou a operar em câmbio, de novembro, em diante, tendo nos vendido e entregue mais de US\$ cinco milhões, em cambiais, todas liquidadas normalmente no exterior.

Em maio e junho de 1977, tornou a fechar aproximadamente US\$ 3,5 milhões, sobre os quais, com garantia de café, obteve adiantamentos correspondentes a oitenta por cento das vendas declaradas, posição em que nos encontrávamos quando da concordata. Na mesma época respondia ainda por financiamentos na Carteira Rural, com garantia de cafés armazenados, num total de Cr\$ 13,7 milhões, totalizando suas responsabilidades, todas cobertas por 18.648 sacas de café, o montante de Cr\$ 52,5 milhões, em números redondos.

Conforme explicamos anteriormente, a causa determinante da elevação dos créditos das empresas cafeeiras, entre elas a Bracafé, foi a violenta alta dos preços do produto. Esta é a razão pela qual a concordata envolveu mais de Cr\$ 350 milhões de créditos distribuídos entre 15 bancos, todos de 1a. linha, o que, por si só, é um indicador do conceito e crédito que a Bracafé gozava. Entre os maiores credores estão dois grandes bancos estrangeiros e o próprio Banco do Brasil S/A.

Lamentavelmente, a empresa passou a usar de recursos fraudulentos, desfalcando garantias, mediante o desvio de cafés liberados para embarque, a emissão de duplicatas "frias" e a venda de cafés apenhados. Não só o Banco do Estado foi desta forma lesado em 7.000 sacas que liberou para embarque, de acordo com o que facultam normas do Banco Central; a própria Interbrás, subsidiária da Petrobrás, perdeu 10.000 sacas e outros bancos também estão sem seus cafés.

Agindo rapidamente e dentro das cláusulas contratuais, o Banestado vendeu as 11.401 sacas remanescentes, aplicando o produto da venda na amortização de seu crédito, que ficou reduzido a Cr\$ 28,5 milhões, aproximadamente. O Banestado foi o único banco que conseguiu mobilizar os seus cafés, pois os demais continuaram com o produto bloqueado por decisão judicial e só estão podendo retirá-los mediante recebimento dos mesmos em dação em pagamento de seus créditos.

A retirada dos cafés está se processando mediante acordos, homologados pelo Juízo da 2a. Vara Cível de Santos. Estão sendo realizados nas bases de V. Exas., versa sobre um destes acordos, em que o Banco credor recebeu seus cafés em doação, na base de Cr\$ 3.000,00 a saca e ainda liberou 710 sacas à Bracafé.

Estamos nós também em entendimentos com o Juízo de Direito da 2a. Vara Cível de Santos, com o Comissário da Concordata, com a Bracafé e com a firma compradora das 11.401 sacas que conseguimos liberar anteriormente, para que, dentro de um acordo e devolução de 7.247 sacas desviadas pela Bracafé, seja obtido um acerto geral, recebendo o Banco 18.648 sacas de café, a preço médio de Cr\$ 3.300,00, como fórmula de liquidação imediata de nossos créditos na concordata.

De setembro até novembro últimos, o café já subiu de Cr\$ 1.650,00 para até Cr\$ 2.700,00 no mercado. O Governo Federal já fixou Cr\$ 2.500,00 o preço de garantia, a vigorar a partir de 01/01/78. Tudo indica que este preço de garantia não será inferior a Cr\$ 3.000,00 em junho de 78, sendo lícito crer possa o produto alcançar no mercado preço superior, o que permitir-nos-á recuperar todo o principal e provavelmente até os juros dos nossos recursos investidos nesta posição de café.

2 - FRIMESA - A tentativa de qualificar como desprovidos de garantia os nossos créditos junto às empresas do Grupo "Frimesa" foi prontamente, desmoralizada pela entrevista do advogado Dr. Luiz Alberto Dalcanalle, ao "Jornal do Brasil", publicada em edição de 01/12/77, na qual declarou textualmente, "que o Banco do Estado do Paraná possui todas as garantias reais para cobrir os vinte e três milhões que emprestou ao Grupo".

Ressaltamos, no caso, que o Banco do Estado do Paraná é um dos menores credores das empresas envolvidas na concordata - pois há inúmeros bancos com créditos muito superiores aos da relação vinda a público -, e não tinha porque merecer o destaque que alguns jornais lhe estão dando. Eis mais um comprovante de que estamos sendo alvo de uma campanha sistemática, baseada em afirmações inverídicas, com o único objetivo de atingir o Banco e o Governo do Estado.

3 - MATOVEG - Desde há algum tempo vêm determinados jornais procurando apresentar como um sério deslize o envolvimento do Banco na falência da Matoveg S/A., firma com sede em Mato Grosso e filial no Rio de Janeiro, onde era cliente de nossa Agência da Assembléia, na Carteira de Câmbio, por dedicar-se à exportação de madeiras.

Conforme é do conhecimento de todos, o Paraná, apesar de ser o maior exportador de grãos do País, de tê-lo sido também no ramo de madeiras, e de consumir em alta escala produtos importados, possui uma estrutura muito débil no setor do comércio exportador e importador, razão pela qual os dois únicos estabelecimentos de crédito comercial do Paraná - Banestado e Bamerindus -, realizam em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, a maior parcela de suas operações de câmbio de exportação e importação.

A Matoveg, firma fundada em 1963, tinha um capital registrado de cinquenta milhões, que comportaria, dentro dos nossos critérios de cadastro, um limite de até dez milhões. Atribuímo-lhe, no entanto, um limite de apenas um milhão.

Foi beneficiária de um adiantamento sobre contrato de câmbio, no valor de Cr\$ 988.900,00, com base em declaração de venda registrada na Cacex, amparada por carta de crédito de banqueiro do exterior, no montante de US\$ 100.000,00.

A mercadoria não foi embarcada no prazo estabelecido e como a Matoveg não liquidou o adiantamento, o Banestado requereu sua falência.

Para dar uma idéia da grandeza do nosso crédito, damos a relação dos demais credores bancários habilitados na concor-

data: - Banco do Estado de Mato Grosso, Cr\$ 63.081.784,92; Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Cr\$ 6.590.712,80; Banco do Estado do Paraná, Cr\$ 988.900,00; Banco Brasileiro Mitsubischi, Cr\$ 444.025,65; Banco Brasileiro de Descontos, Cr\$ 299.100,00 e Banco do Brasil, Cr\$ 132.093,98.

Nosso advogado em Cuiabá, Dr. Lucídio Mello, nos informou que, segundo consta, o Banco do Brasil deverá habilitar mais cinco milhões e o Banco Bandeirantes S.A., mais um milhão e meio.

Cobram-nos os críticos, mais uma vez, o fato de estarmos aplicando fora do Estado, esquecidos de que captamos mais do que aplicamos em nossas agências de outros Estados. (Documentos à disposição de Vv. Excias.). É oportuno lembrar que também durante o período governamental de 1966/70, como em todos os outros, o Banco do Estado operava em todas as modalidades - Carteira Comercial, Carteira de Câmbio e em repasses da Resolução 63 - financiando empresas do Rio, de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Decorrentes de operações realizadas no segundo semestre de 1970, pelo prazo de 18 meses, reformadas em 1972 com amortização parcial por não terem podido os seus beneficiários saldá-las integralmente, pendem de liquidação em nosso Contencioso os saldos de empréstimos feitos à Oleogás Indústria e Comércio e à Cia. Comercial de Vidros do Brasil - CBV, empresas do Grupo Sebastião Paes de Almeida, que entraram em concordata; isto só para dar um exemplo. Em consequência, estão bloqueados, em mãos de empresas paulistas, cerca de dois milhões e meio, valores de 1972, que corrigidos, iriam além de cinco milhões.

São riscos do negócio, a que todos os bancos estão sujeitos. Não vamos culpar os diretores do Banco daquela época, que deferiram as operações originais pelas concordatas das empresas do Grupo Paes de Almeida. Da mesma forma, não podemos ser responsabilizados pela falência da Matoveg.

4 - EMPRÉSTIMO DE US\$ 500.000,00 AO GRUPO MARTINEZ - Chega a ser ridículo o estardalhaço sobre o financiamento concedido a uma das empresas do Grupo Martinez, com garantia hipotecária de bens pessoais do Sr. Oscar Martinez, situados na Faixa de Fronteira.

O Banestado opera normalmente em empréstimos com base na Resolução número 63, tendo repassado a seus clientes, em quantias variáveis entre US\$ 50.000,00 a US\$ 1.000.000,00 recursos captados nos Estados Unidos, na Alemanha, na Suíça, na região do Caribe - onde se concentram os milhões de euro dólares - e em outros países.

O montante global destes recursos se eleva a US\$ 26,5 milhões, aproximadamente. Através desta fonte injetamos na economia paranaense e brasileira cerca de quatrocentos milhões, dólares convertidos à taxa de Cr\$ 15,00.

Procuram nossos detratores, dar a entender tratar-se de caso especialíssimo, de dinheiro captado nas Bahamas, de operação irregular para favorecer um grupo, (por sinal) concorrente dos acusadores), que recentemente adquiriu veículos de comunicação no Paraná, mas que aqui exerce atividades colonizadoras há decênios, embora algumas de suas empresas tenham sede em São Paulo.

Será bom reavivarmos a memória de alguns que, através do "Grupo Lunardelli", também adquiriram e colonizaram terras no Paraná; que obtiveram concessão de dois canais de televisão; e cujas empresas de divulgação e comerciais sempre se beneficiaram de verbas e do crédito oficiais, quando seus diretores ocuparam funções públicas, inclusive a Governança do Estado.

Será que pensam estar ungidos do direito divino dos reis? O que a eles é permitido será aos outros vedado?

Terão o direito de obter concessões e o Sr. Oscar Martinez não poderá comprar jornal e televisões?

Pretenderão seja irregular concedermos empréstimos em

dólares à Companhia Agrícola Amambai e, regular apenas a concessão de empréstimos em dólares, como aquele de US\$ 350.000,00 à Usina Central do Paraná S.A., ao tempo em que esta empresa pertencia ao "Grupo Lunardelli", quando ambas as operações são idênticas e inteiramente regulares? (Documentos à disposição de Vv. Excias.)

Quanto à questão de estar a garantia oferecida pelo Grupo Martinez situada na Faixa de Fronteira, caso fosse um argumento válido, seria inválida a grande maioria dos financiamentos concedidos pelo BADEP e BRDE na região Oeste: seriam inválidas as Cédulas Rurais Pignoratícias e Hipotecárias, através das quais os bancos comerciais — Banco do Brasil inclusive — realizam e asseguram seus créditos aos lavradores e pecuaristas daquela Faixa, pois o INCRA só ratificou pequeníssima parcela dos títulos de propriedade naquela área.

Não nos consta que qualquer estabelecimento de crédito exija, como documento imprescindível para a realização de empréstimos hipotecários naquela Faixa, alguma coisa equivalente a "certidão de ratificação pelo INCRA do título registrado no Cartório de Imóveis da Comarca competente".

Da parte do Banco do Estado, em qualquer caso, exigiu apenas Certidão de Transcrição do Imóvel no Livro número 2, em nome do proponente ou do garantidor, conforme a Lei dos Registros Públicos atual, e mais as certidões de ônus reais, ações, protestos, negativas fiscais e previdenciárias.

Segundo a legislação vigente, se o imóvel tiver sido desapropriado pelo INCRA, o fato constará obrigatoriamente da certidão de transcrição do imóvel no Livro número 2. Se nada constar — e nada consta no caso da Certidão do Imóvel do Sr. Oscar Martinez — e vier o INCRA proventura a desapropriar qualquer imóvel dado em garantia na Faixa de Fronteira, as hipotecas pre-existentes estarão validamente constituídas, e os credores habilitar-se-ão nos valores depositados pelo INCRA em pagamento do preço das desapropriações.

Os Cartórios de Imóveis não podem registrar cédulas ou hipotecas onerando imóveis desapropriados e, como toda a documentação relativa ao nosso financiamento foi devidamente registrada no Cartório de Imóveis ao qual está jurisdicionado o imóvel dado em garantia, são absolutamente infundadas as acusações formuladas e dúvidas levantadas quanto à legitimidade de garantia recebida.

As tentativas de transformar em escândalos operações normais ou problemas financeiros que são riscos do negócio, responderemos com nosso crescimento e com nossos lucros.

Somos hoje o 4o. banco oficial estadual e o 13o. entre todos os bancos do País.

Neste exercício daremos quinhentos milhões de lucros, contra os magros oito milhões no exercício de 1970.

Mesmo multiplicados estes oito milhões, por quaisquer índices de correção, da Fundação Getúlio Vargas, das ORTN, da Caderneta de Poupança, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS, da correção do salário mínimo, não chegarão a dez por cento do nosso resultado deste ano.

Daí a campanha. Daí o inconformismo, a mágoa, a frustração dos nossos adversários e dos que não se conformam com a evolução do Banco do Estado do Paraná nos últimos anos e com os estágios de progresso que o nosso Estado está alcançando neste período governamental, sob a liderança do Governador Jayme Canet Júnior.

Era o que tínhamos a dizer aos nobres Deputados, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que ainda julgarem necessários."

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento) Este, Deputado Luiz Roberto Soares, se V. Exa. me permitir, como preliminar eu indagaria a V. Exa. se este, que V. Exa. acaba de ler, é pronunciamento de V. Exa. ou pronunciamento da autoridade do Executivo que hoje

aqui esteve?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O pronunciamento que acabo de fazer é o relato expendido pelo Presidente do Banco do Estado do Paraná, Dr. Celso da Costa Sabóia, na sessão que realizamos pela manhã, quando ele e mais o Secretário de Finanças aqui estiveram, para prestar declarações e informações que pretendíamos obter, a propósito do desempenho e da atuação do Banco do Estado do Paraná.

O Sr. Enéas Faria — Ouvi V. Exa. com muita atenção e com muito cuidado, e com a atenção e o cuidado que V. Exa. merece. Com a informação de que se trata do pronunciamento do Presidente do Banco do Estado, mais do que nunca me parece que andou bem, e em razão assistiu e assiste ao MDB em não ter aceito a esdrúxula fórmula que a visita ou da informalidade da audiência da autoridade do Executivo, depois deste pronunciamento, eminente Deputado, as dúvidas perduram e continuam, embora o palavreado, as cifras e algumas informações que foram trazidas à Casa, as dúvidas permanecem, não foram esmiuçadas. Ao que me consta, e pelo que diz V. Exa., nada se perguntou e nada mais foi aduzido e acrescentado, me parece que andou bem e anda bem e assiste razão ao MDB, na postura que adotou nesta Casa.

Mas, cumpriria dizer a V. Exa. que toda esta peça não é dirigida à Assembléia Legislativa, e a Assembléia Legislativa não pode se prestar, por não ser o foro próprio, para o tratamento de questões que digam respeito a desinteligências que me parece até, domésticas do partido de V. Exa. A resposta, pelo que pude ouvir, e pelo que compreendi, taxativamente, se dirige a um setor da nossa imprensa; se dirige a um setor do nosso empresariado.

Aqui venho, pelo que diz V. Exa., o Sr. Presidente do Banco do Estado, para trazer resposta aos jornais e televisões que têm noticiado o fato.

À Assembléia nada se diz; ao Poder Legislativo pouco se informou.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado Enéas Faria. Não sei que dúvidas ainda possam perdurar no atilado espírito de V. Exa. porque me parece ...

O Sr. Enéas Faria — Por exemplo, eminente Deputado, eu recolhi quando V. Exa. falava, que espécie de estritas ligações existem entre o Banco do Estado e esta Empresa Bracafé. Trecho do pronunciamento que V. Exa. leu. Parece-me que cumpriria conhecer-se em minúcias, ou se conceituara o que seja ligação estreita.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Ligações estreitas são ligações evidentemente comerciais. Porque ficou claro de que a BRACAFÉ, era a 10a. Empresa brasileira, em exportação de café, e mantinha relações estreitas, comerciais com o Banco do Estado do Paraná como de resto, com vários outros Bancos.

Está aqui devidamente claro, enunciado, de que a BRACAFÉ realmente, se constitua numa empresa até então da maior idoneidade. Em razão, de conjuntura internacional de preço do café se viu forçada a requerer uma concordata na qual o Banco do Estado evidentemente, se habilitou e concordata esta que, será integrante saldada em razão das providências tomadas pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 2a. Vara Cível, de Santos, conforme li.

Realmente, não há outra ligação que não seja comercial. Se evidentemente, o Diretor Presidente da BRACAFÉ mantinha relações pessoais com alguns membros do Governo, eu daria razão a V. Exa. Nenhuma operação do Banco do Estado seria legítima porque, de várias empresas das quais conheço, e que têm amizade com o Deputado Wilson Fortes, seria a única insinuação que realmente pudesse ter alguma dúvida.

O Sr. Enéas Faria (Houve interferências)

V. Exa. está conceituando e está exercitando.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Talvez porque, a leitura tenha sido extremamente rápida, não pudesse V. Exa. captar o seguimento do relatório em que ficou claro que o Banco do Estado tinha relações com a BRACAFÉ — porque a BRACAFÉ operava no Paraná uma firma exportadora, da maior envergadura em âmbito nacional.

Mas, ainda lamentavelmente, não aceito a crítica de V. Exa. no que diz respeito, de que este relatório tinha sido encaminhado para determinada pessoa. É encaminhado aos Srs. Deputados desta Assembléia, e ao longo dele evidentemente também, se contesta algumas críticas dirigidas pelo jornal "O Estado do Paraná".

E aliás, eu me permito que se V. Exa. propunha à Casa, uma conversação era para tratar se não estou enganado, exatamente da BRACAFÉ.

O Sr. Enéas Faria — Deputado, me permite, com isso encerro a intervenção ao seu pronunciamento. O documento é totalmente dirigido não à Assembléia, mas a um setor do nosso empresariado. E falta apenas batisar e eu não vou dar os nomes, porque não preciso dar os nomes ao Presidente do Banco do Estado.

Triste, lamentável e vexatório é que se queira transformar o Deputado em menino de recado do Banco do Estado. Nós não estamos aqui para transmitir recado de quem quer que seja a quem quer que seja.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado, eu considero triste a omissão do MDB em não fazer a indagação diretamente para o Sr. Secretário e para o Sr. Diretor do Banco. Eles que tão gentilmente se dispuseram aqui a responder toda e qualquer pergunta de V. Exa. ainda que tais perguntas pudessem ter dose de malícia, como evidentemente sempre as têm.

De maneira que, considero límpida e clara a posição do Banco do Estado nestes episódios. E espero que da próxima vez que ocorrer uma disputa desta natureza, a bancada que será dirigida por V. Exa. não se omita de questionar devidamente as disputações que vêm a plenário.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Luiz Roberto, eu entendo que este documento não é um documento que foi dirigido, do convite que foi feito ao Sr. Secretário de Finanças e ao Sr. Presidente do Banco do Estado, claro que o Presidente do Banco do Estado depois das críticas que recebeu nesta Casa tinha que vir com dados baseados naquilo que foi pedido. E ele fez um levantamento e trouxe hoje, Levou ao nosso conhecimento na reunião na parte da manhã e nós julgamos por bem. E eu inclusive pedi, que fosse hoje transmitido à Casa, para aqueles Deputados que não compareceram naquela reunião, que lá estava o Presidente, transmitindo as informações, item por item, fazer uma análise de tudo e colocando à disposição para responder a todas as perguntas. E como o MDB se omitiu, em comparecer, era interessante que eles tomassem conhecimento hoje, Mas não é um documento dirigido. V. Exa. faz uma análise dado pelo Presidente do Banco do Estado. E eu creio que, com isto, a bancada do MDB, principalmente o eminente Deputado Enéas Faria, que gostaria de saber, mas preferiu se omitir e não está gostando de ouvir.

Muito obrigado.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, pode parecer impertinência mas eu fiquei agora confuso, dado o aparte do eminente Deputado Gilberto Carvalho.

Estava informado de que o Sr. Secretário comparecia à Casa espontaneamente. Agora, pelo Deputado Gilberto Carvalho, eu fiquei sabendo que veio porque lhe foi feito um convite.

Peço a V. Exa. que me esclareça, se realmente o Sr.

Secretário veio "ex-ponte sua", veio convidado pela Assembléia, ou veio convidado por quem?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O Sr. Secretário de Estado e mais o Sr. Diretor vieram atendendo convite desta Liderança. E com isto penso ter respondido a V. Exa.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite? Deputado Luiz Roberto Soares eu lamento interromper V. Exa. mas se me permite? (Assentimento) Fui à tribuna e em nome da minha bancada, da unanimidade da minha bancada, posicionei não só a minha localização pessoal mas a da Oposição com assento nesta Casa. Procurei ser claro e explícito, mostrando as razões de ordem regimental, de ordem constitucional, de ordem política, que nos levavam a adotar a posição que adotamos e não aceitar a substituição de convocações, por convites. Não fosse de autoria do eminente Deputado Gilberto Carvalho a rotulação de omissão, que me passa; não fosse de autoria de S. Exa. eu poderia me estender na questão. Seria bom que S. Exa. buscasse os sinônimos de omissão, de omissão e que tais.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado, ao encerrar em seguida, direi apenas nobre Deputado Enéas Faria que a posição da sua bancada, explicitada através do seu pronunciamento está devidamente clara, não aceito, não considero válido, mas é um problema de indagação filosófica, que acho desnecessário questionar novamente.

Mas eu quero aproveitar os poucos minutos que me restam para ler nota oficial que faço em nome da Liderança da bancada. Nos seguintes termos: "A propósito de nota em editorial publicado no jornal "O Estado do Paraná" nos quais se comenta e se analisa a posição da bancada arenista quanto à proposição que visava voto de protesto pelo não envio de mensagem de aumento do funcionalismo público estadual, é imperioso esclarecer o seguinte: A aprovação se deu ao final da prolongada sessão de 5a. feira próxima passada quando se encontrava presente em plenário um único deputado da Arena e alguns poucos Deputados da Oposição.

A proposição foi aprovada exclusivamente pela circunstância enunciada acima e se insere em um quadro eminentemente formal, pois na realidade não tem ela apoio da maioria dos integrantes da Assembléia.

Não tem, por outro lado, cabimento nenhum a hipótese de a ausência momentânea de parlamentares arenistas em Plenário tenha sido uma represália por não ter o Sr. Governador convocado extraordinariamente a Assembléia.

Esta hipótese coloca a Assembléia em posição deprimidamente perante a Nação.

Esta versão pretende traduzir a relação entre esta Assembléia e o Poder Executivo como a resultante de uma transação mercantil.

A bancada da Arena — e tenho a mais absoluta certeza também, a nobre bancada da Oposição, quer corporificar esta Instituição — jamais transaria em termos tão baixos e indecentes. Sei desnecessário insistir em tal defesa. A consciência de cada um de nós é suficiente para nos por à côrpo desta maldosa e inverídica versão.

A bancada da Arena entende que o Sr. Governador do Estado é o único Juiz da necessidade da convocação extraordinária ou não. E a bancada da Arena, por meu intermédio, reafirma e revigora a sua inteira solidariedade ao Exmo. Sr. Governador Jayme Canet e sabe que a história o consagrará como um de nossos maiores governantes.

Tem o aparte o nobre Deputado Enéas Faria

O Sr. Enéas Faria — Deputado Luiz Roberto Soares, não cogito da análise da nota oficial que V. Exa. faz com relação a presença de um único Deputado da Arena em Plenário, porque realmente não posso aferir essa questão.

Apenas da ata da sessão é que poderia dizer quantos Deputados estariam presentes e de que partido estariam presentes. De qualquer maneira, a preocupação do MDB com



o problema do funcionalismo, de salários, de vencimentos que não estão condizentes com a sua necessidade mínima de vida é permanente e ativa.

Estamos, neste momento, eminente Deputado, buscando a solidariedade desta Casa, Deputado a Deputado, apelando através de requerimento, onde se colhem as assinaturas, para que S. Exa. o Governador convoque a Assembléia Legislativa e encaminhe mensagem de aumento ao funcionalismo público com a respectiva abertura de qualquer vantagem que pudessem usufruir os Srs. Deputados. Estamos propondo abrir mão de qualquer vantagem de ordem financeira, para que o Governo confira a vantagem financeira necessária e imprescindível ao funcionalismo público.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Da mesma maneira que a bancada de V. Exa., é evidente que a nossa bancada tem permanente preocupação nesse sentido, e acho até que o Deputado Erondy Silvério ocupou a tribuna hoje para tratar do tema.

O Sr. Governador do Estado, pelo que sei, estuda a possibilidade de conceder a maior majoração possível, mas é evidente que a majoração a que fazem jus os funcionários públicos estaduais depende fundamentalmente de uma série de variáveis que precisam ser devidamente avaliadas, para que o Estado não dê ao funcionário menos do que poderia dar ou mais do que o erário pudesse suportar.

A matéria está em pauta e é evidente que a bancada de V. Exa. não tem o privilégio de ser a guardiã e a defensora dos interesses do funcionalismo público estadual.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No horário reservado à Liderança do MDB, por indicação de seu Líder, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, usarei a palavra por 5 minutos, e o restante do tempo será usado pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É possível que, às vezes, a fatalidade ou o acaso, envolvam o cidadão comum, o cidadão normal, num atrito com policiais ou com autoridades. Isso é próprio da rotina da vida.

Mas, Sr. Presidente, alguns fatos acontecido ultimamente, por coincidência ou não, passam a inquietar este Deputado e também a classe jornalística do Paraná.

Há menos de 10 dias, na cidade de Foz do Iguaçu, quando retornavam de Assuncion, os jornalistas, Zenildo Bezerra, do "JB", e Hélio Teixeira, do "Veja", viram-se envolvidos num incidente com as autoridades de trânsito, porque seus automóveis foram guinchados por estarem estacionados em lugares proibidos. Incidente normal que acontece com qualquer cidadão, se não fosse a arbitrariedade daquelas autoridades que acabaram levando aqueles jornalistas para a Delegacia de Polícia, onde foram violentamente agredidos moralmente. E o incidente só terminou, e acabaram não sendo presos, porque um oficial da polícia se fez presente e identificou os protagonistas como jornalistas.

Este ano ainda, o fotógrafo Alberto Viana e o cartunista Soda, foram detidos numa rua do centro de Curitiba e levados para uma delegacia de polícia, onde foram obrigados a pernoitar no xadrez e foram agredidos fisicamente.

Na última sexta-feira, à noite, o jornalista Luiz Manfredine, que se fazia acompanhar de um filho de 3 anos de idade, criança que, por uma eventualidade, tinha que transportar em seu veículo e que, num determinado instante, essa criança seguia o volante do carro e faz com que o mesmo saia de sua trajetória normal. Atrás, num outro veículo, vinha sua esposa com outros familiares. Esse jornalista é barrado no centro de Curitiba por uma RP, donde descem 5 policiais, um deles trajado à paisana. Esse jornalista é desacatado violentamente por esses

policiais que não respeitaram a presença de uma criança de 3 anos de idade, policiais que, em altos brados, levam a criança a entrar em pânico. E a conseqüente, normal, imediata reação do pai, ao pedir a esses policiais que não alterassem a voz, que respeitassem a presença de seu filhinho.

Do incidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o jornalista tem seu carro apreendido. É levado de uma delegacia à outra, é despojado de sua cinta e sapatos, e detido até às 3 horas da madrugada, quando houve interferência de outros jornalistas e advogados, esse cidadão consegue se livrar da polícia. Seu carro está preso até hoje.

Sr. Presidente, parece-me que tais fatos, por coincidência ou não, contra jornalistas, constituem uma preocupação, ou deveria constituir uma preocupação das autoridades. O jornalista Luiz Manfredini, cidadão de boa bagagem cultural, que representa uma parcela mínima de população em condições de saber os seus direitos, não que dizer com isto que a classe de jornalistas seja a elite do País, mas pelas suas próprias funções, o jornalista tem um conhecimento, com base cultural, de seus direitos, de suas prerrogativas constitucionais; este jornalista que solicitou a presença de um advogado, teve negado esse direito. Esse jornalista foi ameaçado por um policial à paisana, que o convidava para sair da Delegacia e tirar a dúvida na rua.

Este jornalista foi ameaçado por este policial de que haverá um acerto de contas quando se encontrar na rua com ele. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se isto acontece com um cidadão, com um jornalista, que pode fazer a sua autodefesa argumentando, imaginem os Srs., aquela grande parcela da população brasileira que por falta de instrução, que por não ter conhecimento mesmo até onde chegam os seus direitos, o que não sofre nas mãos destes policiais?

Parece-me que a Secretaria de Segurança Pública deveria por um parágrafo nisso. Ainda recentemente tivemos notícias de que um advogado foi agredido na Delegacia. Se acontece com pessoas desta estrutura cultural, é de se imaginar o que acontece com um operário, com um analfabeto, com um humilde agricultor que, limitado por ele mesmo, não encontra meios de fazer a sua defesa.

A Casa recebe um requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, em que se solidariza com este jornalista por este incidente. Acredito que, votar solidário a este requerimento, não é, em absoluto, ferir qualquer princípio de autoridade. Mas de trazer à atenção das autoridades o que vem ocorrendo. Não é possível de que uma medida imediata, de uma medida disciplinar, seja tomada pelas autoridades competentes.

Um cidadão à paisana, um policial à paisana, portanto, fora de suas funções, transite numa RP conforme se apurou, numa carona, e passe a fazer ameaças a um cidadão em plena rua, e o que é mais grave, fazer ameaças acompanhado e talvez até, com a cobertura de policiais, para um cidadão que está acompanhado por uma criança de 3 anos de idade.

Ora, Sr. Presidente, isto é um verdadeiro caos na Polícia do Paraná. Se um cidadão, com uma criança de 3 anos é detido numa rua, sem a mínima consideração, sem o mínimo respeito humano ao trauma que esta polícia pode criar na mente de uma pequena criança, então a sensibilidade, o preparo da nossa polícia, quer me parecer, está falido. Sabemos que há preocupação do Secretário, dos responsáveis pela polícia, em elevar o nível de preparo...

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. NILSO SQUAREZI — Mas me parece que não se conseguirá isto, Sr. Presidente, sem que medidas disciplinares sejam tomadas. Esta Casa, Sr. Presidente, através deste Deputado, se insurgiu, quando perante um programa de televisão que passou pelo Brasil inteiro, o "Fantástico", um torcedor de futebol foi agredido em pleno campo de futebol. Foi espancado depois de ser totalmente dominado. Requeremos à autoridade



policial competente deste Estado, para punir aquele policial e não tivemos notícia de que nenhuma medida disciplinar foi tomada. O fato se registrou de uma outra feita: no próprio campo de futebol, onde, novamente, um espectador que num simples e ingênuo fato de tentar no gramado abraçar o seu ídolo de futebol, foi agredido. Repetiu-se a cena, nenhuma medida foi tomada.

Hoje, os fatos se registram contra jornalistas. Estamos nos solidarizando com os jornalistas. Espero que agora o episódio sensibilize o esquecimento, mais uma vez, do Sr. Governador do Estado, que só se lembra de aumentar os seus Secretários, como se convencionou chamar, pela imprensa, de "aumento secreto".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha passagem por esta tribuna tem uma significação não menos valiosa do que este assunto já expandido:

Ocorre que, a minha região, o Oeste do Paraná, somente agora está sendo objeto de algumas e parcas atenções do Poder Executivo do Estado do Paraná, e apenas agora, que se viabiliza a hipótese de uma ligação por rodovia asfaltada, entre o Oeste e o Sudoeste. E já em 1975, através do Projeto de Lei no. 153/75.

Espero que agora o episódio sensibilize as autoridades, porque, neste caso, não se trata simplesmente de disciplinar o policial, trata-se mais, Sr. Presidente, de autoridade suprema da polícia, demonstrar de que não está conivente com esta arbitrariedade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, dentro dos 7 minutos que restam ao horário reservado ao MDB, ao Sr. Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Primeiramente, quero lembrar a esta augusta Casa de Leis, que, no encerramento das atividades parlamentares das Sessões Ordinárias deste período legislativo, esperávamos, sinceramente, que S. Exa. o Sr. Governador do Estado tivesse a diligência, com o funcionalismo do Estado, e, na oportunidade das discussões ou das Sessões Ordinárias, de mandar Mensagem prevendo o aumento do funcionalismo público, a partir do mês de janeiro, para não ocorrer a defasagem e o prejuízo que ocorreu não só no ano passado, mas nos anos anteriores.

É para lamentar, para solidarizar-nos com o funcionalismo público do Estado do Paraná, que rendo, neste momento, este preito, esta homenagem aos "barnabés" tão esquecidos e que tão no silêncio trabalham para o engrandecimento do Estado do Paraná.

Ocorre que, se S. Exa. não diligenciar perante o secretariado competente, e viabilizar o esquema de aumento do funcionalismo, durante o recesso do Poder Legislativo, inegavelmente terá, o funcionário, mais uma vez, prejuízo na remuneração de seus serviços prestados. E lembro novamente a sua teológica de São Thomaz de Aquino: "todo trabalho digno, todo trabalho honesto, tem que ter digna remuneração, como reciprocidade dos serviços prestados". E é evidente, que, se o Governador do Estado não convocar agora, em caráter extraordinário, a Assembleia Legislativa, para tratar do aumento do funcionalismo e outros assuntos de grande relevância que precisam ser tratados e precisavam, já, ser tratados, o Estado do Paraná, o funcionalismo e o seu próprio desenvolvimento ficará postergado a segundo plano, e quem sabe até, este aumento possa ser proposto apenas no período do funcionamento ordinário desta Assembleia, que será a partir do mês de março de 1978.

Já em 1975, através do Projeto de Lei no. 153/75, nós instávamos, nos aprovávamos uma proposta que se transformou em projeto de lei, que foi aprovado por este Poder e que pretendia autorizar o Executivo a transferir ao DER, a conservação

e melhoria da estrada Guaraniaçu a Altamira; durante a discussão deste projeto que, em última análise, representa a ligação do Oeste do Paraná com o Centro do próprio Estado do Paraná, através de uma estrada que se pleiteava, ligando Guaraniaçu ao Município de Palmital, e, mais especificamente, ao Distrito de Altamira, S. Exa. o Sr. Deputado Jurandir Messias que foi veemente naquela oportunidade, em enfatizar o empenho do Governo do Estado para viabilizar a construção dessa outra e, já no fim deste período legislativo, ocupo o horário da Liderança do MDB, para cobrar de S. Exa., nobre Deputado, que empenhou e hipotecou nesta Assembleia, a palavra de que o Sr. Governador do Estado viabilizaria essa estrada ainda equacionando os seus organismos, a sua Secretaria, para permitir que esta estrada fosse construída.

Eu quero, Sr. Deputado, aproveitando o declínio deste período legislativo, enfatizar a V. Exa. que não sei quem é que está faltando com o povo daquela região — se é V. Exa. a quem tanto respeito pelo seu posicionamento, ou se é S. Exa. o Sr. Governador do Estado, a quem tanto V. Exa. defendeu.

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. me permite um aparte? — (Assentimento)

Deputado Fidelelino Tolentino,

V. Exa. me surpreende, na tribuna, porque me cobra...

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem o dever de alertar o eminente Deputado, que tem um minuto somente para concluir. Já havia sido advertido.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa., Sr. Deputado, me cobra, da tribuna, uma dívida que, na realidade, assumimos naquela época; não fujo, Sr. Deputado a esta responsabilidade. Só que V. Exa. situou mal, no meu entender, o problema daquela estrada. Realmente, votamos com o seu projeto, ajudamos a aprovar o seu projeto mas, o mesmo era inconstitucional e voltou a esta Casa para apreciação do veto governamental.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas foi aprovado aqui.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Foi aprovado, mas o veto também foi aprovado por esta Casa de Leis, porque o projeto era inconstitucional.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas isto não impede que S. Exa. o Governador do Estado possa construir a estrada.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Mas eu diria ao ilustre Deputado, V. Exa. tem toda razão e eu não fugirei, jamais, a esta responsabilidade e me comprometo, de público, com o Deputado Fidelelino Tolentino, que tem demonstrado uma dedicação toda especial por aquela região que temos a incumbência de defender, de atender; que, na primeira oportunidade, levarei o problema ao Sr. Secretário dos Transportes, Osires Stenghel Guimarães.

Ficam aqui, Sr. Deputado Fidelelino Tolentino, os nossos agradecimentos. Eu poderia, nesta ocasião, ser até mais veemente com V. Exa., mas sei acatar, sei respeitar uma crítica construtiva que faz V. Exa. da tribuna, porque quando V. Exa. foi à tribuna, foi para defender o interesse de uma comunidade, esta comunidade que também eu tenho o mesmo interesse de defender e de atender. Portanto, Deputado, pode V. Exa. sair da tribuna tranqüilo, porque na primeira oportunidade levarei sua voz e suas palavras ao Sr. Secretário Osires Stenghel Guimarães.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É a voz daquela comunidade. Eu agradeço à Presidência a tolerância de poder concluir meu raciocínio e aproveito a oportunidade para desejar excelentes festas a todos os parlamentares e funcionários desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Pela ordem, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Sr. Presidente, parece que não há número para votar a Ordem do Dia, e portanto, requeiro a V. Exa. a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.  
O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada 39 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Sr. Presidente, eu só gostaria que a Mesa me informasse, se foi registrada a minha presença. Porquanto o Sr. 1.º Secretário chamou duas vezes, eu respondi à primeira vez e ele me chamou à segunda. E já ocorreu Sr. Presidente, eu não gosto de faltar à sessão, porque cada sessão desta é paga pelo povo, contribuinte paranaense. Quando ele vai pagar o seu imposto, ele contribui religiosamente com o geton de cada Sr. Deputado. Então, eu não gosto de faltar à sessão.

E depois que reassumi aqui, a função de Deputado, eu tive uma falta que realmente, eu não estava em Curitiba. Mas me foi anotada outra falta que já requeri justificativa à Mesa, porque eu não faltei àquela sessão. E hoje, o Sr. Secretário, para surpresa minha, o Sr. 1.º Secretário ad-hoc, chamou meu nome, eu respondi presente. Logo em seguida chamou novamente, eu respondi. Então, eu gostaria que a Mesa informasse se foi computada a minha presença ou não.

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) A Presidência informa ao eminente Deputado Erondy Silvério, que mesmo que a Presidência ou a Secretaria desejasse expungir V. Exa. da presença, não poderia fazê-lo, porque foi V. Exa. quem requereu. E no caso de obstrução de sessões, jamais se poderia dar ausência ao Deputado que requer verificação de votação. Automaticamente, V. Exa. teria a presença anotada porque as notas taquigráficas e a Ata, forçosamente, mencionarão que, em Questão de Ordem, V. Exa. foi quem requereu verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Sr. Presidente, agradeço, e quem está assistindo a sessão, os nobres Srs. Deputados, podem estar pensando: “bem feito, ele podia dormir sem essa”.

O SR. PRESIDENTE – Absolutamente, a Presidência não teve a intenção.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Mas eu ainda volto a insistir, que o Sr. 1.º Secretário não devia chamar meu nome. Fui eu o autor do requerimento de chamada nominal, então não devia chamar o meu nome e o fez. Não devia repetir. É essa a razão da Questão de Ordem, Sr. Presidente, eu agradeço e espero que o Sr. 1.º Secretário não guarde nenhum ressentimento, quanto a esta observação. Mas é que sou cioso quanto à questão de comparecimento.

Eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) O Deputado Erondy Silvério presta um grande serviço à Mesa, porque a Mesa verifica, eminente Deputado, que a relação constante da lista de nomes dos Srs. Parlamentares, estão realmente todos os nomes, com pequeno espaço de um para outro, a Presidência aliás, já solicitou da Administração da Casa, que ao elaborar nova relação, pudesse distanciar um e outro nomes, possibilitando evitar que em outras oportunidades não se dê presença a deputado que não está presente, dado a exiguidade do espaço. Mas a Presidência agradece a intenção de V. Exa.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente. Necessita de apoio.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela ordem) Sr. Presidente, não é usual que se negue apoio a nenhuma proposição nesta Casa. Todavia, eu gostaria que V. Exa. me fizesse chegar às mãos a Lei citada por V. Exa., a qual o nobre Deputado Valter Pietrângelo pretende modificar, para que eu dê meu apoio conscientemente.

O SR. PRESIDENTE – ((Ivo Thomazoni) Realmente S. Exa. não anexou a lei 636 ao projeto de Lei. E V. Exa, como qualquer dos parlamentares, têm o direito de, regimentalmente, requerer que se o faça. Todavia, a Presidência, se isso pudesse interessar ao Plenário, o que S. Exa. pretende é criar 6.262 cargos de servente nível 1, no quadro próprio do Poder Executivo. Em última análise, é o que pretende S. Exa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) Muito justa a proposição e leva o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Os Srs. Deputados que apoiam o projeto de lei, permaneçam como estão. APOIADO – Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei no. 100/77, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE RENASCENÇA, com sede na cidade do mesmo nome. – APROVADO.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei no. 110/77, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CATÓLICA FILANTROPICA SANTA EFIGÊNIA – ACAFISE”, com sede nesta capital. – APROVADO.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei no. 151/77, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE PARAISO DO NORTE, com sede e foro na cidade do mesmo nome. – APROVADO.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei no. 155/77, que declara de utilidade pública o INSTITUTO RIOMAFRENSE DE BEM ESTAR DO MENOR – IRBEM, com sede e foro na cidade de Rio Negro. – APROVADO.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução no. 332/77, Mensagem no. 33/77, ex-Proposição no. 273/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e a Sudesul, objetivando realização de cursos de treinamento no âmbito da Administração Municipal do Estado. – APROVADO.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei no. 128/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo alienar ao Município de Teixeira Soares, terreno localizado no quadro urbano do Distrito de Angai, com área, limites, divisas e demais características, constantes do registro de imóveis da Comarca de Teixeira Soares. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. – Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) A Presidência deseja informar que no decurso desta sessão, pretende promulgar a Resolução 312/77 de autoria dos Srs. Deputados Accioly Neto e Muggiati Filho, ao mesmo tempo que haverá também de promulgar o Projeto de Resolução no. 377/77, de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, que altera a Resolução 37/72.  
O SR. TRAJANO BASTOS – (Pela ordem) Com a devida data vênha ao Deputado que se encontra na tribuna, parece que não há número para prosseguimento da sessão. Solicito de V. Exa. medidas para se verificar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e pede também, endossando as desculpas solicitadas pelo eminente Deputado Trajano Bastos, desculpas ao Sr. Deputado Erondy Silvério, mas não pode fugir à determinação regimental e terá que fatalmente proceder à chamada nominal para constatação de quorum para prosseguimento da sessão.

A Presidência deseja, antes de fazê-lo, advertir aos Srs. Deputados que, sendo esta última sessão do atual período legislativo, da terceira legislatura, ou melhor, o terceiro período da oitava legislatura, nós teremos que apresentar, após a Ordem do Dia, a Sinopse, levantar a sessão, elaborar a ata dos trabalhos desta sessão, aprovar a discussão desta sessão para convocar os Srs. Deputados para a 1.ª sessão ordinária do 4.º período legislativo da 8.ª legislatura.

A Presidência advertirá aos Srs. Deputados e, em consequência, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal.

(Soam os tampanos)

(O Sr. 1.º Secretário procede à chamada nominal)

Encontram-se presentes 28 Srs. Deputados.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, para discutir o Projeto de Lei no. 128/77.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho aqui em mãos Projeto de Lei no. 128/77, de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder do Governo e Líder da Arena nesta Casa. No Art. 1.º, diz o seguinte. (Lê o projeto).

Na justificativa, o Sr. Deputado diz o seguinte: “que se pretende com a apresentação do presente projeto de lei, transferir para o patrimônio do Município de Teixeira Soares, um imóvel do qual deverá aquela comuna, utilizar-se para servir a coletividade do Distrito de Angai.

Destaque-se que o referido imóvel não tem hoje destinação certa, não trazendo, por via de consequência, qualquer benefício ao Estado, como particularmente à população do distrito mencionado. Nestas condições, apresentamos este plano de lei à consideração de nossos nobres e ilustres Pares, esperando a necessária acolhida e final aprovação”

Bom, instruindo o projeto, a Coordenadoria do Patrimônio do Estado, através do Ofício 34/77, diz o seguinte: “Doação ao Município de Teixeira Soares, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no quadro urbano do Distrito de Angai, com área total de 873 metros quadrados, 76 cm. com um prédio de madeira antiga”.

Aí vem a informação que é dada por Egon Harold de Ferenczi, que é o Coordenador do Patrimônio do Estado. Ele dá ao Secretário a seguinte informação: “trata o presente, de uma solicitação da Prefeitura Municipal de Teixeira Soares para a doação de uma área de terreno com 873 metros quadrados e 76 cm., com um prédio em madeira antiga, localizada no Distrito de Angai, de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por compra e venda, conforme está a inscrição, no. de ordem, 199, do Livro das Transmissões no. 03, a, nas folhas 64, de 09 de outubro de 1950, da Comarca de Teixeira Soares.

Agora vem o importante, outrossim, informamos que o prédio continuará em funcionamento até a conclusão do novo Grupo Escolar.

É aí que não entendo, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu gostaria de concluir o meu raciocínio, depois eu darei com todo o prazer. Eu não entendo, Sr. Presidente, porque as informações divergem da justificativa, porque o nobre Deputado Luiz Roberto Soares na justificativa, diz que o imóvel não tem hoje destinação certa. E nem uma utilidade. Não trazendo, por via de consequência, qualquer benefício não só ao Estado, como, particularmente, à população do distrito mencionado. Vem o Sr. Coordenador do Patrimônio do Estado e diz exatamente o contrário. Que o prédio continuará em funcionamento até a conclusão do novo

Grupo Escolar. E eu, antes de ler o restante da informação, queria fazer um comentário, porque vou votar contra, Sr. Presidente.

Porque, triste País este, Sr. Presidente, e nobres Srs. Deputados, em que vem um município pobre, do interior do nosso Estado, situado num dos bolsões subdesenvolvidos, desta terra, que é Teixeira Soares, pedir a um representante do povo que, através de lei, se destine àquele município, uma área de terreno que não chega a 1.000 metros quadrados, cujo terreno contém uma casa velha, de madeira que serve, hoje, como um estabelecimento de ensino, um grupo escolar; triste País este, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, em que uma Petrobrás empresta a uma firma em estado falêmico, 28 milhões de cruzeiros, só porque, na Direção desta firma, existiam parentes afins de um dos Diretores da Petrobrás. Dinheiro que não mais retornará aos cofres da Nação, embora dinheiro, como todos sabem, não se evapora, esse dinheiro deve estar no bolso de alguém. Enquanto a Petrobrás joga pela janela, 28 milhões de cruzeiros, a um bando de espertos e safados, vem um pobre município situado num dos bolsões subdesenvolvidos deste Estado, chapéu na mão, pedir a um Sr. Deputado que apresente a esta Casa, um projeto de lei visando a doação, ao mesmo município, de um terreno com menos de 1.000 m<sup>2</sup>, contendo uma casa velha; triste País este, Sr. Presidente e nobres Deputados, em que o Ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, vai ao Congresso Nacional, na presença dos representantes do povo desta Nação, e confessa ali, de público, que só este ano, que só durante o primeiro semestre de 1977, o Banco Central, em sua conta de risco, despendeu 28 milhões de cruzeiros, para cobrir os furos das financeiras — 28 milhões de cruzeiros arrancados do bolso do contribuinte, dinheiro que não mais retorna. Mas dinheiro que, exemplo do que já disse, no caso da Petrobrás, não se evapora, deve estar em alguma conta numerada na Suíça.

E vem um pobre município do Paraná, pleitear junto a uma Casa de Leis, a doação de um terreno de menos de 1.000 m<sup>2</sup>, com um prédio velho, que serve hoje de escola — eu avalio, todos os Srs. Deputados devem avaliar as precárias condições daquele prédio servindo hoje de estabelecimento de ensino.

E nós nos entristecemos, como homens da Arena, Partido que tem por dever maior dar sustentação política aos governos revolucionários, mas Partido que, lamentavelmente, sempre tem se curvado às exigências do poder, sem jamais ter coragem de interpelar o Governo sobre a desastrosa e desastrosa política financeira que vem pondo em prática, desde os tempos de Delfim Neto; Partido que deveria ter autoridade suficiente porque representa o povo, e o maior respaldo, e a maior autoridade, é aquela que advém justamente do povo e a Arena, por ser um partido majoritário, no Congresso Nacional, é a que tem, obviamente, maior respaldo popular e este Partido tinha obrigação de exigir do Governo, punição aos homens que enriquecem, ilicitamente, às custas da miséria do povo brasileiro. No entanto, a Arena recebe com a maior naturalidade do mundo, o Ministro da Fazenda, que vai ao Congresso Nacional, e com a maior naturalidade do mundo, diz que 28 milhões de cruzeiros são irrecuperáveis, apenas no 1.º semestre de 1977

Discutia-se aqui, nesta Casa, Sr. Presidente, e nobres Srs. Deputados, requerimento da Oposição, em que se solicitava a presença, nesta Casa, do Sr. Secretário de Finanças e da Diretoria do Banco do Estado, para prestar esclarecimentos sobre proposição, considerada como escândalo — a concordata e a falência de 2 grupos empresariais do Estado. E naquela oportunidade, eu me solidarizava, em parte, com aquele requerimento, achando que a Casa deveria, necessariamente, convocar o Sr. Secretário de Finanças, para questioná-lo, para indagar, para inquiri-lo sobre assuntos de sua pasta que, realmente, interessam à coletividade paranaense. Mas me manifestava naquela oportunidade, contrário à convocação, por esta Casa, da direto-

ria do Banco do Estado. E justificava o meu ponto de vista, de ser aquele estabelecimento bancário uma sociedade anônima, que, pela nova Lei das S/A, embora o Governo tenha nele 51 por cento das ações do seu capital, não poderia, não pode e, é esta a tese que eu sustento, vir a esta Casa prestar, publicamente, informações sobre negócios bancários, negócios que eu, como acionista do Banco do Estado, talvez não concordasse.

Já darei o aparte, apenas completando o meu raciocínio, em primeiro lugar ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, apenas quero completar o meu raciocínio — porque os bancos são protegidos pela lei do sigilo bancário. E eu chegarei lá nesse assunto que estou discorrendo com relação à minha não concordância em que aqui comparecessem os Srs. Diretores do Banco do Estado.

Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério, nós estamos ouvindo atentamente o brilhante pronunciamento em defesa dos municípios menos favorecidos. E o problema de Teixeira Soares, deixaremos para outra oportunidade.

Sobre o problema do Banco do Estado e da Secretaria de Finanças, vimos apenas, e V.Exa. sabe que, hoje, estiveram aqui o Sr. Celso Sabóia, Diretor-Presidente do Banco do Estado e o Sr. Jayme Prosdócimo, Secretário das Finanças. E esteve, Sr. Presidente, quase que a totalidade da Arena, esteve o Deputado Erondy Silvério, estivemos, ouvindo as exposições feitas, digo, as explanações feitas, brilhantemente, acauteladamente, com o raciocínio de um comerciante que está expondo aos seus acionistas, como disse V. Exa., o desenvolvimento e o progresso de sua firma.

Qual não foi a nossa surpresa, Sr. Deputado Erondy Silvério, ao vermos o Presidente do Banco do Estado, esse homem íntegro, esse homem...

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, parece que eu não entendi bem o que se discute. Parece-me que é o Projeto de Lei no. 128/77, de autoria do nobre Líder da Arena, e que fala que autoriza o Poder Executivo alienar por doação, ao Município de Teixeira Soares, determinado terreno. E se discute, parece, problema do Banco do Estado, Sr. Presidente, completamente fora do assunto em que trata a matéria.

Razão pela qual, gostaria que V. Exa. prevenisse os que estão apartando e o ilustre orador, que se refiram ao assunto, especificamente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência está ouvindo com uma atenção que bem justifica a gravidade da matéria em discussão, e a Presidência confessa que não observou, em nenhum instante que S. Exa. o Sr. Deputado Erondy Silvério, ou S. Exa. o Sr. Deputado Gabriel Manoel, tenham fugido ao assunto em debate, porquanto a matéria que está em discussão está intimamente ligada com o empobrecimento dos pequenos municípios do Paraná.

Por esta razão, a Presidência lamentavelmente deixa de acolher a questão de ordem do Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, apenas para concluir a questão de ordem que V. Exa. não acolheu, dizer a V. Exa. que eu estava prestando atenção muito bem e o Deputado Gabriel Manoel, com sua simplicidade, disse que ia deixar o problema da doação do terreno de Teixeira Soares de lado, razão pela qual V. Exa. não está prestando muito bem a atenção.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

Disse que ia deixar, para numa oportunidade discorrer, quando eu voltaria a falar.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência só se situará e também entendeu que momentaneamente deixaria de lado. Devolvo a palavra ao Deputado Erondy Sil-

vério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu vou transferir a palavra ao nobre Deputado apartante, mas eu gostaria que V. Exa. descontasse do tempo que tenho direito, para discutir a matéria, a interrupção, aliás sadia, do nobre Deputado Adalberto Daros, embora eu nesta idade não deva mais receber lições aqui dentro desta Casa. Eu estou muito velho para receber lições. Mas, como o nobre Deputado Adalberto Daros é um velho amigo que eu tenho, é um Deputado que eu respeito, é um Deputado que realmente tem trabalhado pelo povo, aqui nesta Casa, eu aceito de bom grado. Só gostaria que V. Exa. descontasse do meu tempo onze minutos de interrupção.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta, todavia não poderá fazê-lo, porque não pode postergar direitos regimentais que devem ser assegurados aos Srs. Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Quielise Crisóstomo, também inscritos para discutir esta matéria, que, no entender da bancada, tem uma importância transcendental como qualquer outra matéria.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu me curvo à decisão da Mesa. Acontece que apartes inserem-se na discussão da matéria. Agora, uma questão de ordem que não tem relação nenhuma eu acho que a decisão da Mesa foi um tanto extemporânea. Acho que não está amparada regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência procurará, de agora em diante, estudar melhor detalhes do Regimento Interno para, no futuro, não faltar com a consideração que V. Exa. merece.

O Sr. Gabriel Manoel — Dizia eu, ao nobre Deputado Erondy Silvério, nosso companheiro de bancada, sobre o problema da cidade de Teixeira Soares, uma cidade carente de recursos como diz V. exa., e que felizmente encontra respaldo neste Poder Legislativo, em homens de gabarito de V. Exa. e homens do gabarito do nosso líder Luiz Roberto Soares, para que, numa tribuna como hoje, façam valorosa e corajosa defesa de um município carente como este, de recursos.

Quando o município pede, Sr. Deputado, para que seja transferido para aquele município um próprio do Estado, para que lá se façam obras que venham beneficiar o povo, significa que as autoridades municipais estão procurando atender as necessidades do povo.

Então, eu me curvo a V. Exa., recriminando os altos escalões que deixam postergados os municípios, que precisam vir por intermédio de valerosos Deputados, pedir para ali a doação de um próprio do Estado, para servir aquela população generosa que luta em benefício de sua terra e de sua gente.

Está de parabéns, V. Exa., em defender o povo.

Dizíamos nós, ilustre Deputado, que hoje às 10,30 horas, estivemos em reunião com S. Exa. o Sr. Presidente do Banco do Estado, bem como com o Sr. Secretário de Finanças, porque falava também V. Exa. em finanças e sabemos que naquela pequena comuna também existe a finança completamente entrosada com o Paraná e conseqüentemente com os órgãos estatais do Estado.

Dizíamos nós, Sr. Presidente, qual não fora, a nossa surpresa, ao ver o lucro do Banco do Estado, uma previsão de 500 milhões de cruzeiros, e V. Exa., Deputado Erondy Silvério, um dos seus acionistas, há de estar contente, porque o seu dinheiro está muito bem aplicado.

Então, apenas por uma questão de anomalia, vimos ilustre Deputado Erondy Silvério, toda a bancada da Arena e somente dois Deputados do MDB, o ilustre Deputado Scarpe- lini e o Deputado Ernesto Gnoato, que têm interesse real e palpável pelo desenrolar dos acontecimentos do Banco do Estado.

Estranhamos, Sr. Deputado, me permita, Sr. Presidente, fazer uma pequena deriva à ausência dos Srs. Deputados que não

foram lá, que clamam, que pedem para que o Banco do Estado preste contas, e só esteve a bancada da Arena e dois elementos do MDB, que queriam saber o que estava acontecendo com o dinheiro do povo. Então é isso, que me congratulo com V. Exa., continue lutando pelo bem estar de nossa terra e de nossa gente, e das pequenas comunas como é Teixeira Soares, in-crustada no Sul do Paraná, esta Teixeira Soares de grandes momentos e de fato histórico, que há de ter em V. Exa. e no Deputado Luiz Roberto Soares, os defensores lúdimos daquela gente que trabalha, que moureja naquelas plagas.

Muito bem, Deputado Erondy Silvério, continue defendendo o povo, contra os erros do Governo, contra os erros da Arena, que estaremos par e passo junto com o povo, sem demagogia, lutando ombro a ombro pelo bem estar de nossa terra e de nossa gente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a V. Exa., e tenho o prazer de conceder o aparte ao nobre Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria— Nobre Deputado Erondy Silvério, compreendo-lhe a presença na tribuna. Pretendia de início apartear-lo, agora me animo a discutir, e esperarei o momento regimental propício, para também usar da tribuna, e discutir esta matéria. Até mesmo colaborando com o propósito de V. Exa.

Mas o tema que V. Exa. propõe a esta Casa, merece ser pensado, Deputado Erondy Silvério, a influência das más aplicações de recursos do Banco do Estado, na doação de um terreno no distrito de Angai, no Município de Teixeira Soares. É um tema palpitante, profundo, e que merece uma análise. E eu acho que tem, a má aplicação de recursos do Banco do Estado, tem aplicação profunda na vida deste município. Deste distrito, razão porque se lhe pretende ofertar por doação um terreno.

Mas vou discutir isso num momento regimental, oportuno, e propício. O tema que V. Exa. propõe e oferece à Casa eu o recolho, para discussão posterior.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa. e digo à Casa e ao povo do Paraná, que o MDB é um Partido feliz.

Que hoje, ao que me consta, deixa sua liderança, um elemento de escol, um Deputado que honrou o seu mandato, e me orgulho disso, porque ele é meu conterrâneo, é guarapuavano. Deixa a liderança do MDB hoje, um Deputado culto, inteligente, patriota, e que eu posso falar, de julho para cá, quando reassumi uma cadeira nesta Casa, mas, neste interregno, ele deu elevada mostra do seu caráter, do seu patriotismo, sempre negociando com o Sr. Líder do Governo, as votações de matérias que realmente virão ao encontro do interesse da coletividade. O Deputado Trajano Bastos realmente honrou, não só abrilhantou a Liderança, mas honrou a Liderança do MDB. Por isso que eu digo que é um Partido feliz.

Não conheci a atuação do líder anterior, Deputado Osvaldo Macedo, mas dele também tive excelentes informações. E hoje, ao que me consta, a bancada do MDB acaba de escolher o seu líder, o Deputado Enéas Faria.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento)

Eu aproveitaria esta oportunidade, para, de viva voz, quando se encerram os trabalhos legislativos, referentes ao período de 1977, também tornar público meu reconhecimento da competência e da grandeza que sempre animaram o comportamento do eminente Deputado Trajano Bastos nesta Casa. Sempre foi extremamente zeloso na defesa dos interesses superiores do Paraná, como também zeloso foi no interesse de sua bancada. Razão pela qual, como líder na Aliança Renovadora Nacional, quero manifestar o meu reconhecimento por tão excelsas qualidades de que ele é portador. E registro que em nenhum momento o eminente Líder Trajano Bastos faltou com o civismo e com o cavalheirismo que devem presidir o comportamento de um parlamentar. Con-

cordo, portanto, com V. Exa., na exaltação de tão apreciadas qualidades.

Mas também quero, neste momento, trazer à colação e propor uma reflexão, já que se discute em última discussão, projeto de minha autoria, que pretende autorizar o Poder Executivo doar um imóvel ao Município de Teixeira Soares.

Digo propor uma reflexão, porque este projeto indica claramente a necessidade de melhor se fazer uma redistribuição tributária neste País. Porque os municípios, na realidade, pelo menos a grande maioria dos quase 4 mil municípios brasileiros que estão a depender sempre de um auxílio federal ou estadual. Se tiver necessidade de adquirir um imóvel para a construção de um prédio escolar, têm que recorrer a um projeto de lei e da sua sanção, para que possa obter, pela via gratuita, às vezes mil metros de uma área que não deve ser nem sequer muito valorizada.

Li há alguns dias atrás, no "Jornal da Tarde", a situação difícil em que se encontram os municípios brasileiros, em razão desta distribuição tributária que não os contempla devidamente. E fiquei assustado, nobre Deputado Erondy Silvério, quando li, nesta mesma edição, a posição e a situação do outro pujante Estado do Rio Grande do Sul. E quando lá se denunciava a extrema dificuldade que os municípios do Rio Grande do Sul estão apresentando, que eles nem sequer têm possibilidade de se valer da ajuda estadual. Porque o Estado do Rio Grande do Sul deve, ele próprio, exatamente o que vai arrecadar orçamentariamente o ano que vem, perto de 19 bilhões de cruzeiros, que é exatamente a sua receita para o próximo ano. De onde se conclui que também os Estados hoje não dispõem de uma receita capaz de os mobilizar para enfrentar todos os problemas que são decorrentes da ação administrativa a nível estadual.

Na iniciativa privada, a mobilidade da população, o aumento demográfico sempre exige uma pronta resposta do Poder Público; porque este País é um país extremamente rápido, onde as capilaridades sociais, as mobilidades sociais, a explosão demográfica, o avanço da fronteira agrícola, estão a exigir dia a dia, uma capacidade de resposta que nem sempre o poder público pode oferecer. Não é exatamente o caso do Rio Grande do Sul que eu enfoco neste momento.

Da maneira que este projeto enseja esse tipo de reflexão. Eu concordo. Era parte do modelo econômico que se implantou no País, a partir de 1964, o fortalecimento financeiro do Poder Central, porque realmente alguma justificativa existia para este modelo, porque o Brasil tinha sérias disparidades regionais: o Nordeste, a Amazônia, dependiam exclusivamente da ação do Governo Central para poder retomar o ritmo de desenvolvimento capaz de equilibrar todas as outras regiões do País.

Acredito que o modelo, de certa forma, deu certo, mas também acredito, que a realidade está impondo uma mudança, uma reorientação neste esquema concentracionista central.

É verdade que todos os países em desenvolvimento, e principalmente um país de dimensões continentais como é o Brasil, precisa ter um poder forte central, mas também é verdade que atingimos um estágio de desenvolvimento que talvez já permita e autorize uma melhor redistribuição das receitas públicas para que municípios como Teixeira Soares, não tenham que se socorrer de expediente tão insofrito como o de uma autorização legislativa para ganhar poucos mil metros para edificação de uma escola.

Talvez até fosse um desafio fascinante aos parlamentares que têm se queixado, às vezes com certa razão, de que o Legislativo perdeu muito da sua vitalidade, se nós nos mobilizássemos talvez até em uma campanha a nível nacional para tentarmos conscientizar os nossos parlamentares federais, as nossas autoridades federais, no sentido de repensar no modelo tributário brasileiro.

Sei que V. Exa. sempre foi um arraigado municipalista;



sei que V. Exa. talvez dê o seu assentimento e a sua concordância a esta tão pobre reflexão que faço neste momento.

Seja como for, nobre Deputado, eu proporia que todos nós estudássemos, pesquisássemos e, afinal, levássemos uma sugestão viável para esta remodelação do esquema tributário nacional.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O aparte de V. Exa. enriquece o nosso pronunciamento e eu o divido em duas etapas: a primeira, quando V. Exa., de forma elegante, escoreita, como sempre, faz justiça ao nobre Deputado Trajano Bastos, com quem conviveu, na qualidade de Líder do Governo, e o nobre Deputado Líder da Oposição; e, a segunda parte, quando V. Exa., para felicidade dos homens da Arena, adota um pensamento que deveria, desde muito, ser o dominante, entre aqueles que têm a responsabilidade de dar respaldo à política do governo revolucionário.

Há muito tempo é que o modelo econômico adotado no País precisa de modificações, principalmente a ditadura do Poder Central, com relação ao sistema financeiro do País, onde os Estados e os Municípios, dependem exclusivamente do Poder Central, política que não está certa, e que leva a distorções como esta, que se verifica com o pobre Município como o de Teixeira Soares.

Mas eu dizia, Sr. Presidente, na oportunidade, que o MDB é um Partido feliz. Feliz porque tem em sua bancada, homens que, além do patriotismo, que além da cultura, realmente, são homens que defendem as legítimas causas populares.

Sai um excelente Líder. Assumirá um moço culto, inteligente, campeão dos votos no Paraná, que teve uma votação consagradora como Deputado Estadual, em 74, mercê de seu trabalho, mercê de suas apresentações na televisão, que inspirou a confiança do povo do Paraná.

Culto, de raciocínio ágil e vai, realmente, dar muito trabalho à bancada da ARENA e ao culto e inteligente Líder Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Apoiado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vejam como é ágil de pensamento o nobre Deputado Enéas Faria: ele tentou confundir aquilo que eu havia afirmado com relação ao Banco Central, com relação às declarações do Ministro da Fazenda, no Congresso Nacional, tentou relacionar aquelas declarações e o estouro das financeiras com eventuais prejuízos de um banco estatal.

Acontece que a diferença é clara, é da noite para o dia. O Banco do Estado correu um risco de negócio. Porque, a função do Banco é vender dinheiro, é vender financiamentos, é proporcionar ao comércio, à indústria, e à agricultura, condições de progresso, condições de desenvolvimento.

E os casos de que se acusa a Diretoria do Banco do Estado são casos meramente de riscos comerciais.

Vejam o Grupo Frimesa do Oeste paranaense, ele nos sobressaltou a todos. Aquele complexo agro-industrial, de muitas e muitas empresas, entra com um pedido de concordata. Entre os estabelecimentos bancários, relacionados como credores do Grupo, aparece o Banco do Estado, com uma parcela não muito significativa em relação aos demais estabelecimentos de crédito.

Mas, é risco de negócio. Na oportunidade em que se concedeu o financiamento, as garantias eram reais, como continuam sendo. Uma concordata preventiva não quer dizer falência fraudulenta.

Agora, com relação ao Banco Central, nobre Deputado Enéas Faria, acho que houve dissidência, dissidência do Banco Central no policiamento das financeiras que arrecadam o dinheiro do povo, de poupança, para jogar pela janela. Pela janela não, para os bolsos de meia dúzia de espertalhões que têm usado desse expediente, há muito tempo no País, trazendo graves prejuízos à economia popular.

São duas situações completamente diversas, diferentes, que não permitem analogia entre si. Uma é o risco de negócio. Quem não os tem? Basta ser comerciante para correr o risco de uma boa ou má transação.

O crescimento extraordinário, a rentabilidade do Banco do Estado, ninguém comenta?

Ninguém sabe que o Banco cresceu tantas e tantas vezes? Fruto de uma boa administração. Fruto de uma confiança que o povo, que o comércio, que a indústria, a agricultura, deposita no Banco do Estado. O Banco do Estado é o nosso principal estabelecimento de crédito. Não faço elogio ao Sr. Jayme Canet Júnior, nem à atual Diretoria, mas ao Banco em si, estabelecimento de crédito sujeito a operações ruins; como sujeito é o comerciante que vende à prestação, que vende fiado, que entra em "fria", como se diz na gíria comercial. Então, as situações são diferentes. Não se pode estabelecer analogia.

Por isso que me insurjo contra a convocação da diretoria de um banco.

Porque nós, homens públicos, temos que preservar a imagem de nosso principal estabelecimento de crédito, que é o sustentáculo financeiro do Estado. Banco que tem financiado empreendimentos notáveis, empreendimentos que têm proporcionado milhares e milhares de empregos; que tem caminhado "par e passo" com o desenvolvimento e o progresso deste Estado.

E nós homens públicos do Paraná, temos que preservar a boa imagem do nosso principal estabelecimento de crédito, do sustentáculo financeiro do Estado, Banco que tem financiado empreendimentos notáveis, empreendimentos que tem proporcionado milhares e milhares de empregos, que tem caminhado "pari passo" com o desenvolvimento e progresso de nosso Estado. E nós, homens públicos, temos o dever de preservar esta imagem, sem jamais compactuar com possíveis negociações que possam ter ocorrido nos financiamentos questionados.

Mas como não há provas, como não temos condições de acusar quem quer que seja, nós apenas temos que escrever na conta tais operações ruins, a que está sujeito qualquer estabelecimento de crédito.

Eu concedo o aparte ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria — Deputado Erondy Silvério, alguma coisa anda em descompasso neste País. Ou o que poderia existir de vantajoso e de facilidade foi deslocado para a área bancária e a área governamental opera com desvantagem e com dificuldades, ou então os banqueiros são os grandes administradores e na área governamental não se conhecem bons administradores.

Portanto, os vários setores da economia nacional, que apresentam lucro sempre e crescentes é exatamente a área dos bancos, é exatamente a área bancária.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exatamente. Porque o modelo econômico está errado.

O Sr. Enéas Faria — Distorcido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Distorcido. Foi o modelo econômico planejado pelo Sr. Mário Henrique Simonsen, que é homem ligado aos grupos banqueiros do País. É evidente que há uma distorção na política econômica.

O Sr. Enéas Faria — Portanto, ocorra o que ocorrer, o banco sempre dará lucro. Sempre apresentará resultado positivo.

Mas não era esta a intenção do aparte. Quando aparteei anteriormente V. Exa. disse que era proposto a V. Exa. a doação de um terreno em Teixeira Soares, à luz das operações do Banco do Estado. É um tema que merece ser discutido. Já o eminente Líder do Governo propõe um outro tema, aliás, que me afeiçoou, ao qual sou mais simpático, porque, inclusive, é tema relativo à redistribuição tributária neste País. Porque realmente, municípios e Estados estão sofrendo, e sofrendo muito, com a política centralizadora adotada, implantada e executada.



Mas digo que tenho afeição e mais me harmonizo com este tema, porque de há muito é tema de meu Partido, porque de há muito o MDB vem denunciando este estado de coisas, porque de há muito o MDB vem apelando para que esta estrutura seja modificada. Porque de há muito o MDB vem propondo soluções, porque de há muito consta do programa de meu Partido. É um tema até a ser debatido em seguida, gostei da intervenção, achei simpática e eletiva a minha maneira de agir e atuar a proposta do eminente Líder do Governo.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu reconheço no Partido da Oposição, no MDB, esta luta terrível, esta preocupação em favor do povo. Agora, sem poder decisório, as Assembléias Estaduais podem ter um papel preponderante na luta pela modificação da política econômica do País. Basta que cada Deputado nesta Casa faça uma manifestação ao Congresso Nacional. Se cada Estado, as Assembléias Estaduais votarem por esta tese de que alguma coisa precisa ser mudada, mudada profundamente na política econômica do Governo, nós conseguiremos o êxito, porque é um trabalho que tem que vir da base, é um trabalho que tem que vir do povo, tem que vir do Vereador, do Deputado Estadual, para sensibilizar o Deputado Federal. Para que o Deputado Federal sinta que não basta vir aqui há cada quatro anos levar o voto do povo, instalar-se em Brasília sem a menor preocupação com problemas como estes que afligem os municípios mais pobres da comunidade brasileira. Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa me informasse, eu concedo o aparte ao Deputado Jurandir Messias que havia me solicitado. (Declinou). Havendo declinado, gostaria que a Mesa me informasse quanto tempo ainda disponho para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Se a Mesa não levar em consideração o que de justiça tinha muito a questão de ordem levantada por V. Exa. pretendendo os descontos do tempo usado pelos Srs. Deputados, no levantamento de questões de ordem, V. Exa. terá exatamente 17 minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a V. Exa. e agora vou entrar na discussão do projeto propriamente dito. Há, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, uma divergência, uma discordância entre a justificativa do autor do projeto, o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, e o Sr. Egon Harold Fairbeck, que é o Coordenador do Patrimônio do Estado, porque, como eu já disse anteriormente, diz o Deputado autor do projeto, que o imóvel não tem destinação certa, nem a utilidade, não traz nenhum benefício ao Estado.

Eu discordo disto, quando, na informação do Sr. Egon Harold Fairbeck, diz que o prédio continuará em funcionamento, até à conclusão do novo grupo escolar.

Então, Sr. Presidente, para que eu possa votar conscientemente esta matéria, eu deveria fazer um Pedido de Informações à FUNDEPAR, ou à Secretaria da Educação e Cultura, para que possamos saber o tempo exato da conclusão das obras do novo grupo escolar de Teixeira Soares, e do Distrito de Angai. Porque se a doação se consumir, e o Prefeito que pode estar assim numa sexta-feira, 13, resolver, como legítimo proprietário do imóvel, na qualidade de Chefe do Município, desalojar dali, as crianças que estão estudando naquele grupo escolar, então esta Assembléia será responsabilizada por uma situação caótica naquele distrito de Teixeira Soares.

Lamentavelmente, a Comissão de Constituição e Justiça não se apercebeu desta informação — sem nenhuma crítica, sem nenhuma reprimenda ao Relator da matéria — faltou, ao que me parece, um pouquinho de atenção, na oportunidade, ao Ofício 34/77.

Acho que a Casa não pode, de maneira alguma, votar esta matéria. E o Sr. Relator da matéria, o nobre Deputado Ezequias Losso, é um moço estudioso, é um moço cujos Pareceres...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Veio V. Exa. mais uma vez usar brilhantemente a tribuna desta Casa, e observo que o nobre Deputado Erondy Silvério vem a esta Casa, como das vezes anteriores, defender o funcionamento pleno deste Poder.

Vem, V. Exa., analisando, partindo de um pequeno fato, analisando diversos aspectos polêmicos da atualidade nacional.

V. Exa. tem se conduzido, ao tempo em que exerce o mandato de Deputado Estadual, e agora, para alegria nossa, quando retorna ao convívio desta Casa, tem se constituído num verdadeiro baluarte da defesa do Poder Legislativo, tão esvaaziado, tão massacrado nos últimos tempos. Entretanto, entre a posição de V. Exa. e a sua declaração de voto, contrariamente a este projeto, me parece que há um pequeno interregno.

Veja V. Exa., que entre a palavra de um Deputado autor da matéria que propõe a doação do terreno, e a informação de um tecnocrata de plantão, V. Exa. parece que se vale da informação do tecnocrata de plantão, não analisando com profundidade a posição do autor da matéria, Deputado Luiz Roberto Soares, legítimo representante do povo de Teixeira Soares.

Por esta razão, neste aparte, ao tempo em que me congratulo com o brilhantismo da posição adotada por V. Exa., quero declarar o meu voto, favoravelmente ao projeto, tendo em vista que, entre a informação de um tecnocrata de plantão e um Deputado Estadual, fico com a palavra do Deputado Estadual.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quero agradecer a V. Exa. pelas bondosas referências à minha atuação nesta Casa e à minha pessoa.

Mas, eu não disse, que iria votar contra o projeto. Eu propus, isto sim, que só votaria e veja V. Exa. que nós estamos na terceira discussão, eu só votaria favoravelmente ao projeto, depois que a FUNDEPAR ou a Secretaria de Educação informasse a esta Casa das condições atuais da obra do novo grupo escolar. Não vai, nesta minha atitude, nenhuma desconfiança, com relação, uma falta de confiança, aliás, à atuação do brilhante Líder do Governo e da ARENA, nesta Casa, mas, apenas, uma prevenção que deve ser natural, porque o que eu temo é que centenas de crianças, em idade escolar, fiquem sem condições de estudar, sem condições de concluir o seu curso, ou sem condições de obter matrículas no próximo ano letivo.

Eu não conheço, efetivamente, eu não conheço pessoalmente, a questão; nunca estive lá nesse distrito, não tive, ainda, a curiosidade de ir lá verificar, "in loco", a situação. Mas, eu, realmente também acho que os tecnocratas são os homens que têm infelicitado este País; noventa por cento do que está errado, neste País, se deve aos tecnocratas. Ao excesso de confiança, a um liberalismo das Forças Armadas que fizeram a Revolução para corrigir o que estava errado neste País mas, que entregaram, a maior fatia de poder, à decisão dos tecnocratas, que nada mais fizeram e estão fazendo, do que afundar esta Nação. Eu sou, violentamente, contra os tecnocratas; eu acho que só o político, que convive com o povo, que sente o seu drama, que sente o seu desespero, que convive nas horas difíceis e nas horas felizes com o povo, só este tem condições de interpretar o seu sentimento, de interpretar o sentimento da coletividade. E, lamentavelmente, os homens que fizeram a Revolução neste País, afastaram o político do povo; marginalizaram o político e, por isso as colusões estão aí, carentes de um melhor entendimento; por isto esta Nação hoje clama pela valorização do político, como homem que, integrado com o povo, vive os seus dramas, suas infelicidades, as suas horas de alegria, as suas horas de tristeza.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vejam V. Exa., nobre Deputado, Erondy Silvério, já se falou, neste País, muito contra a classe política. O eminente Presidente Juscelino Kubitschek já afirmou numa frase que se tornou célebre que, se estatística e tecnicismo resolvessem os problemas do povo brasileiro: — só colocar um estatístico na Presidência da República e todos os

problemas estariam resolvidos. Mas, a estatística é como o biquini, mostra quase tudo mas não mostra o essencial.

Tenho, também, uma profunda ojeriza, como V. Exa. pelo tecnocrata; e, infelizmente, este País tem sido desgraçado pelos tecnocratas que colocam à frente das pessoas humanas, os números. Isto realmente, tem sido um erro, inclusive, da Revolução de 64, ao afastar o político do poder decisório e ver entregue este poder decisório aos técnicos, que são pessoas que têm que ser bitoladas, a apenas alguns ângulos da questão e não o político que vê o bem estar do povo de uma maneira bem mais ampla, sem os cabrestos do tecnicismo exagerado, que tem deformado a vida pública brasileira.

Portanto, concordo com V. Exa. e creio que esta Casa, hoje, se revigora quando V. Exa., com brilhantismo, vem fazer um belo alerta neste País, contra o tecnicismo e em favor da classe tão massacrada dos políticos de hoje.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa. e V. Exa. traz-me à lembrança e a lembrança desta Casa, uma figura inesquecível da vida pública brasileira, que é o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Ninguém mais político, ninguém mais homem saído do povo do que Juscelino, e nenhuma administração pode ser comparada à sua. Nenhum Governo fez por este País sem os recursos de que dispõe hoje, os Governos da Revolução fez mais do que Juscelino. Por quê? Porque era homem do povo, era homem que convivia o dia a dia, era um produto do meio. E a Revolução, os Governos Revolucionários desde os saudosos Presidentes Castelo Branco, Costa e Silva até Médici e a atual Presidente Ernesto Geisel, Governos Revolucionários, modificaram, transformaram a fisionomia desta Nação.

O Brasil hoje é uma Nação de respeito; em todos os campos das atividades humanas foi sensível o progresso desta Nação. Hoje o Brasil é praticamente uma nação independente, independente do jugo das potências estrangeiras. Agora temos o exemplo mais frisante da independência com que se houve o Governo Brasileiro no campo da energia nuclear, quando pressionado pela Nação mais poderosa da terra, não abriu mão do tratado que fez com a Alemanha Ocidental para desenvolver aqui a sua própria tecnologia em matéria de energia nuclear. Os Governos Revolucionários fizeram tudo por esta Nação, no entanto, é impopular o Governo da Revolução. Por quê?

Porque afastou-se do político, afastou-se do povo, entregando o destino das decisões mais importantes desta Nação na mão do tecnocrata que é frio, insensível e só vê número na frente.

É evidente que esta gente está muito bem hoje posicionada e não quer largar a posição que conquistaram e então cada vez mais afundam a política econômica da Nação.

O Sr. Ezequias Losso — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu vou conceder o aparte ao nobre Deputado Ezequias Losso, que é o Relator da matéria para depois eu concluir, Sr. Presidente, com um requerimento que eu vou fazer à consideração da Casa.

O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado Erondy Silvério, temos acompanhado o desenrolar dos trabalhos de V. Exa. nesta Casa de Leis, com o vivo interesse e vivo entusiasmo. Digo isso porque temos observado ser este trabalho vazado no desejo de melhor atender os interesses políticos.

E ao apresentar esta sua preocupação com relação a este projeto de lei do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, verificamos a aplicação desta preocupação e a demonstração de operosidade na análise dos processos que são submetidos à apreciação desta Casa. E isto é altamente positivo, porque se todos os Deputados procurassem conhecer convenientemente os processos, acredito que as soluções sempre seriam alcançadas da melhor maneira possível. Aliás, temos percebido esta intenção por parte de muitos outros senhores parlamentares.

Muito bem, o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira falou

a respeito da importância em se levar em consideração a intenção do parlamentar que propôs uma medida naturalmente ouvindo os interesses do município que representa.

Por isso quando recebemos o processo em mãos, dialogamos com S. Exa. o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares e ele nos expôs pormenorizadamente os objetivos que pretendia alcançar através da apresentação desse projeto, pretendendo-o ver transformado em lei. E com base nestas informações, do Deputado Luiz Roberto Soares e também do que constava e do que consta do processo, ora em exame, emitimos o nosso Parecer dando as explicações necessárias aos componentes da C.C.J. — e ele foi devidamente aprovado.

Na verdade, acreditamos que se, for transformada em lei, a proposição, o beneficiado realmente será o povo de Teixeira Soares, e especialmente, a juventude que ali está tendo o seu ambiente de vida, de tal maneira que possam ser preparados no futuro para o exercício de suas atividades cívicas, de suas atividades profissionais com maior brilhantismo.

Por isso, nobre Deputado, queremos, respeitando o ponto de vista que foi apresentado por V. Exa. nesta tarde, dizer que acreditamos que a intenção do nobre autor, devidamente compreendida pela Casa, se transformará em algo concreto, para o bem daquela região e do nosso Estado também.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência lamenta interromper tão brilhante pronunciamento de V. Exa., mas lhe concede mais dois minutos para que conclua.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu digo com orgulho. A Câmara Municipal de Curitiba, excluindo naturalmente, o meu nome, sempre foi uma escola de civismo, sempre formou excelentes parlamentares e hoje, esta Casa dá mostras disso, contando em seu seio com os nobres Deputados Adalberto Daros, Enéas Faria e o Deputado Ezequias Losso.

Veja a exposição que ele fez foi realmente sensibilizante...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Apenas Deputado, um reparo: não concordo como V. Exa. com humildade, não inclui o seu nome no rol de tão brilhantes parlamentares na escola de civismo, como também não concordo com o esquecimento que V. Exa. fez, também do nobre Deputado Maurício Fruet. E o Deputado Fabiano Braga Côrtes...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu me penitencio, e agradeço a V. Exa., mas, acontece que eu já sou galo velho, então estou falando da nova safra. E o Deputado Fabiano Braga Côrtes, também é galo velho na minha opinião. Estou falando da nova safra, que a Câmara mandou a esta Casa. Mas, para concluir, Sr. Presidente, eu discordo, quando o nobre Deputado Ezequias Losso diz, que a aprovação deste projeto, irá beneficiar a juventude de Teixeira Soares, é o contrário, é por isso que estou me insurgindo, Sr. Presidente, que se aprove esta matéria, mesmo porque, não haverá tempo para votação da redação final, então não será procrastinar a apreciação da matéria, se V. Exa. se dignar suspender a sessão, por dez minutos, a fim de que eu possa redigir um requerimento, ao Sr. Presidente da FUNDEPAR e ao Secretário de Educação e Cultura, para que, recebendo as informações solicitadas, eu possa votar conscientemente, em favor da matéria, que é o meu desejo votar.

Mas eu desejo redigir um requerimento de informações, eu pediria a V. Exa. e a Casa vai concordar, uma suspensão dos trabalhos por dez minutos até que eu possa redigir um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — V. Exa., Sr. Deputado Erondy Silvério, terá o tempo suficiente para redigir o vosso requerimento, prquanto, o Projeto de Lei 128/77 continua em discussão, e eu concedo para tanto a palavra ao Deputado Luiz Alberto Oliveira; para discutir o Projeto 128/77, pela ordem de inscrição.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Luiz Roberto Soares pretende com este projeto de lei autorizar o Poder Executivo a alienar por doação ao Município de Teixeira Soares, um imóvel que especifica.

Trata-se realmente de medida meritória de S. Exa., o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. Porque S. Exa. conhece muito bem aquela comuna paranaense. Sabe dos poucos recursos que aquela municipalidade possui. E, portanto, entende que aquele imóvel poderá servir como inestimável benefício à comunidade de Teixeira Soares.

O Deputado Erondy Silvério que me antecedeu desta tribuna, pretende encaminhar à consideração deste Plenário, um requerimento para que o Secretário da Educação e Cultura e o Superintendente da FUNDEPAR, possam opinar com relação à demanda escolar daquele município.

Quero, novamente, declarar que ante a opinião de um técnico de plantão e a opinião de um parlamentar, fico com a opinião de Deputado. Pois entendo que o Deputado Estadual é semelhante do eminente Deputado Lázaro Dumont, e de tantos outros que aqui estão, representam o que há de mais legítimo, o que há de mais nobre, para o desenvolvimento dos trabalhos neste Estado.

Todos nós, Deputados Estaduais, somos os legítimos representantes do povo das comunas que nos trouxeram a esta Casa. E somos canais de comunicação entre as autoridades municipais e as autoridades estaduais.

Vejam Vs. Exas. de que o Deputado Luiz Roberto Soares é um profundo conhecedor de Teixeira Soares; conhece distrito por distrito, aguada por aguada, naquele município. Enquanto que o Sr. Egon, que não é o Deputado Egon Pudell, mas é Egon Ferebet, que é o coordenador do Patrimônio do Estado, provavelmente nunca foi a Teixeira Soares. Mas em consequência, nós, Deputados Estaduais que estamos com uma opção. Somente uma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acreditar na palavra do eminente Deputado Luiz Roberto Soares. Volto a repetir, representante daquele povo, ou acreditar na informação de um coordenador de um serviço de Patrimônio do Estado, que coloca uma pequena dúvida com relação à viabilidade da aprovação do projeto de lei. Ele informa que há possibilidade de que estudantes do Distrito de Angai naquele Município de Teixeira Soares, possam ficar sem o seu prédio escolar, até a conclusão do novo grupo escolar. Ocorre que a informação do Sr. Coordenador do Patrimônio do Governo do Estado do Paraná, é datada de 12 de maio de 1977 e seguramente nesta ocasião, nesta data, o prédio escolar em questão, já deve estar concluído. Motivo pelo qual, entendo inclusive, que já deve ter perdido o sentido o requerimento que o nobre Deputado Erondy Silvério vai apresentar, tendo em vista que a informação do Sr. Coordenador é de maio de 77. E neste mês de dezembro provavelmente o prédio escolar está pronto, porque conhecemos o dinamismo...

O Sr. Augusto Carneiro — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Com prazer concedo o aparte ao nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência pede desculpas ao eminente Deputado Luiz Alberto de Oliveira que se encontra na tribuna, mas, regimentalmente, terá que colocar à consideração do Plenário, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. (Lê):

"Senhor Presidente.

Requeiro que, na forma regimental autorizada, seja prorrogada a duração da presente sessão pelo prazo de quatro horas.

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares"

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Novamente, Sr. Presidente, numa rápida passada de olhos no Plenário, vejo que não tem número suficiente para votar o requerimento.

Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere.

Seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de "quorum", após o que colocará em votação o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, que objetiva a prorrogação da duração da presente sessão por mais 4 horas.

(Soam os tímpanos) — (O Sr. Primeiro Secretário procede à chamada nominal).

Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. — Aprovado.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere. Será feita verificação de votação.

23 Srs. Deputados aprovam, 4 rejeitam. — APROVADO o requerimento.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Antes de continuar, Sr. Presidente, concedo o aparte ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Nobre Deputado, o meu aparte tem por objetivo apenas situar a minha posição como membro da Comissão de Constituição e Justiça e que deu parecer inteiramente favorável a esse projeto de lei. E como, brilhantemente, dessa tribuna, enquanto discutia, o nobre Deputado Erondy Silvério levantou uma dúvida quanto à necessidade da aprovação desse projeto, e que não deixa de ter o seu valor. Porque, evidentemente, S. Exa. abordou um aspecto interessante e que deve, doravante, ser levado em consideração para matérias dessa natureza.

Mas, como V. Exa. está pensando, este Deputado também pensa, sou inteiramente favorável à aprovação. Porque, embora não conhecendo Teixeira Soares mas, sabendo que aquele município tem necessidade de amparar as crianças que ali residem. Portanto, carecendo e necessitando de um terreno para construção de um prédio escolar, não poderíamos negar uma medida que, ao nosso entender, é perfeitamente justa e necessária. Por isto, apusemos o nosso voto, favorável à aprovação desta matéria. E continuamos em plenário, inteiramente favorável à aprovação em terceira discussão desta matéria por entendermos de justiça e de direito e para o bem de Teixeira Soares, no Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Muito obrigado pela intervenção de V. Exa. que reafirma a posição anteriormente adotada na douta Comissão de Constituição e Justiça. E isto me leva, nobre Deputado Augusto Carneiro, a informar a esta Casa de que a unanimidade dos membros da Comissão de Constituição e Justiça, os Deputados oponentes da ilustre bancada Oposicionista nesta Casa, bem como os Deputados do Partido Situacionista nesta Casa, votaram unanimemente favorável à aprovação do projeto de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, para que conste mais uma vez dos Anais desta Casa, permitam-me ler o parecer ao Projeto de Lei número 128/77, relatado na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Professor Ezequias Losso, de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares: (Lê o Parecer).

A justificativa nos informa que o imóvel acima aludido deverá ser utilizado para servir à coletividade do Distrito de Angai, e por isto, nos convence da conveniência, da justiça e da oportunidade da medida ora proposta. Não há impedimento algum de ordem constitucional, ou legal, que possa oferecer obstáculo à tramitação normal por esta Casa, do presente plano de lei. Nestas condições, o parecer é pela aprovação.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou este brilhante parecer do Deputado Ezequias Losso em data de 10 de novembro de 1977, numa sessão memorável presidida pelo eminente, douto e culto Deputado Paulo Affonso Alves de Camargo, ex-Presidente desta Casa e que hoje exerce a Primeira Secretaria deste Poder, ainda que em caráter transitório nesta tarde, e contou com o voto favorável de eminentes Deputados, como o Deputado Waldenício Barbalho, Deputado Osvaldo Macedo, ... O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Com muito prazer, concedo o aparte ao eminente Deputado Gabriel Manoel, que tem se dedicado nesta Casa, ao lado do eminente companheiro, Aginaldo Pereira Lima, na defesa dos interesses mais legítimos do povo do Norte Pioneiro e de municípios da sua região e que tem feito, desta tribuna, verdadeiras louvações ao setor de transportes deste Estado, louvações, todas essas, fundamentadas no princípio de que é dever dos Deputados, lutar e reivindicar em prol das coletividades que representam, nesta Casa.

O Sr. Gabriel Manoel — Nobre Deputado, nós agradecemos as suas referências e, também queremos dizer a V. Exa., que, na defesa do povo de nossa terra e de nossa gente, nos espelhamos em V. Exa., com esta juventude que teve Pestalozzi, um dos grandes professores que, na sua humildade, ensinou os humildes a viver. Então, Deputado, vendo V. Exa. lembrar a pequena comuna de um grande distrito, de Teixeira Soares, que se não é grande pela sua dimensão territorial, pelo seu poder aquisitivo, pelo seu poder econômico, o é pelas tradições de sua gente, tradições estas que defende o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, nosso digno Líder, vejo V. Exa. como uma das estrelas do concerto político, que brilha nesta tribuna, representando aquela grande constelação do Oeste e Sudoeste do nosso querido Paraná.

V. Exa. vem defender e, muito bem esclarecer, a atitude da Comissão de Constituição e Justiça, ao dar o Parecer ao Município de Teixeira Soares, "dando a César o que é de César".

É do nosso conhecimento o requerimento do Deputado Luiz Roberto Soares, do Deputado Erondy Silvério, não menos ilustrado, não menos combativo, pedindo urgência na construção daquela unidade escolar, para que o povo daquela terra, para que o povo daquela comuna, daquele distrito, possa ter o seu lugar ao sol, para que educandos e educados possam viver este clima de paz, este clima de prosperidade, clima de tranquilidade que rege os princípios revolucionários de 1964. E nós ficamos admirando V. Exa., com a sua pujança, com a sua retórica ao fazer uma explanação de uma Comissão de Constituição e Justiça, onde existem, dentre outros, um ex-Presidente deste Poder, que é o abalizado, o tranqüilo, o ilustrado médico Paulo Camargo.

Então, é porisso que neste momento de sensibilidade, nós nós queremos agradecer a Deus por haver nos dado esta oportunidade de ver V. Exa., brilhantemente, desta tribuna, defender, com garra, defender com aquela garra, o povo do Oeste e o povo do Sudoeste, uma pequena comuna que também faz parte deste celeiro que é o grande Paraná, que é a célula do grande Brasil!

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Muito obrigado, Deputado, pelo aparte, pela sua brilhante intervenção no meu modesto pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, já que estamos tratando de educação, valho-me desta oportunidade para registrar, nesta Casa, a aprovação de um Parecer de autoria do eminente Conselheiro Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado, no Conselho Estadual da Educação, pela aprovação prévia de determinados cursos junto à Fundação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, de Cascavel.

Trata-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados, da criação de cursos de engenharia agrônômica, curso de pedagogia, curso de

matemática, curso de licenciatura plena em ciências, curso de administração e ciências contábeis, que irão possibilitar àquela escola de nível superior, no próspero Município de Cascavel, a se transformar, num breve espaço de tempo, em Universidade do Oeste do Estado do Paraná.

O parecer teve autoria do eminente e culto Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado, que foi seu relator na Câmara de Ensino Superior e o parecer foi aprovado pela unanimidade do plenário do Conselho Estadual de Educação, no dia 11 de novembro de 1977, o que possibilitou, inclusive, que S. Exa., o Sr. Governador do Estado Jayme Canet Júnior, noticiasse, por ocasião do Jubileu de Prata de Cascavel, a criação daqueles cursos.

Creio que foi o mais importante passo para que a Fundação da Faculdade de Cascavel, possa-se transformar, brevemente, na Universidade do Oeste. E os cursos que foram autorizados, previamente, pelo Conselho Estadual de Educação, cursos de odontologia, de enfermagem e engenharia agrícola, são cursos de vital importância para o desenvolvimento da região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, uma vez que aquela é uma região eminentemente agrícola, ao par do Governo do Estado, estar construindo, em Cascavel, um grande hospital que vai atender à demanda dos doentes da região Oeste do Estado, ainda mais agora, incrementado pelo aumento populacional em função da construção da Usina de Itaipu.

Concedo o aparte ao eminente Deputado Erondy Silvério. O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a V. Exa. e sempre tive por V. Exa. o seu irmão e ex-Secretário de Educação e ex-Deputado Estadual Cândido Manuel Martins de Oliveira, homens que...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito de V. Exa., determinação no sentido de que o Serviço de Som possa atender o nobre Deputado Erondy Silvério. O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a V. Exa. e parece que já foi consertado.

Eu sempre tive em V. Exa. e no seu irmão, homens ligados a assuntos educacionais, estudiosos profundos da matéria e têm dado uma contribuição notável ao ensino do Paraná, principalmente, o ex-Secretário de Educação e Cultura, prezado ex-Deputado, também, companheiro Cândido Manuel Martins de Oliveira. Tem-me causado, nobre Deputado, assim, estranheza e eu tenho, até, uma certa dificuldade quando em conversa com diversas pessoas de minhas relações pessoais, em reuniões informais, em reuniões sociais, a queixa contra o Governo, contra o Governo da União é generalizado, em relação ao exíguo número de vagas que são oferecidas pelas nossas Universidades. O problema é um problema nacional e eu não tenho encontrado uma resposta adequada quando esses pais de alunos ou do vestibulando, frustrados, porque seus filhos não conseguiram aprovação nos vestibulares para a sonhada vaga na universidade. E pergunto o porquê; de tão reduzido número de vagas? O porquê dessa política que vem sendo adotada há tantos anos no País. Então, me confesso em dificuldade para responder. Eu acrescento ainda e gostaria que V. Exa. me desse uma opinião sobre o assunto, que é para mim abalizada e eu acrescentaria ainda mais uma pergunta. Por que o ensino superior no Brasil, o funil é exatamente ao contrário? A boca é estreita na entrada e larga na saída, ao contrário dos países mais adiantados e mais desenvolvidos do que o nosso, do mundo ocidental, onde a simples apresentação da conclusão do curso colegial presume apto o aluno a ingressar na universidade.

E lá o funil realmente funciona, como deve funcionar. A entrada é larga, mas a saída é estreita. A inscrição nas universidades é fácil, mas o aluno que não tiver aproveitamento será reprovado e em consequência perderá o direito a continuar os seus estudos nas universidades. E no Brasil é exatamente ao contrário, salvo exceções e elas sempre existem e vamos cair no chavão comum, salvo as exceções honrosas aqui no Brasil é

exatamente o contrário. Difícil para entrar, mas depois que ingressar no curso, geralmente após os cinco anos é aprovado. Porque eu conheço um caso de professoras que comparecerem uma vez por mês apenas para ministrar as suas aulas, isso em curso superior. E também contado por próprios alunos: um aluno de jornalismo me contou que só viu o professor de redação duas vezes no primeiro semestre de 76 e uma vez no segundo semestre.

Quer dizer, professor de redação do curso de jornalismo. Então eu acho que o funil no Brasil funciona ao contrário, para enorme frustração de milhares e milhares de jovens. Para mim não existe conflitos de geração. O que realmente está ocorrendo é a frustração do jovem. Porque hoje todos buscam um melhor lugar ao sol; todos buscam a sua afirmação na vida. O jovem busca a sua auto-afirmação através da tentativa do ingresso no curso superior. E ele, ano após ano, vê seus esforços frustrados. Porque hoje, nos vestibulares, para mim é mais uma questão de sorte, mais uma questão fortuita. Eles, na realidade, no meu entendimento não aferem a possibilidade intelectual do aluno, porque esse negócio de se colocar um "x" e a cruzinha em determinado quadrinho é realmente uma questão de sorte.

Então gostaria que V. Exa., erudito como é em assuntos educacionais, me desse uma opinião, para mim valiosa, para que eu possa amanhã responder à enorme frustração dos pais e de jovens que tentam o ingresso nas faculdades infrutiferamente ano após ano.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço as referências bondosas de V. Exa. movidas exatamente pelo sentimento que me une, o sentimento de amizade a V. Exa. Realmente V. Exa. levanta um assunto momentoso, que requereria na verdade uma verdadeira conferência sobre educação, buscando no passado as causas que nos levam a uma situação hoje de crise nas diversas unidades escolares de ensino superior.

E digo a V. Exa. que o Paraná ainda é um Estado feliz, em matéria de ensino superior. Quando V. Exa. foi líder, nesta Casa, teve oportunidade de conduzir um projeto de lei de autoria do então Governador Paulo Pimental, criando neste Estado três universidades: as Universidades Estaduais de Ponta Grossa, de Londrina e Maringá, universidades hoje que se constituem modelo para o ensino superior no País, já implantado dentro do espírito da lei de reforma de ensino, a 5692 e que queremos agora desejar que S. Exa. o Ministro Ney Braga possa interferir junto aos outros órgãos da federação para que essas escolas sejam federalizadas, pois o Governo do Estado do Paraná, vem dispendendo, ano a ano, recursos vultuosos para a manutenção destas três escolas. Entendemos que não depende da vontade exclusiva do Ministro Ney Braga, mas também, da Secretaria de Planejamento, que é responsável pela execução do Orçamento Federal e, conseqüentemente, após os estudos necessários, a Secretaria do Planejamento poderá incluir verbas suficientes, para a manutenção das três universidades estaduais, do Paraná. Veja V. Exa. que o Estado do Paraná mantém uma rede de mais de 40 escolas de nível superior, independentemente dos cursos mantidos pelas universidades estaduais. A nossa Universidade Federal é uma das mais tradicionais, se não a mais tradicional unidade de Ensino Superior do País, temos portanto, feito um esforço, Governo do Estado e Governo Federal, inclusive, os governos municipais que colocam recursos à disposição das universidades, como a Prefeitura Municipal de Londrina, a Prefeitura Municipal de Maringá, para cada vez mais, ampliar o número de ofertas para os estudantes universitários do País.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para uma questão de ordem). Sr. Presidente. Para não ser indelicado com o nobre orador, eu invoco a CLT para levantar esta questão de ordem.

É a ponderação de V. Exa. para que fosse suspensa a sessão, pelo prazo suficiente a fim de que as senhoras taquígrafas tivessem um descanso merecido, Sr. Presidente. Não se pode

desconhecer, de que estas senhoras estão trabalhando desde as dez horas da manhã, ininterruptamente. Parece-me até uma transgressão da própria CLT.

Encaminho à Mesa, esta Questão de Ordem — ao eminente orador, para que V. Exa. decida.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência antes de conferir a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, deve informar à Casa que providenciou junto ao serviço competente da Casa, providenciassem com urgência, um trivial lanche, oportunidade em que se pretendia consultar às lideranças da Casa, para conferir pequeno descanso. Oportunidade em que os Srs. Deputados e Srs. funcionários, Srs. jornalistas, pudessem lanchar e retornar às atividades.

Confiro a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a Questão de Ordem do Deputado Nilso Sguarezi, sempre zeloso com o funcionalismo público estadual e desta Casa. Só me parece que S. Exa. o Deputado Nilso Sguarezi laborou em equívoco, quando se referiu à Consolidação das Leis do Trabalho. Quando na verdade as taquígrafas são funcionárias estatutárias desta Casa, e conseqüentemente, devem perceber de acordo com o estabelecido no Estatuto dos Funcionários Públicos.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permita um aparte? (Assentimento).

O que V. Exa. não pode desconhecer, é que na evolução histórica da humanidade, a maior conquista do trabalhador, foi quando ele teve limitação do horário de trabalho. Baseio-me neste princípio, que o Estatuto do Funcionário Público não foge. Então, se citamos a CLT, façamos a devida corrigenda, para o Estatuto do Funcionário Público.

Parece-me aí que até é mais zeloso e não passa nunca de 6 horas ininterruptos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — V. Exa. poderia inclusive, solicitar que até os próprios Senhores Deputados fossem abrangidos pela CLT ou pelo Estatuto do Funcionário. Porque eu que conheço o seu zelo no desempenho do mandato parlamentar, sei que V. Exa. como outros Deputados desta Casa, ficam a serviço do povo paranaense por mais de 6, 8 ou 10 horas consecutivas. Mas volto, Sr. Presidente, para as considerações que estava formulando para o eminente Deputado Erondy Silvério, a quem testemunho, nesta oportunidade, o seu zelo com o ensino superior do Estado, uma vez que S. Exa. lutou ao lado de outros Deputados eminentes desta Casa, como um Deputado que tenho o prazer de considerá-lo como meu amigo, o Deputado David Federmann, que sempre lutou em favor da criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E a quem Ponta Grossa tanto deve, porque eu mesmo, quando trabalhava na Secretaria da Educação e Cultura, pude perceber a sua luta para a criação daquela unidade de ensino superior em Ponta Grossa, capital cívica do Estado do Paraná.

Nobre Deputado Erondy Silvério, o Brasil é um país que tem metade de sua população com menos de 18 anos. O investimento público para os setores de caráter social, são realmente muito elevados. Na educação, o Brasil tem aplicado uma soma muito grande dos seus recursos. Na certeza de que o investimento feito na educação é o melhor investimento feito em qualquer país do mundo. Temos aí o exemplo dos Estados Unidos, a maior potência mundial, que somente chegou a esta posição exatamente porque investiu sobremaneira no setor educacional. A partir de 1964, as vagas no ensino superior cresceram numa proporção de 1 mil por cento. Entretanto, este crescimento quantitativo evidentemente não foi acompanhado por um crescimento na qualidade do ensino superior. A par de se verificar hoje um verdadeiro desestímulo com o salário pago aos professores das universidades federais e das universidades particulares.

Posso testemunhar a V. Exa. de que os professores universitários neste País estão percebendo muito pouco. Aliás o pro-



blema de remuneração de professores no Brasil e no Paraná, é uma questão muito grave. Os professores não têm percebido aquilo que mereciam e que deveriam receber, das entidades particulares, dos governos municipais, dos governos estaduais e do governo federal. Aliás, o professor no Brasil não percebeu bem desde que Pedro Álvares descobriu o Brasil; sempre os professores foram mal remunerados. E acredito que um nível de ensino melhor neste país só poderá existir a partir de uma concepção na educação que parte do verdadeiro agente mobilizador da educação neste país, que é o professor. Acredito inclusive, que a Lei da Reforma do Ensino, que está sendo profundamente questionada a sua validade, por eminentes educadores patrióticos, peca fundamentalmente pela impossibilidade de ter concedido melhores níveis de remuneração, aos professores. Só acredito numa verdadeira reforma educacional a partir do momento em que o professor seja bem pago, melhor pago, neste País. Eu ouço agora, o aparte do eminente Deputado Egon Pudell, que é um dos verdadeiros baluartes da luta do povo do Oeste do Paraná e a quem gostaríamos de testemunhar, neste instante, também, a sua luta pela criação dos cursos de engenharia agrônômica, enfermagem e odontologia, da Faculdade de Cascavel, o que possibilitará que, num futuro próximo o Oeste do Paraná tenha a sua universidade.

O Sr. Augusto Carneiro — Eu havia solicitado um aparte, anteriormente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Com muito prazer, concedo o aparte ao representante de Campo Mourão.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Questão de ordem). Sr. Presidente, não é justo que os demais Deputados que se encontram nesta Casa se privem de presenciar o brilhante discurso que está fazendo o nobre Deputado, da tribuna. E para que os nossos ilustres colegas possam receber esta aula, solicito a V. Exa. que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados Deputados, pois me parece que não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Segundo consta, Sr. Presidente, o Deputado Nilso Sguarezi havia proposto uma breve interrupção na sessão a fim de que o Serviço de Taquigrafia pudesse dispor de um tempo para fazer uma pequena refeição. Eu consulto o eminente Líder do MDB se também está solidário com o Deputado Nilso Sguarezi, porque me parece da maior justiça que as taquígrafas que tanto colaboram no serviço desta Casa, possam fazer sua refeição. Se o Deputado Trajano Bastos concordar, eu, representando a minha bancada, também concordaria.

O SR. TRAJANO BASTOS — Devo dizer ao ilustre Deputado Luiz Roberto Soares que este Deputado não responde mais pela Liderança do MDB. Responde pela Liderança deste momento em diante, o ilustre Deputado Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem que considerar. Visualiza 18 Srs. Deputados no Plenário desta Casa. Há, portanto, "quorum" para prosseguimento da sessão. Como não estamos votando matéria, e, portanto, sem a exigência do "quorum" de maioria absoluta de Srs. Deputados presentes, a Presidência vale-se do ensejo para apelar aos Srs. Deputados para que considerem a viabilidade de...

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito que V. Exa. desconte do meu tempo na tribuna as interrupções.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, me parece que não existem 18 Deputados em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência vai nominá-los.

O SR. ENÉAS FARIA — Todavia, mesmo havendo mais de 18 Deputados, a Ordem do Dia se necessita de maioria para que a sessão possa funcionar. E mais, Sr. Presidente,

é com muita satisfação que acatamos a sugestão já acatada pelo Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência suspende a sessão por 15 minutos.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, parece-me que a sugestão do eminente Líder da ARENA é proporcionar um repouso necessário às funcionárias que aqui estão desde cedo, e os 15 minutos não possibilitariam essa recuperação de energias. Se V. Exa. dilatasse um pouco mais seria interessante.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Ainda pela ordem, eu acharia razoável que fossem concedidos 20 minutos. Acho mais que suficiente para uma breve refeição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência se acata a solicitação de suspensão por 15 minutos ou 20 minutos garantirá, ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira o retorno à tribuna para que esgote o tempo que tem para discutir a matéria.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a gentileza de V. Exa. e voltarei à tribuna para atender o apelo do nobre Deputado Trajano Bastos que entendeu necessária a presença dos Srs. Deputados para ouvir o meu pronunciamento neste começo de noite. E convidaria S. Exa. o Sr. Deputado Trajano Bastos, ex-Líder, brilhante Líder do MDB que exerceu com tanta fidalguia, com tanto brilhantismo a liderança do MDB. E espero que os nobres Deputados Nilso Sguarezi e Enéas Faria possam exercer com tanto brilhantismo a liderança quanto o Deputado Trajano Bastos. E convido S. Exa. para que assista o final do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência suspende a sessão por 20 minutos para que se proporcione descanso aos Srs. funcionários e, em especial, às senhoras taquígrafas, oportunidade em que espero esteja à disposição dos funcionários, jornalistas e Srs. Parlamentares, farão um lanche rápido para retornarmos exatamente às 19,30 horas, quando será reaberta a sessão.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está reaberta a sessão. Continua em discussão o Projeto de Lei número 128/77.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, advertindo-o de que lhe restam ainda, 30 minutos para falar, na discussão do Projeto de Lei número 128/77.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Muito grato, Sr. Presidente.

Somente consultaria à Mesa, se me foram descontados os minutos relativos às constantes interrupções que sofri.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa levou em consideração e descontará, em favor do orador, o tempo que os Srs. Parlamentares lhe tomaram durante as Questões de Ordem levantadas da estada de V. Exa., na tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estávamos a discutir um aspecto, um problema relativo a uma questão educacional.

Vejo, nesta noite, eminentes Deputados, todos eles preocupados com o problema educacional: Deputado Fabiano Braga Côrtes, cuja atuação em favor da educação do Estado é das mais brilhantes; Deputado Jorge Sato, que lutou tanto pela implantação da Universidade de Maringá; Deputado Paulo Camargo, outro lutador em favor da educação; Deputado Ivan Rüppel, que tem lutado sobremaneira em favor da implantação do número de vagas escolares; Deputado Francisco Escorsin, que está sempre a favor da educação.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de conceder um aparte ao Deputado Augusto Carneiro, que o havia solicitado anteriormente à interrupção da sessão.

O Sr. Augusto Carneiro — Agradeço, ilustre Deputado, pela



deferência de, pela segunda vez, me conceder um aparte, para que eu possa participar dessa brilhante discussão de uma matéria que julgamos importante.

Antes de mais nada, prezado Deputado Luiz Alberto Oliveira, desejo dizer que, apesar desta discussão haver sido prorrogada, porém, como esta Casa é um Parlamento, é a Casa onde deve haver o diálogo entre os homens que representam o povo, onde devem ser discutidos os problemas e fatos importantes para que surjam os esclarecimentos e soluções dos problemas que afligem o nosso Estado, pedi o aparte, quando V. Exa. leu, da tribuna, um parecer dado numa solicitação de criação de Faculdade de Cascavel.

E este parecer nos trouxe à luz coisas importantes e esclarecimentos úteis para nós que lutamos pela criação de uma Faculdade que é a Faculdade de Campo Mourão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para uma Questão de Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, o nobre Deputado Augusto Carneiro está fugindo totalmente da matéria, eu gostaria que V. Exa. interpelasse o nobre Deputado para que não fuja assim de uma matéria que se trata da doação de um terreno no Município de Teixeira Soares.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência já foi questionada em questões de ordem anteriormente levantadas por Srs. Deputados sobre o mesmo assunto, e a Presidência já havia definido que toda a matéria que tratasse do envolvimento, do empobrecimento de município e financeira, era pertinente à matéria.

Não vê a Presidência onde esteja o eminente Deputado ferindo o Regimento Interno.

O Sr. Augusto Carneiro — O meu aparte se refere a um parecer lido da tribuna, e que, no meu entendimento, muito bem feito, muito bem colocado pelo ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira, porque a matéria que discute é concernente ao ensino e, conseqüentemente, no campo do ensino, tudo deve ser esmiuçado.

Eu falava de que Campo Mourão pleiteia uma Faculdade e aquele parecer nos trouxe à luz assuntos que julgamos de interesse, por isto, pedimos o aparte. Para dizer de que Campo Mourão, com seus 700 mil habitantes, na região, com as suas vinte escolas de segundo grau, pleiteia, ferrenhamente, pela criação de mais cursos universitários. E nesta luta, tem encontrado sérias dificuldades porque a legislação atual, no campo do ensino, impede de que se criem cursos universitários, sendo que eles não preenchem as exigências do Conselho Superior do Ensino.

E estas dificuldades, pelo parecer que V. Exa. leu, nós encontramos alguns itens que julgamos de grande importância, para ilustrar a pretensão do povo de Campo Mourão.

E eu falo da Faculdade de Campo Mourão, quando se discute um projeto de doação de terreno para uma escola, de Teixeira Soares, porque achei oportuno a hora e me veio em mente de falar sobre este aspecto abusando até da bondade do ilustre Deputado que ocupa a tribuna; mas Campo Mourão, que tem lutado tanto para conseguir os seus cursos superiores, tem sido motivo, nesta Casa, de sérias discussões. Lembro-me, por uma determinada ocasião, quando discutia um requerimento formulado pelo ilustre Deputado Valter Pietrângelo, em que trazia um relato da situação real do interesse daquele povo e encaminhávamos expediente ao Ministério da Educação, ocupado, brilhantemente, pelo ilustre paranaense Ney Braga e enviávamos, também, expediente a S. Exa., o Sr. Governador do Estado, pedindo a criação daqueles cursos. E eu me lembro, ilustre Deputado, de que apesar de todo aquele trabalho nós temos encontrado grandes percalços mas, este parecer que V. Exa. leu, foi útil, e foi útil porque nos ensinou alguma coisa para o

campo que nós pretendemos trilhar doravante.

E, ainda neste meu aparte, quero ratificar o que eu falei com referência ao projeto de lei em discussão; este projeto de lei que tanto foi já discutido, que na verdade pode esta discussão parecer cansativa mas no campo da discussão tem nos trazido, no diálogo, alguns aspectos que têm sido positivos, isto é inegável porque é da discussão que os homens se entendem e, aliás, o diálogo é uma obrigação dos nossos parlamentares; sermos minuciosos, sermos super-minuciosos em todos os aspectos que aqui se decidem para que possamos fazer verdadeira justiça.

Muito obrigado, pelo aparte concedido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço a V. Exa. o brilhante aparte que veio ilustrar este modesto, pobre discurso deste Deputado; e só quero testemunhar ao Paraná, de que Campo Mourão, sob sua orientação, haverá de conseguir os cursos que pleiteia. Tenho por V. Exa. uma profunda admiração e tenho a certeza de que a sua luta haverá de ser coroada de êxito. Exatamente V. Exa., à semelhança do Deputado Egon Pudell que tanto tem lutado pelo Oeste do Paraná, como verdadeiro batalhador do Oeste do Paraná, a quem Toledo tanto deve; Vs. Exas. haverão de conseguir, de tanto pleitear...

Concedo o aparte, para concluir minha oração, tendo em vista a solicitação da Presidência, da Liderança ao Deputado Egon Pudell, o legítimo representante do Oeste do Paraná. O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. não poderia, no rol dos apartes, me incluir?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Infelizmente, eu estou com escasso tempo, mas concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Egon Pudell — Agradeço o aparte a V. Exa. e, sinceramente, nós nos sentimos até orgulhosos com o brilhante pronunciamento de V. Exa., nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Quero dizer que o Oeste do Paraná, que é aquele Oeste que todos nós conhecemos — que nasceu do nada e, hoje, é uma das regiões mais progressistas do nosso Estado do Paraná, este Estado que contribui tanto na balança econômico-financeira do País.

Mas, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, enquanto a Faculdade de Cascavel, ou a Universidade de Cascavel, que V. Exa. há pouco, ainda, se referiu, realmente, é uma conquista do Oeste e nós a apoiamos, integralmente, embora, pleiteamos para o Município de Toledo, município de nossa origem política, uma escola de segundo grau, uma escola profissionalizante, em todos os termos, quer industriais quer agrícolas. E, nobre Deputado, enquanto o projeto de lei do nobre Deputado Luiz Roberto Sores, nosso eminente Líder, grande líder que nós temos, nesta Assembléia, eu quero dizer a V. Exa., que nós apoiamos integralmente o projeto de lei de S. Exa. Eu lamento que o Diretor do Patrimônio do Estado, que deu a informação contrária ao terreno urbano, aonde deve ser construído um prédio escolar em Teixeira Soares tenha o nome Egon. Mas, felizmente não é Egon Pudell, é apenas Egon, e quem sabe até meu patricio.

Eu encerro o meu aparte e lhe agradeço.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

3a DISCUSSÃO do Projeto de Lei número 143/77, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, imóvel de propriedade do Estado conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

2a DISCUSSÃO — da Proposição número 537/77, da Comissão Especial de Reforma à Constituição, oriunda de Proposta de

Emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, dando nova redação aos artigos que especifica e inclui no Título V da referida Constituição, os artigos números 157, 158, 159, 160 e 161. Parecer favorável da Comissão Especial, por maioria. Com emendas.

Há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, vazado nos seguintes termos: (Lê: "Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, com amparo no art. 165, primeira parte, do Regimento Interno, requer a votação do Projeto 537/77, de Emendas Constitucionais, pela forma ali prevista de "artigo por artigo", em segundo turno de votação, respeitadas as emendas já aprovadas em primeiro turno.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO"

— Em votação o requerimento. — REJEITADO.

A Presidência, portanto, colocará em votação a Proposição número 537/77, pela forma simbólica no seu todo, reservadas as emendas. Em votação a Proposição número 537/77. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. — APROVADA.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem). Solicito de V. Exa. verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere. (Faz a verificação de votação da Proposição 537/77 — reservadas as emendas).

14 Srs. Deputados aprovam. 6 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para a deliberação.

A Presidência colocará em votação, matéria que não exige maioria dos Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jaime Warmling, ocorrido no Município de Enéas Marques. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Armando Lissa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário do Município de Cândido Rondon. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 25º aniversário do Município de Peabiru. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Paraguai Futebol Clube, de Paranaguá, pelo título de Campeão de Amadores do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem do 16º aniversário do Município de Palotina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Clube Paraguai, de Paranaguá, pela brilhante conquista do VIII Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada "Bamerindus". — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja dispensada a publicação da redação final do Projeto de Lei número 115/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão

adiada, solicitando o envio de inteiro teor do pronunciamento feito pelo autor em sessão plenária do dia 30 de novembro p. passado, a diversas autoridades. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, lido da tribuna, solicitando seja registrado na Ata dos trabalhos da presente sessão, a passagem do 18º aniversário de falecimento do ex-Senador Abilon de Souza Naves. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda., pela homenagem que prestará ao Doutor Eloy Gomes. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da "Carta de Curitiba". — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 25º aniversário do Município de Jandaia do Sul. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de estudar a viabilidade de instalação de um posto telefônico, no km 90, da BR-277, trecho Palmeira-Irati. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao jornalista e compositor Matinósio Filho. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

A Presidência chama a atenção dos Srs. Deputados que dentro de instantes lerá a sinopse dos trabalhos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de denúncia escrita pelo Pastor Gernote G. Kirinus, ao Departamento de Polícia Federal. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a primeira Sessão Ordinária, do próximo período legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, lido da tribuna, solicitando o envio de cópia de inteiro teor do pronunciamento feito pelo requerente nesta data, a diversas autoridades. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando moção de solidariedade ao jornalista Luiz Manfredini Passos, vítima de arbitrariedades por parte de policiais. — Em discussão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que através do órgão competente daquela Pasta, que promove a "Campanha de Erradicação do Cancro Cítrico", em nosso Estado, seja fixada, após entendimentos e com a participação dos próprios agricultores, data para erradicação. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretários da Educação e Cultura e da Administração, bem como ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, encarecendo providências objetivas e imediatas para a construção de sede própria

para a Escola de 1.º grau "Padre Magno", da cidade de Jacarezinho.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao IBDF, encarecendo providências objetivas e imediatas no sentido de só autorizar a execução de novos projetos de reflorestamento após audiência sobre a conveniência social e econômica, da Prefeitura Municipal em cujo território se localizar o imóvel objeto do projeto.— Encerrada a discussão.

○ SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Sinopse dos trabalhos desta Assembléia Legislativa, no decorrer do período que se estendeu do 1.º de agosto até a presente data.

○ SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à leitura da Sinopse).  
(A Sinopse acha-se publicada no final desta ata).

○ SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Suspendo a sessão por alguns minutos para que seja lavrada a Ata dos trabalhos de hoje e ser aprovada ainda nesta sessão, como determina o Regimento Interno da Casa.

(É suspensa a sessão).

○ SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está reaberta a sessão. Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda a leitura da Ata da presente sessão.

○ SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da presente sessão.

○ SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está em discussão a ata que acaba de ser lida (Pausa).

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a Aprovada. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, e encerrando também o período ordinário de sessões da 3.ª Sessão Legislativa da 8.ª Legislatura.

Ressalvada a possibilidade de convocação extraordinária pelo Sr. Governador do Estado, os Srs. Deputados voltarão a se reunir à hora regimental, no dia 1.º de março de 1978, na Sessão de Instalação da 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 8.ª Legislatura.

Aos Srs. Parlamentares os votos da Mesa para que o período de recesso seja, para todos, proveitoso, e que todos tenham, ao lado de seus familiares e amigos, Boas Festas Natalinas e um Feliz Ano de 1.978.

Levanta-se a sessão.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO  
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8.ª LEGISLATURA  
S I N O P S E

Dos Trabalhos Legislativos e Administrativos do Período Ordinário Compreendido Entre 1.º de Agosto a 5 de Dezembro de 1977

Presidente .....	Dep. Ivo Thomazoni
1.º Secretário .....	Dep. Quielse C. da Silva
2.º Secretário .....	Dep. José D. Scarpelini
Sessão de Instalação .....	1
Sessões Solenes .....	2
Sessões Ordinárias .....	74
Sessões Extraordinárias .....	49
Projetos de Lei apresentados .....	66
Projetos de Lei Aprovados pelo Plenário .....	120
Projetos de Lei Sancionados pelo Governo do Estado .....	60
Projetos de Lei Vetados pelo Governo do Estado .....	6
Projetos de Lei Rejeitados pelo Plenário .....	1
Projetos de Resolução Apresentados .....	4
Projetos de Resolução Aprovados .....	261
Requerimentos dos Srs. Deputados .....	498
Votos de Louvor, Congratulações e regozijo .....	77

Votos de Pesar .....	80
Visitas Ilustres .....	11
Resoluções Promulgadas Pelo Senhor Presidente .....	261
Mensagens do Governo do Estado .....	46
Ofícios do Governador do Estado .....	65
Ofícios das Câmaras Municipais .....	14
Ofícios das Prefeituras Municipais .....	3
Ofícios Diversos .....	33
Indicações .....	17
Telegramas .....	8
Portarias baixadas pelo Senhor Diretor Geral .....	405
Decretos Legislativos .....	160
Emendas apresentadas em Plenário .....	26
Telegramas recebidos .....	8

Curitiba, 5 de dezembro de 1977.

José Cláudio Luz  
Chefe do Serviço

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Ivo Thomazoni  
Jurandir Messias  
Ernesto Gnoato  
Quielse Crisóstomo da Silva  
José Domingos Scarpelini  
Ivan Rüppel  
Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Paulo Camargo  
Muggiati Filho  
Dácio Leonel  
Ezequias Losso  
Fabiano Braga Côrtes  
Gilberto Carvalho  
Luiz Alberto Oliveira  
Nelson Buffara  
Maurício Fruet  
Osvaldo Macedo  
Waldenício Barbalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

Erondy Silvério  
Aguinaldo Pereira Lima  
José Antônio Del Ciel  
Gabriel Manoel  
Gabriel Sampaio  
Benedito Lúcio Machado  
Edilson Alencar

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Jorge Sato  
Antônio Facci  
Fuad Nacli  
Egon Pudell  
Francisco Escorsin  
Deni Schwartz  
Domício Scaramella

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Lázaro Dumont  
Ernesto Dal'Oglio  
Luiz Alberto Oliveira  
Hélio Manfrinato  
Alfredo Gulin  
Wilson Fortes  
Edilson Alencar

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E

COMUNICAÇÕES

Fuad Nacli  
Alfredo Gulin  
Valter Pietrângelo  
Jayme Rodrigues Carvalho

Lineu Turra  
Gabriel Manoel  
Wilson Fortes

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Werner Wanderer  
Augusto Carneiro  
Renato Bernardi  
Wilson Fortes

Edilson Alencar  
Gabriel Sampaio  
João Antônio Del Ciel

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Egon Pudell  
Werner Wanderer  
Otássio Pereira  
Fuad Nacli

Jayme Rodrigues Carvalho  
Lázaro Dumont  
Hélio Manfrinato

COMISSÃO DE POLÍCIA

Basílio Zanusso  
Aguinaldo Pereira Lima  
Nilso Sguarezi  
Alfredo Gulin

Francisco Escorsin  
Jayme Rodrigues Carvalho  
Benedito Lúcio Machado

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

David Federmann  
Paulo Camargo  
Edilson Alencar  
Nilso Sguarezi

Ernesto Dal'Oglio  
Erondy Silvério  
Jorge Sato

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Augusto Carneiro  
Werner Wanderer  
José Antônio Del Ciel  
Oswaldo Macedo

Lineu Turra  
Luiz Alberto Oliveira  
Ezequias Losso

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Francisco Escorsin  
Fuad Nacli  
Hélio Manfrinato  
Nilso Sguarezi

Antônio Facci  
Basílio Zanusso  
Aguinaldo Pereira Lima

COMISSÃO DE TURISMO

Nelson Buffara  
Wilson Fortes  
Adalberto Daros  
Otássio Pereira

Augusto Carneiro  
David Federmann  
Egon Pudell

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Wilson Fortes  
Werner Wanderer  
Benedito Lúcio Machado  
Gilberto Carvalho

Nelson Buffara  
Fabiano Braga Côrtes  
Deni Schwartz

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Renato Bernardi  
Ezequias Losso  
Enéas Faria  
Muggiati Filho

Fabiano Braga Côrtes  
Paulo Camargo  
Gabriel Sampaio

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Werner Wanderer  
Lineu Turra  
Egon Pudell  
Ezequias Losso

Maurício Fruet  
Deni Schwarz  
Francisco Escorsin

M E S A

Presidente . . . . . Ivo Thomazoni

Primeiro Vice-Presidente . . . . . Jurandir Messias  
Segundo Vice-Presidente . . . . . Ernesto Gnoato  
Primeiro Secretário . . . . . Quielise Crisóstomo da Silva  
Segundo Secretário . . . . . José Domingos Scarpelini  
Terceiro Secretário . . . . . Ivan Rüppel  
Quarto Secretário . . . . . Rosário Pitelli

DEPUTADOS ESTADUAIS

Aguinaldo Pereira Lima  
Alfredo Gulin  
Aragão de Mattos Leão  
Adalberto Daros  
Antônio Facci  
Basílio Zanusso  
Dácio Leonel de Quadros  
David Federmann  
Deni Lineu Schwartz  
Egon Pudell  
Ezequias Losso  
Edilson Alencar Barbosa  
Enéas Eugênio Pereira Faria  
Ernesto Dal'Oglio  
Ernesto Gnoato  
Fabiano Braga Côrtes  
Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto  
Francisco Escorsin  
Fuad Nacli  
Fidelcino Tolentino  
Gabriel Manoel  
Gilberto Rezende de Carvalho  
Ivan Santos Rüppel  
Ivo Thomazoni  
Augusto de Oliveira Carneiro  
Erondy Silvério  
Jorge Sato  
Jurandir Messias  
Luiz Alberto Martins de Oliveira  
Luiz Gabriel Guimarães Sampaio  
Luiz Roberto Nogueira Soares  
Paulo Afonso Alves de Camargo  
Quielise Crisóstomo da Silva  
Rosário Pitelli  
Hélio Manfrinato  
Jayme Rodrigues Carvalho  
José Antônio Del Ciel  
José Domingos Scarpelini  
José Muggiati Filho  
Lineu Mansani Turra  
Renato Bernardi  
Maurício Fruet  
Nelson Buffara  
Nilso Romeu Sguarezi  
Osório Valter Pietrângelo  
Oswaldo Evangelista de Macedo  
Otássio Pereira da Silva  
Trajano Bastos de Oliveira  
Waldenício Barbalho  
Werner Wanderer  
Wilson Figueiredo Fortes.

SECRETARIA GERAL

Diretor Geral . . . . . Fausto Luiz Abry  
Diretor do Departamento Administrativo — Paulo de Tarso Oliveira Abbas  
Diretor do Departamento Legislativo . . . . . Francisco Dranka

ATIVIDADES LEGISLATIVAS

01/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o

- Município de Araucária, para os fins que especifica.
- 02/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e a SUCEPAR, e o Município de Terra Roxa, para os fins que especifica.
- 03/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Jandaia do Sul, para os fins que especifica.
- 04/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC, e o Município de Assis Chateaubriand, com o objetivo que especifica.
- 05/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Marialva, com o objetivo que especifica.
- 06/77 - Aprovando termo de convênio e termo aditivo, respectivamente entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Apucarana, com o objetivo que especifica.
- 07/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Paissandu, com o objetivo que especifica.
- 08/77 - Aprovando termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Tuneiras do Oeste, com o objetivo que especifica.
- 09/77 - Aprovando termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Colorado, com o objetivo que especifica.
- 10/77 - Aprovando as contas prestadas pelo Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1973.
- 11/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Andirá, com o objetivo que especifica.
- 12/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Curitiba, com o objetivo que especifica.
- 13/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Assaí, com o objetivo que especifica.
- 14/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da SEC., e o Município de Bandeirantes, com o objetivo que especifica.
- 15/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Cascavel, com o objetivo que especifica.
- 16/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Cianorte, com o objetivo que especifica.
- 17/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Foz do Iguaçu, para os fins que especifica.
- 18/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC, e o Município de Ibiporã, para os fins que especifica.
- 19/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Marialva, para os fins que especifica.
- 20/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de Paranaguá, para os fins que especifica.
- 21/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de União da Vitória, para os fins que especifica.
- 22/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, para os fins que especifica.
- 23/77 - Aprovando acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de São Miguel do Iguaçu, com objetivo que especifica.
- 24/77 - Aprovando acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado, através da SEC., e o Município de Foz do Iguaçu, para os fins que especifica.
- 25/77 - Aprovando acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Antonina, para os fins que especifica.
- 26/77 - Aprovando acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Astorga, para os fins que especifica.
- 27/77 - Aprovando acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Santa Helena, com o objetivo que especifica.
- 28/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Florai, para os fins que especifica.
- 29/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Antonina, para os fins que especifica.
- 30/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Centenário do Sul, com o objetivo que especifica.
- 31/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração, e o Município de Miraselva, para os fins que especifica.
- 32/66 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Departamento de Ensino Supletivo, para os fins que especifica.
- 33/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Mec. com o objetivo que especifica.
- 34/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da SEC. e o MEC. por intermédio do CENESP, para os fins que especifica.
- 35/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo Federal, através do MEC, com o objetivo que especifica.
- 36/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração, e o Município de Campo Mourão com o objetivo que especifica.
- 37/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o Município de Toledo, com o objetivo que especifica.
- 38/77 - Aprovando termo de convênio de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rondon, com o objetivo que especifica.
- 39/77 - Aprovando o termo, de re-ratificação ao convênio, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Tapejara, com o objetivo que especifica.
- 40/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Icaraima, com o objetivo que especifica.
- 41/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Nova Londrina, com o objetivo que especifica.
- 42/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Cruzeiro do Oeste, com objetivo que especifica.
- 43/77 - Aprovando termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Umuarama, com o objetivo que especifica.
- 44/77 - Aprovando termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Altônia, com o objetivo que especifica.
- 45/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Florai, com o objetivo que especifica.
- 46/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração, e o Município de Foz do Iguaçu, com objetivo que especifica.
- 47/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do

- Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Terra Rica, com objetivo que especifica.
- 48/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Rondon, para os fins que especifica.
- 49/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Catanduvas, com objetivo que especifica.
- 50/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração, e o Município de Ribeirão Claro, com objetivo que especifica.
- 51/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Bandeirantes, com objetivo que especifica.
- 52/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração, e o Município de Doutor Camargo, com objetivo que especifica.
- 53/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Nova Aurora, com objetivo que especifica.
- 54/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Santa Inês com o objetivo que especifica.
- 55/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Saúde e do Bem Estar Social, e o Município de Curitiba, com o objetivo que especifica.
- 56/77 - Aprovando o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Araucária, com objetivo que especifica.
- 57/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Toledo, com objetivo que especifica.
- 58/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Campo do Mourão com o objetivo que especifica.
- 59/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de Cornélio Procopio, com objetivo que especifica.
- 60/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Maringá com objetivo que especifica.
- 61/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Nova Esperança, com objetivo que especifica.
- 62/77 - Aprovando o acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Medianeira, com objetivo que especifica.
- 63/77 - Aprovando acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Morretes, com o objetivo que especifica.
- 64/77 - Aprovando o acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Matelândia, com objetivo que especifica.
- 65/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Cascavel, com objetivo que especifica.
- 66/77 - Aprovando o acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Rolândia, com objetivo que especifica.
- 67/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC., e o Município de Santa Izabel do Ivaí, com objetivo que especifica.
- 68/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Santo Antônio do Caiuá, com objetivo que especifica.
- 69/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado em aditamento anterior entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC, e o Município de Ponta Grossa, com objetivo que especifica.
- 70/77 - Aprovando o convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Toledo, com objetivo que especifica.
- 71/77 - Aprovando acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Palotina, com objetivo que especifica.
- 72/77 - Aprovando acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Assis Chateaubriand, com objetivo que especifica.
- 73/77 - Aprovando acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Matinhos, com objetivo que especifica.
- 74/77 - Aprovando acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Guaratuba, com objetivo que especifica.
- 75/77 - Aprovando acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado, através da SEC. e o Município de Califórnia, com o objetivo que especifica.
- 76/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e as SEC. e MEC, através da CENESP, com objetivo que especifica.
- 77/77 - Aprovando termo de convênio celebrado com a intervenção do Governo do Estado do Paraná, entre o MEC. e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, com objetivo que especifica.
- 78/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o MEC Fundação Nacional de Arte, com objetivo que especifica.
- 79/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Araucária, com objetivo que especifica.
- 80/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Pitanga, com objetivo que especifica.
- 81/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Medianeira, com objetivo que especifica.
- 82/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Guairacá, com objetivo que especifica.
- 83/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de São Jorge do Oeste, com objetivo que especifica.
- 84/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. da Administração, e o Município de Palmital, com objetivo que especifica.
- 85/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Guarapuava, com objetivo que especifica.
- 86/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o Município de Paraíso do Norte, com objetivo que especifica.
- 87/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração, e o Município de Medianeira, com objetivo que especifica.
- 88/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Palmital, com objetivo que especifica.
- 89/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Joaquim Távora, para os fins que especifica.
- 90/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração, e o Município de Piraí do Sul, para os fins que especifica.
- 91/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de



- cípio de Bandeirantes, para os fins que especifica.
- 92/77 - Aprovando termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Sec. de Administração e o Município de Adrianópolis, para os fins que especifica.
- 93/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Piraf do Sul, para os fins que especifica.
- 94/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. de Administração e o Município de Marilena, para os fins que especifica.
- 95/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Cambará, para os fins que especifica.
- 96/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Floresta, para os fins que especifica.
- 97/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Ibiporã, para os fins que especifica.
- 98/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Ipiranga, com objetivo que especifica.
- 99/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. da Administração e o Município de Iporã, para os fins que especifica.
- 100/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Itambé, para os fins que especifica.
- 101/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. da Administração, e o Município de Mariópolis, para os fins que especifica.
- 102/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Marmeleiro, para os fins que especifica.
- 103/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Morretes, para os fins que especifica.
- 104/77 - Aprovando o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Porto Rico, para os fins que especifica.
- 105/77 - Aprovando o termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Bela Vista do Paraíso, para os fins que especifica.
- 106/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Castro, para os fins que especifica.
- 107/77 - Aprovando o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Alto Piquiri, para os fins que especifica.
- 108/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de Curitiba, para os fins que especifica.
- 109/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o MEC por intermédio do CENESP, para os fins que especifica.
- 110/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Itapejara do Oeste, para os fins que especifica.
- 111/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Chopinzinho, para os fins que especifica.
- 112/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração, e o Município de Paissandu, para os fins que especifica.
- 113/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Astorga, para os fins que especifica.
- 114/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Jaguariaíva, para os fins que especifica.
- 115/77 - Aprovando o termo de convênio, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Ponta Grossa, para os fins que especifica.
- 116/77 - Aprovando o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.S.P. e do Interior, e o Município de Rio Bom, para os fins que especifica.
- 117/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Cruzeiro do Sul, para os fins que especifica.
- 118/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Congonhinhas, para os fins que especifica.
- 119/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Florai, para os fins que especifica.
- 120/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado em aditamento anterior, firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Irati, para os fins que especifica.
- 121/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado em aditamento anterior, firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Lapa, para os fins que especifica.
- 122/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado em aditamento anterior, firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Paranavaí, para os fins que especifica.
- 123/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado em aditamento anterior, firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Rio Negro, para os fins que especifica.
- 124/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado em aditamento anterior, firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de São José dos Pinhais, para os fins que especifica.
- 125/77 - Aprovando o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paranavaí, para os fins que especifica.
- 126/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Nova Olímpia, para os fins que especifica.
- 127/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Maria Helena, para os fins que especifica.
- 128/77 - Aprovando os termos do convênio e respectivo Termo Aditivo celebrado entre o MEC, através do Departamento de Educação Física e Desportos e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura.
- 129/77 - Aprovando o acordo plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Cêu Azul, para os fins que especifica.
- 130/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Almirante Tamandaré, para os fins que especifica.
- 131/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Ivaiporã, para os fins que especifica.
- 132/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Pato Branco para os fins que especifica.
- 133/77 - Aprovando o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de São Mateus do Sul, para os fins que especifica.
- 134/77 - Aprovando acordo plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Toledo, para os fins que especifica.
- 135/77 - Aprovando acordo plurianual celebrado entre o Governo do

- Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Marechal Cândido Rondon, para os fins que especifica.
- 136/77 - Aprovando o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Astorga, para os fins que especifica.
- 137/77 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, com a interveniência das entidades que especifica.
- 138/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o Município de Paulo Frontim, para os fins que especifica.
- 139/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Nova Cantu, para os fins que especifica.
- 140/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Palotina, para os fins que especifica.
- 141/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Paranaguá, para os fins que especifica.
- 142/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Arapongas, para os fins que especifica.
- 143/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o MEC., através da FUNARTE, para os fins que especifica.
- 144/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre a Secretaria dos Negócios da Agricultura e Prefeitura Municipal de Guaruva, para os fins que especifica.
- 145/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Francisco Beltrão, para os fins que especifica.
- 146/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC. e o Município de Guaíra, para os fins que especifica.
- 147/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Ponta Grossa, para os fins que especifica.
- 148/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Guaíra, para os fins que especifica.
- 149/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o Município de Altônia, para os fins que especifica.
- 150/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Ibaiti, para os fins que especifica.
- 151/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL - para os fins que especifica.
- 152/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da SEC e o MEC, com o Instituto Nacional do Livro, para os fins que especifica.
- 153/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Atalaia, para os fins que especifica.
- 154/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Bandeirantes, para os fins que especifica.
- 155/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o Município de Bandeirantes, para os fins que especifica.
- 156/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Bela Vista do Paraíso, para os fins que especifica.
- 157/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Bocaiuva do Sul, para os fins que especifica.
- 158/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Califórnia, para os fins que especifica.
- 159/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Campo do Tenente, para os fins que especifica.
- 160/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Corbélia, para os fins que especifica.
- 161/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Faxinal, para os fins que especifica.
- 162/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Guaraniaçu, para os fins que especifica.
- 163/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Iretama, para os fins que especifica.
- 164/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração, e o Município de Ivaí, para os fins que especifica.
- 165/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Ivaiporã, para os fins que especifica.
- 166/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Ivatuba, para os fins que especifica.
- 167/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Jundiá do Sul, para os fins que especifica.
- 168/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município da Lapa, para os fins que especifica.
- 169/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Loanda, para os fins que especifica.
- 170/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Mandaguáçu, para os fins que especifica.
- 171/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Marechal Cândido Rondon, para os fins que especifica.
- 172/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pitanga, para os fins que especifica.
- 173/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Rio Azul, para os fins que especifica.
- 174/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Salto do Lontra, para os fins que especifica.
- 175/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Santa Mariana, para os fins que especifica.
- 176/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. da Administração e o Município de Santo Antônio do Sudoeste, para os fins que especifica.
- 177/77 - Aprovando o termo do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de S. Pedro do Paraná, para os fins que especifica.
- 178/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Tapira, para os fins que especifica.
- 179/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. da Administração e o Município de Tijucas do Sul, para os fins que especifica.

- 180/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Xanbrê, para os fins que especifica.
- 182/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado e respectivo termo aditivo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a interveniência das entidades ali nominadas, para os fins que especifica.
- 183/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Andirá, para os fins que especifica.
- 184/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de São Jorge do Oeste, para os fins que especifica.
- 185/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.E.C. e o Município de Jacarezinho, para os fins que especifica.
- 186/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.E.C. e o Município de Ponta Grossa, para os fins que especifica.
- 187/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.E.C. e o Município de Telêmaco Borba, para os fins que especifica.
- 189/77 - Aprovando o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Santa Izabel do Ivaí, para os fins que especifica.
- 190/77 - Aprovando o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Izabel do Ivaí, para os fins que especifica.
- 191/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a interveniência dos órgãos que especifica.
- 192/77 - Aprovando Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.E.C., e o Município de Sabáudia, para os fins que especifica.
- 193/77 - Aprovando Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.E.C. e o Município de Paranaguá, para os fins que especifica.
- 194/77 - Aprovando Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.E.C. e o Município de Guaraqueçaba, para os fins que especifica.
- 195/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.E.C. e o Município de Pérola, para os fins que especifica.
- 196/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Arapoti para os fins que especifica.
- 197/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Alvorada do Sul, para os fins que especifica.
- 198/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Piraquara, para os fins que especifica.
- 199/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. do Interior e o Município de Pres. Castelo Branco, para os fins que especifica.
- 200/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Campana Grande do Sul, para os fins que especifica.
- 201/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Alvorada do Sul, para os fins que especifica.
- 202/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Jaguariaíva, para os fins que especifica.
- 203/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Jussara, para os fins que especifica.
- 204/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Marumbi, para os fins que especifica.
- 205/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.E.C., e o Município de Nova Londrina, para os fins que especifica.
- 206/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Tapejara, para os fins que especifica.
- 207/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. do Interior e o Município de Lobato, para os fins que especifica.
- 208/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Santa Izabel do Oeste, para os fins que especifica.
- 209/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de S. Miguel do Iguaçu, para os fins que especifica.
- 210/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Céu Azul, para os fins que especifica.
- 211/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Barracão, para os fins que especifica.
- 212/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Uraí, para os fins que especifica.
- 213/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de S. Antônio do Sudoeste, para os fins que especifica.
- 214/77 - Aprovando Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.E.C. e o Município de Ipirorã, para os fins que especifica.
- 215/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Wenceslau Braz, para os fins que especifica.
- 216/77 - Aprovando Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da S.E.C. e o Município de Marilândia do Sul, para os fins que especifica.
- 217/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Carlópolis, para os fins que especifica.
- 218/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Castro, para os fins que especifica.
- 219/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Piraí do Sul, para os fins que especifica.
- 220/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Rebouças, para os fins que especifica.
- 221/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Santa Amélia, para os fins que especifica.
- 222/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Santa Inês, para os fins que especifica.
- 223/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Tamboara, para os fins que especifica.
- 224/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Matinhos, para os fins que especifica.
- 225/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Paranaguá, para os fins que especifica.
- 226/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município

- de Peabiru, para os fins que especifica.
- 227/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Pérola, para os fins que especifica.
- 228/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Pérola do Oeste, para os fins que especifica.
- 229/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Quitandinha, para os fins que especifica.
- 230/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Sec. de Administração e o Município de Ribeirão Claro, para os fins que especifica.
- 231/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Assaí, para os fins que especifica.
- 232/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, para os fins que especifica.
- 233/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Toledo, para os fins que especifica.
- 234/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Nova Londrina, para os fins que especifica.
- 235/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Cruzeiro do Oeste, para os fins que especifica.
- 236/77 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Umuarama, para os fins que especifica.
- 237/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Cidade Gaúcha, para os fins que especifica.
- 238/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Mál. Cândido Rondon, para os fins que especifica.
- 239/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Enéas Marques, para os fins que especifica.
- 240/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Moreira Salles, para os fins que especifica.
- 241/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Planalto, para os fins que especifica.
- 242/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Ubatã, para os fins que especifica.
- 243/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. do Interior e o Município de Iporã, para os fins que especifica.
- 244/77 - Aprovando os termos de convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Sec. de Segurança Pública e os Municípios de Florai, Jardim Alegre, Marumbi e Terra Boa, para os fins que especifica.
- 245/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Segurança Pública e o Município de Cruzeiro do Sul, para os fins que especifica.
- 246/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Segurança Pública e o Município de Terra Roxa, para os fins que especifica.
- 247/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Segurança Pública e o Município de Araucária, para os fins que especifica.
- 248/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado em aditamento anterior entre o Governo do Estado, através da S.E.C. e o Município de Cambé, para os fins que especifica.
- 249/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado em aditamento anterior, firmado entre o Governo do Estado, através da S.E.C. e o Município de Goioerê, para os fins que especifica.
- 250/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Segurança e o Município de Cianorte, para os fins que especifica.
- 251/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da S.E.C. e o Município de Campo Mourão, para os fins que especifica.
- 252/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Califórnia, para os fins que especifica.
- 253/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Dois Vizinhos, para os fins que especifica.
- 254/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Goioerê, para os fins que especifica.
- 255/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, a Sudesul e o IBDF, com o objetivo que especifica.
- 256/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Jardim Olinda, com o objetivo que especifica.
- 257/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Cruz Machado, com o objetivo que especifica.
- 258/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Coronel Vivida, com o objetivo que especifica.
- 259/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Pato Branco, para os fins que especifica.
- 260/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Terra Roa, para os fins que especifica.
- 261/77 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. de Administração e o Município de Quedas do Iguaçu, para os fins que especifica.

## VOTOS DE CONGRATULAÇÕES,

## REGOZIO E LOUVOR

- 02-08-77 - do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio, pela eleição do jornalista Ayrton Luiz Batista, para a Presidência da Federação dos Jornalistas.
- 03-08-77 - Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao escritor paranaense Antenor Batista.
- 05-08-77 - Do Sr. Egon Pudell, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Campanha Nacional de Escola da comunidade, pelos motivos que especifica.
- 08-08-77 - Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Rio Branco Esporte Clube, pelos motivos que especifica.
- 09-08-77 - Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações com o jornal "Gazeta do Povo", pela presença em suas páginas do jornalista Murilo de Melo Filho e sua coluna "Posto de Escuta".
- 09-08-77 - Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Sr. Arion N. Roda, pelos motivos que especifica.
- 10-08-77 - Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Polícia Militar do Estado, pela passagem do seu 123o. aniversário de fundação.
- 11-08-77 - Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de regozio pelo transcurso do Sesquicentenário da instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil.
- 18-08-77 - Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor aos funcionários da Câmara Municipal de Cascavel.

- 22-08-77 - Do Sr. José Domingos Scarpelini, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Aramis Bertoldi, pelos relevantes serviços prestados ao esporte do Estado do Paraná.
- 23-08-77 - Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, pelos motivos que especifica.
- 23-08-77 - Do Sr. Waldenício Barbalho, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações aos Srs. Promotores do 8o. Seminário da Magistratura Paranaense, realizado em Paranavaí.
- 24-08-77 - Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Federação Espírita do Paraná.
- 24-08-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo aniversário da Federação Espírita do Paraná.
- 24-08-77 - Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Gal. Ruy de Paula Couto, pelos motivos que especifica.
- 29-08-77 - Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Secretaria Especial do Meio Ambiente, no trabalho que vem desenvolvendo no combate à erosão.
- 29-08-77 - Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo com o jornal "Gazeta do Povo", pelos motivos que especifica.
- 29-08-77 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo lançamento da revista "Vamos Ver".
- 29-08-77 - Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Sr. Delegado Arlindo Godoy, pela sua atuação como Delegado de Polícia, por meio século.
- 30-08-77 - Do Sr. Lázaro Dumont, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Grupo Independência de Alcoólicos Anônimos, pelos motivos que especifica.
- 31-08-77 - Do Sr. José Domingos Scarpelini, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor em homenagem póstuma ao 2o. Sargento do Exército, Sívio Delmar Holenbach, pelos motivos que especifica.
- 31-08-77 - Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao jornal "Movimento", pelos motivos que especifica.
- 31-08-77 - Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Rede Globo de Televisão, pelos motivos que especifica.
- 31-08-77 - Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo aos Srs. Presidente da República e Ministro dos Transportes, pelos motivos que especifica.
- 02-09-77 - Do Sr. Antônio Facci, e outros, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo ao Almirante Heleno Nunes, pelos motivos que especifica.
- 12-09-77 - Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo ao jornal "Gazeta do Povo", pelos motivos que especifica.
- 13-09-77 - Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela nomeação do Eng. Tancredo Benghi, para a Direção Geral do DER.
- 13-09-77 - Do Sr. Del Ciel, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina, pelos motivos que especifica.
- 15-09-77 - Do Sr. Lineu Turra, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, pela passagem do 154o. aniversário de fundação de Ponta Grossa.
- 20-09-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao jornalista Nilson Phol, pelos motivos que especifica.
- 20-09-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela fundação do jornal "Folha do Campo", na cidade de Campo Mourão.
- 21-09-77 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor pela passagem do Dia do Radialista.
- 21-09-77 - Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Sr. Delegado Regional do IBDF, pelos motivos que especifica.
- 21-09-77 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao operário Raimundo da Silva, por ter sido escolhido "Operário Padrão 77".
- 21-09-77 - Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Prefeitura Municipal de Jardim Alegre, pelos motivos que especifica.
- 22-09-77 - Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Associação Catarinense de Medicina, pelos motivos que especifica.
- 23-09-77 - Do Sr. José Domingos Scarpelini, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao naturalista Eládio Del Rosal, pela liberação da tartaruga gigante apreendida na Praia de Guaratuba.
- 23-09-77 - Do Sr. Ernesto Gnoato, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Diretoria do Bamerindus S/A, pela passagem do 25o. aniversário de fundação daquele Banco.
- 23-09-77 - Do Sr. Ernesto Dal'Oglio, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do 25o. aniversário de fundação do Bamerindus S/A.
- 27-09-77 - Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pelo aniversário de S. Santidade o Papa Paulo VI.
- 28-09-77 - Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo ao Tribunal de Alçada, pela passagem do 7o. aniversário de fundação.
- 30-09-77 - Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao "Jornal do Comércio", com sede no Rio de Janeiro, pela passagem do seu 150o. aniversário de fundação.
- 04-10-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo ao Grêmio de Maringá, pelos motivos que especifica.
- 11-10-77 - Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor aos Municípios de Cambé e Santa Mariana, pela passagem do seu aniversário de fundação.
- 11-10-77 - Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo ao jornal "Gazeta do Povo", pelos motivos que especifica.
- 11-10-77 - Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Município de Santa Mariana, pela passagem de seu aniversário de fundação.
- 12-10-77 - Do Sr. Wilson Fortes, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem, no dia de hoje, do "Dia do Agrônomo".
- 14-10-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo à Rádio Universo, pelo 2o. aniversário do Programa "Equipe Positiva".
- 14-10-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo ao Sport Clube Corinthians, pela conquista do Campeonato Paulista de Futebol.
- 24-10-77 - Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à EOEIG, pelo transcurso do Dia do Aviador.
- 26-10-77 - Dos Srs. Maurício Fruet e Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor aos paranaenses Renato Mazek e Margareth Born, pela conquista do Primeiro Prêmio da XIV Bienal Internacional de São Paulo.
- 26-10-77 - Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Município de Curiuva, pela passagem do seu aniversário de fundação.



- 26-10-77 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Professor Teodócio Jorge Atherino, pelos motivos que especifica.
- 03-11-77 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do aniversário de fundação da TV-Paranaense, Canal 12.
- 07-11-77 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à equipe liderada pela missionária Úrsula Wiesemann, pela apresentação do Novo Testamento, traduzido para a língua da Tribo Caingangues.
- 07-11-77 - Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Dr. José Ferreira Heidger, pelos motivos que especifica.
- 09-11-77 - Do Sr. Edilson Alencar, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Grupo Artístico, Ubiratense, pelos motivos que especifica.
- 10-11-77 - Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor à revista "Rumo Paranaense", pelos motivos que especifica.
- 10-11-77 - Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de solidariedade aos trabalhadores brasileiros, na sua luta para obter a reposição salarial que lhes é devida.
- 16-11-77 - Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, ao Sr. Governador do Estado, pela nomeação do Sr. Eng. Luiz Antônio Pinto, para o cargo de Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.
- 16-11-77 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Rio Negro.
- 23-11-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo à Associação dos Fotógrafos do Paraná, pelos motivos que especifica.
- 23-11-77 - Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Pedro Prosdócimo, pela inauguração do Centro Administrativo que leva o seu nome.
- 24-11-77 - Do Sr. Jayme Rodrigues de Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Deputado Otássio Pereira, pelos motivos que especifica.
- 24-11-77 - Do Sr. Jayme Rodrigues de Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo à dupla sertaneja, Tonico e Tinoco, pelos motivos que especifica.
- 24-11-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo à Associação dos Fotógrafos e Cinematógrafos do Paraná, pelos motivos que especifica.
- 29-11-77 - Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Gal. Samuel Correia, pela sua promoção ao Posto Máximo da Hierarquia Militar.
- 29-11-77 - Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do 23o. aniversário de emancipação política do Município de Francisco Beltrão.
- 29-11-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao jornalista Laertes Moreira, pelos motivos que especifica.
- 29-11-77 - Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Município de Nova Cantú, pela passagem, em data de hoje, de sua emancipação política.
- 29-11-77 - Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem, nesta data, do aniversário de emancipação política do Município de São Miguel do Iguaçu.
- 29-11-77 - Do Sr. Ernesto Dal'Oglio, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à cidade de Santa Helena, pela passagem, nesta data, do aniversário de sua emancipação política.
- 29-11-77 - Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à AFAPAR, pelos motivos que especifica.

- 01-12-77 - Do Sr. Edilson Alencar, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Município de Nova Cantú, pela passagem do seu 13o. aniversário de fundação.
- 01-12-77 - Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao novo Presidente da Associação Comercial de Londrina.
- 01-12-77 - Do Sr. Renato Bernardi, solicitando a inserção em ata de um voto de solidariedade ao Semanário "Movimento", pelos motivos que especifica.
- 02-12-77 - Do Sr. Otássio Pereira, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao jornalista e compositor Marinósio Filho.
- 05-12-77 - Do Sr. Werner Wanderer, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem, nesta data, do aniversário de fundação do Município de Cândido Rondon.
- 05-12-77 - Do Sr. Werner Wanderer, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem, nesta data, do aniversário de fundação do Município de Palotina.
- 05-12-77 - Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao "Paraguai", clube de peladas do Município de Paranaguá.
- 05-12-77 - Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor à Cooperativa Guarany, pelos motivos que especifica.
- 05-12-77 - Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem, nesta data, do aniversário de fundação do Município de Jandaia do Sul.
- 05-12-77 - Do Sr. Otássio Pereira, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao jornalista e compositor Marinósio Filho.
- 05-12-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de solidariedade ao jornalista Luiz Manfredini Passos, pelos motivos que especifica.

#### VOTOS DE PESAR

- |            |   |
|------------|---|
| Dias:      | SÚMULA  |
| 01-08-77 - | Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Gulin.   |
| 01-08-77 - | Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Deputado Albertino Spagola.  |
| 01-08-77 - | Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento de Tarcilo Ferreira Messias.  |
| 01-08-77 - | Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Saul Vigano.   |
| 02-08-77 - | Do Sr. David Federmann, e outros, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Alfredo Gomes, Bruno João da Silva, Arthur Reinert dos Santos e Jacób Allegretti. |
| 03-08-77 - | Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benedito dos Santos Teixeira.   |
| 04-08-77 - | Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sakae Yaedu.   |
| 04-08-77 - | Do Sr. Ernesto Dal'Oglio, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Stela Ronconi.   |
| 04-08-77 - | Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Michelin.  |
| 08-08-77 - | Do Sr. Hélio Manfrinato, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amândio Mathias.   |
| 08-08-77 - | Do Sr. Lúcio Machado, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adelina Androzolli Viltrini.   |
| 09-08-77 - | Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Melani.   |
| 17-08-77 - | Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Álvaro Sampaio Ribas.   |
| 22-08-77 - | Do Sr. Accioly Neto, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João de Oliveira Braz e Edevino Wisnievies.  |

- 23-08-77 - Do Sr. Adalberto Daros, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldívio Costa Lima.
- 23-08-77 - Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Herminia Rios Gomes.
- 25-08-77 - Do Sr. Waldenício Barbalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Alencar Barbosa.
- 29-08-77 - Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Delmira de Jesus Santos.
- 29-08-77 - Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Prof. Adriano Correia.
- 29-08-77 - Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Gertrudes Fiorilo Rolim.
- 30-08-77 - Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Antônio Pereira Góes e Gláucio de Oliveira.
- 12-09-77 - Do Sr. Accioly Neto, e outros, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pirajibe Araújo, ex-Deputado Estadual.
- 12-09-77 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Edith Tedeschi.
- 12-09-77 - Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Carlos Moreira.
- 13-09-77 - Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Palma.
- 13-08-77 - Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Trevisan.
- 13-08-77 - Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Palma.
- 13-09-77 - Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Farid Karan.
- 13-09-77 - Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Pedro Bortoloto.
- 13-09-77 - Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Nadolny.
- 15-09-77 - Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Santana de Moraes.
- 21-09-77 - Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Pavan.
- 21-09-77 - Do Sr. Ernesto Gnoato, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Demétrio Assis Benvenuti.
- 21-09-77 - Do Sr. Antônio Facci, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joubert de Carvalho.
- 22-09-77 - Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Penteado.
- 27-09-77 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Brígida Somma Chechia.
- 27-09-77 - Do Sr. Renato Bernardi, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Oberon Floriano Dittert.
- 27-09-77 - Do Sr. Jayme Rodrigues Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Pereira Borges.
- 27-09-77 - Do Sr. Augusto Carneiro, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.
- 27-09-77 - Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lacerda Werneck.
- 29-09-77 - Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ari de Jesus Bello.
- 29-09-77 - Do Sr. Quielse Crisóstomo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abrão Miguel Elias.
- 30-09-77 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Klencre.
- 30-09-77 - Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jum Arakawa.
- 03-10-77 - Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Müller, ex-Deputado Estadual.
- 03-10-77 - Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Ex-Deputado Estadual, Lauro Müller Soares.
- 04-10-77 - Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osvaldo Marrez.
- 06-10-77 - Do Sr. Jayme Rodrigues Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Inácio de Souza.
- 11-10-77 - Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salim Sahão.
- 11-10-77 - Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Altair Virmond Taques.
- 12-10-77 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Virgínia de Souza Fernandes.
- 12-10-77 - Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ferdinando Klaus Moecke.
- 12-10-77 - Do Sr. Jayme Rodrigues Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Américo Alves Pereira.
- 13-10-77 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Cosme dos Santos e Altevir Moraes.
- 13-10-77 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cosme dos Santos.
- 14-10-77 - Do Sr. Basílio Zanusso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Dante Lunardin, Ednan Cesar Martins, Fernando C. Oliveira, Iru Carneiro, Harry Costa, Aracy de Freitas Melro e Adelaide Amorim, vitimados por acidente aviatório.
- 17-10-77 - Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Cardoso da Silveira, ex-Deputado Estadual.
- 17-10-77 - Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual, Joaquim C. Silveira.
- 24-10-77 - Do Sr. Augusto Carneiro, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lourival Cordeiro.
- 24-10-77 - Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Leandro, ex-funcionário deste Poder.
- 25-10-77 - Do Sr. Erondy Silvério, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Toniolo.
- 25-10-77 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rev. Roberto Rick Sobrinho.
- 27-10-77 - Do Sr. Luiz Alberto Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Isabel Cruz Pimentel.
- 03-11-77 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sylseu P. Alves.

- 03-11-77 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Álvaro B. Lobo Filho.
- 04-11-77 - Do Sr. Luiz Alberto Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro José Vieira.
- 07-11-77 - Do Sr. Werner Wanderer, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique Afonso Stumm.
- 07-11-77 - Do Sr. Basílio Zanusso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Odete Dornelles Sarpão.
- 07-11-77 - Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Amazonas Lima.
- 08-11-77 - Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ubirajara Sabatella.
- 08-11-77 - Do Sr. Luiz Alberto Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Amazonas Lima.
- 08-11-77 - Do Sr. Jayme Rodrigues Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Reginato.
- 21-11-77 - Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Bernardo Puch Jr.
- 21-11-77 - Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Fagundes.
- 22-11-77 - Do Sr. Luiz Alberto Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Astrogilda F. Justo.
- 22-11-77 - Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vergílio Rizzo.
- 22-11-77 - Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso João Haupt.
- 23-11-77 - Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Manoel Borges e Luiz Rabello.
- 24-11-77 - Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Starepravo.
- 05-12-77 - Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jayme Warling.
- 05-12-77 - Do Sr. Adalberto Daros, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armando Lissa.

## VISITAS ILUSTRES

Dias: SÚMULA

- 09-08-77 - A Presidência anuncia com satisfação a presença em plenário, do Sr. Nivaldo Krüger, ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito de Guarapuava.
- 22-08-77 - A Presidência anuncia a presença em plenário, do Sr. Deputado Federal, Nelson Maculan.
- 24-08-77 - A Presidência anuncia, com satisfação, a presença em plenário, do Senador do Japão, Ichiro Nakamishi.
- 25-08-77 - A Presidência registra com satisfação a presença em plenário do Sr. Deputado Federal do MDB, Sebastião Rodrigues, bem como dos alunos do primeiro grau da Escola Omar Sabag, desta capital.
- 29-08-77 - A Presidência anuncia a presença em plenário dos Srs. Deputados do Estado de Goiás.
- 20-09-77 - A Presidência anuncia a presença em plenário da Casa dos Srs. Prefeito Municipal de Ponta Grossa e Vereador Adail Sprenguer Passos, desta Capital, e do Sr. Prefeito de Umuarama.
- 21-09-77 - A Presidência anuncia a presença em plenário dos Srs. Vereadores do Município de Nova Aurora

- 04-10-77 - A Presidência anuncia a presença em plenário, dos Srs. Deputado Federal, Sr. Fernando Gama e do Sr. Presidente do MDB do Município de Inácio Martins.
- 06-10-77 - A Mesa registra a presença em plenário do Sr. Prefeito e Vereadores do Município de Xantrê.
- 24-10-77 - A Presidência anuncia a presença em plenário dos Srs. Prefeito Municipal de Pitanga e do Sr. Deputado Federal Ari Kfuri.
- 28-11-77 - A Presidência anuncia a presença em plenário do Sr. Prefeito Municipal de Guaraniãçu.

## DISCURSOS DO DEPUTADO ACCIOLY NETO

Dias: SÚMULA

- 11-08-77 - Ocupa a tribuna para saudar a todos os juristas do Brasil pela passagem, em data de hoje, do sesquicentenário da instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil.
- 18-08-77 - Ocupa a tribuna para cobrar do Sr. Líder do Governo, nesta Casa, promessa feita sobre o envio de Mensagem Governamental que pretende dar melhores salários ao Quadro da Procuradoria Geral do Estado.
- 22-09-77 - Ocupa a tribuna para demonstrar seu posicionamento quanto à criação de uma Assembléia Constituinte em nosso País.

## DISCURSOS DO DEPUTADO ADALBERTO DAROS

- 04-08-77 - Ocupa a tribuna para discordar das palavras dirigidas pelo Sr. Deputado Erondy Silvério ao Deputado Lúcio Machado.
- 11-08-77 - Ocupa a tribuna para rebater as palavras proferidas no pronunciamento feito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na sessão de terça-feira passada.
- 18-08-77 - Ocupa a tribuna para ler, para o conhecimento da Casa, denúncia feita por uma servidora do Estado, sobre irregularidades que estariam ocorrendo no IPE.
- 02-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os fatos que culminaram com a inclusão do Grêmio de Maringá no Campeonato Nacional.
- 28-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre medidas tomadas pelo Governo do Estado, proibindo gastos com cartões de Natal, bem como distribuição de brindes de fim de ano.
- 27-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre reunião realizada em São Paulo, objetivando o lançamento da campanha pró-Constituinte.
- 29-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a má administração que vem ocorrendo no Município de Piraquara.

## DISCURSOS DO DEPUTADO ALFREDO GULIN

- 30-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre notícias especulativas surgidas em torno da Copel para a esfera federal.
- 13-09-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a 4a. Conferência Nacional das Classes Produtoras, a ser realizada em nossa capital.
- 14-09-77 - Discorrendo sobre a realização em nossa Capital, do II Simpósio Nacional da Soja.
- 05-10-77 - Ocupa a tribuna para solicitar do Governo Federal maior apoio às empresas privadas a fim de que possam aumentar sua rentabilidade financeira.
- 03-11-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a passagem do aniversário de fundação do Município de Morretes.
- 04-11-77 - Congratulando-se com a passagem do 10o. aniversário da criação do INOCOP.
- 07-11-77 - Congratulando-se com o Governo do Estado pela criação da Mineropar e do Fundo de Financiamento, criado para exploração do subsolo.
- 08-11-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre as falhas existentes na legislação penal vigente em nosso País.
- 10-11-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a realização e os resultados do IV Conclave, realizado no Rio de Janeiro.
- 16-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários em explicação

pessoal e congratula-se com o povo de Cascavel pela comemoração dos seus 25 anos de fundação.

- 24-11-77 - Ocupa a tribuna para, em explicação pessoal, falar sobre o Simpósio, sobre a Região Metropolitana de Curitiba, promovido pelo Diretório Municipal da Arena e tece outros comentários.
- 30-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o Serviço de Trânsito em nossa Capital.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO ANTÔNIO FACCI

- 18-08-77 - Ocupa a tribuna para apresentar requerimento solicitando o envio de expediente ao Funrural, pelos motivos que especifica.
- 19-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a instalação do Governo do Estado no interior do Estado, e das despesas que esta operação causa aos cofres públicos, sem grande resultado positivo.
- 31-08-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a falta de amparo e orientação por parte do Governo do Estado aos agricultores e pecuaristas.
- 01-09-77 - Ocupa a tribuna para manifestar seu ponto de vista com relação a inclusão do Colorado e do Maringá no próximo Campeonato Nacional.
- 02-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a campanha deflagrada pelo Governo Federal, denominada "Pechincha".
- 27-10-77 - Ocupa a tribuna para falar da maneira desumana como foram removidos os favelados da Favela do Bosque, no Município de Maringá.
- 24-11-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a passagem, nesta data, do dia dedicado à Ação de Graças.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO AUGUSTO CARNEIRO

- 17-08-77 - Ocupa a tribuna para ler relatório da Comissão Especial encarregada de estudar o problema surgido no Instituto de Educação desta Capital.
- 24-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a inauguração de obras asfálticas de baixo custo pelo Governo do Estado em sua região.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO

- 01-09-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre os fatos históricos que culminaram com a Independência da nossa Pátria.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO DEL CIEL

- 21-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a prisão de um aluno do Colégio Willie Davis, na cidade de Londrina.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO DENI SCHWARTZ

- 02-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as instalações do Governo fora da Capital e do dispendido com essa atitude.
- 03-08-77 - Ocupa a tribuna para reclamar da Presidência sobre pedido de informação de sua autoria à Copel e que ainda não foi atendido.
- 17-08-77 - Ocupa a tribuna para solicitar à Mesa definição sobre possível visita a Itaipu.
- 29-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre possíveis atos de corrupção em nosso Legislativo Estadual.
- 03-10-77 - Ocupa a tribuna para prestar homenagem póstuma pelo falecimento do Sr. ex-Deputado Lauro Müller Soares.
- 26-10-77 - Ocupa a tribuna para dizer da sua participação no II Simpósio do Soja, realizado em nossa Capital.
- 27-10-77 - Ocupa a tribuna para criticar a maneira com que a Copel está agindo com relação à eletrificação rural.
- 10-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a fabricação de Vacinas pelo IBPT, para a Raiva e Brucelose.

- 30-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a convocação do Sr. Secretário das Finanças e Diretor do Banestado, que viriam a esta Casa para falar sobre as atividades do referido Banco.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO DOMÍCIO SCARAMELLA

- 04-10-77 - Ocupa a tribuna para lamentar a morte do ex-Deputado Lauro Müller Soares, ocorrido na cidade de União da Vitória.
- 05-10-77 - Ocupa a tribuna para ler carta recebida do Sr. Emílio G. Médici, com relação a construção da estrada Trans-brasiliana, que liga União da Vitória a Erechim.
- 14-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre resposta que recebeu da Telepar em relação a requerimento de sua autoria.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO EGON PUDELL

- 23-08-77 - Ocupa a tribuna para congratular-se com o Sr. Governador do Estado, pela inauguração do Centro de Saúde de Toledo.
- 25-10-77 - Ocupa a tribuna para enaltecer o Governo do Estado, pelos motivos que especifica.
- 04-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre pronunciamento do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, e sobre assunto que especifica.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO EDILSON ALENCAR

- 22-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre problemas da citricultura em nosso Estado.
- 26-10-77 - Ocupa a tribuna para denunciar fatos que estão ocorrendo no Município de Formosa do Oeste, com relação ao abuso na cobrança de taxas de conservação de estradas.
- 08-11-77 - Ocupa a tribuna para criticar o Governo do Estado, por não dispender recursos financeiros suficientes ao desenvolvimento educacional no Município de Roncador.
- 24-11-77 - Ocupa a tribuna para dizer da situação política em que se encontra o Município de Ubitatã, com relação ao Sr. Prefeito Municipal.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO ENÉAS FARIA

- 11-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a instalação no Brasil dos cursos jurídicos.
- 22-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre pronunciamento feito pelo Sr. Gilberto Carvalho, e que versa sobre irregularidades cometidas pela Copel e Prefeitura Municipal de Curitiba.
- 01-09-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre os fatos históricos que culminaram com a Independência da nossa Pátria.
- 01-09-77 - Ocupa a tribuna para manifestar seu ponto de vista com relação as inclusões do Colorado Futebol Clube e do Grêmio de Maringá, no próximo campeonato nacional.
- 23-09-77 - Ocupa a tribuna para criticar a Secretaria de Recursos Humanos, pela falta de atendimento às reivindicações dos Servidores do Estado.
- 01-12-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a possível vinda a este Poder, do Sr. Secretário das Finanças do Banco do Estado.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO

- 18-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre convocação a ser feita ao Sr. Ministro da Fazenda, para dar explicações sobre ajuda indevida a diversos bancos e financeiras que estavam à beira da falência.
- 25-08-77 - Ocupa a tribuna para discorrer da necessidade da criação de mais hospitais no interior do Estado, ainda fala sobre a atual situação econômica e financeira do nosso País.
- 02-09-77 - Ocupa a tribuna para congratular-se com o Governo do Estado pela retirada da área de comando político, os delegados dos municípios paranaenses.

- 02-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os fatos que culminaram com a inclusão do Grêmio de Maringá, no Campeonato Nacional.
- 24-11-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a passagem, nesta data do Dia de Ação de Graças.
- 25-11-77 - Ocupa a tribuna para esclarecer alguns aspectos sobre o programa rodoviário do Estado do Paraná. Finalizando, tece comentários sobre pedido de instalação de CPI, para averiguar possíveis irregularidades no IPE.

**DISCURSOS DO DEPUTADO ERNESTO DAL'OGGIO**

- 03-08-77 - Ocupa a tribuna para solicitar providência do Governo do Estado para melhorar o sistema Policial da região de Toledo.
- 21-09-77 - Fala sobre o desligamento do Município de Toledo da AMOP.
- 27-10-77 - Ocupa a tribuna para falar sobre a maneira como está procedendo o Prefeito Municipal de Santa Helena.
- 08-11-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a criação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Cândido Rondon, sob orientação do Incra.
- 23-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a administração da Delegacia de Medianeira.
- 01-12-77 - Ocupa a tribuna para encarecer a construção da estrada do Colono, que virá beneficiar o Município de Medianeira.

**DISCURSOS DO DEPUTADO ERNESTO GNOATO**

- 30-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre pronunciamento do Sr. Deputado Trajano Bastos, contra a sua pessoa na sessão de ontem.

**DISCURSOS DO DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO.**

- 11-08-77 - Destacando as atividades religiosas e sociais desenvolvidas no Brasil pela Igreja do Evangelho Quadrangular.
- 25-08-77 - Ocupa a tribuna para congratular-se com o povo de Iporã pela passagem do seu 160. aniversário de fundação.
- 14-09-77 - Ocupa a tribuna para congratular-se com o Governo do Estado pela pavimentação asfáltica que liga a sede do Município de Porto Amazonas à BR 277.
- 17-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre encontro cristão realizado em Brasília, evento este que contou com a presença do Sr. Presidente da República.
- 03-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o editorial publicado em jornal de nossa Capital, sob o Título "A Violência Imperou nos trinta e um dias de Outubro".
- 07-11-77 - Ocupa a tribuna para ler e dar conhecimento à Casa de manifesto realizado pela Associação Brasileira de Temperança, sob o título Água e Vida.
- 11-11-77 - Dirigindo apelo à Secretaria da Agricultura, no sentido de que seja dado mais assistência à Cooperativa Witmarsum do Município de Palmeira.
- 18-11-77 - Encarecendo medidas urgentes no sentido da preservação do Meio Ambiente às autoridades competentes.
- 02-12-77 - Ocupa a tribuna para destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Sr. Governador do Estado nos setores que especifica.
- 05-12-77 - Ocupa a tribuna para manifestar a importância do contexto, da Bíblia e ressaltar as comemorações que serão realizadas em todo o Brasil no próximo dia 11, neste sentido.

**DISCURSOS DO DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO**

- 01-08-77 - Solidarizando-se com a iniciativa dos Srs. Vereadores de Cascavel, pelos motivos que especifica.
- 02-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer críticas à Comissão Intermunicipal, pelos motivos que especifica.
- 03-08-77 - Ocupa a tribuna para rebater críticas divulgadas em jornal desta Capital, sobre sua indisposição com a Prefeitura

de Cascavel a respeito de motivos que especifica.

- 08-08-77 - Ocupa a tribuna para voltar a tecer críticas à administração do Município de Cascavel.
- 19-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários e contestar palavras ofensivas que lhe dirigiu o Sr. Diretor do IML, com respeito ao seu pronunciamento sobre as atividades ilegais das funerárias em nossa Capital.
- 30-08-77 - Ocupa a tribuna para alertar o Governo Federal, para o uso que vem sendo feito pelos agricultores de defensivos agrícolas altamente prejudiciais à saúde, e estende seu alerta para o uso indiscriminado de drogas e remédios já condenados em outros países.
- 02-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a vitória do Grêmio de Maringá, Esporte Clube, que conquistou o campeonato paranaense deste ano.
- 13-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre pronunciamento do Sr. Deputado Ítalo Conti, em que o mesmo afirmou estar o Governo Federal envidando estudos no sentido de instituir intervenção federal no município de Cascavel.
- 21-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a administração do Município de Cascavel e com referência a cobranças de impostos feitos pela Prefeitura daquela comuna.
- 04-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a construção da estrada que liga Capitão Leônidas Marques ao Distrito de Santa Teresa, pelos motivos que especifica.
- 05-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a cobrança das taxas de impostos territorial e predial no Município de Cascavel.
- 12-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre declarações feitas pelo Sr. Procurador Geral da República com relação de pronunciamento feito pelo Sr. Presidente Nacional do MDB.
- 24-10-77 - Ocupa a tribuna para criticar a administração estadual, com relação a gratificação de representação aos Secretários de Estado e tece outros comentários.
- 26-10-77 - Ocupa a tribuna para criticar decisão do INPS, la cidade de Cascavel, que alugou um prédio que até hoje não está sendo ocupado, em prejuízo dos contribuintes.

**DISCURSOS DO DEPUTADO FUAD NACLI**

- 03-08-77 - Ocupa a tribuna para esclarecer o ocorrido em Cascavel com referência às denúncias feitas pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.
- 15-09-77 - Voltando a criticar nota publicada no jornal "O Estado do Paraná", com referência a criação do Distrito de Braga Ney.
- 14-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a criação do Distrito Administrativo de Braga Ney.
- 26-10-77 - Ocupa a tribuna para convidar os Srs. Deputados para inauguração da estrada que liga Bandeirantes a Itamará, a ser realizada dia 29 deste mês.
- 03-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a inauguração da estrada que ligará Bandeirantes a Itambaracá.
- 05-12-77 - Ocupa a tribuna para congratular-se com o Governo do Estado pela inauguração da rodovia que ligará Porecatú a Centenário do Sul.

**DISCURSOS DO DEPUTADO GABRIEL MANOEL**

- 03-08-77 - Rebatendo os pronunciamentos feitos hoje na tribuna pelo Deputado Lúcio Machado.
- 04-08-77 - Esclarecendo a atitude que vem tomando o Governo do Estado no que diz respeito a execução do Plano Pró-safrá, nos diversos municípios do Paraná.
- 08-08-77 - Ocupa a tribuna para trazer alguns esclarecimentos sobre o pronunciamento do Sr. Deputado Nelson Buffara, e que se refere aos presídios de nossa Capital.
- 09-08-77 - Discordando inteiramente do pronunciamento do orador que o antecedeu, oportunidade em que enaltece a atuação do Governo do Estado e do Presidente da República.



- 12-08-77 - Ocupa a tribuna para congratular-se com a Secretaria dos Transportes, por ter autorizado a retificação da estrada que liga Ponta Grossa a Itararé.
- 22-08-77 - Congratulando-se com o Sr. Governador do Estado pela inauguração da estrada que liga Joaquim Távora a Carlópolis e daí a São Paulo.
- 31-08-77 - Reclamando da imprensa, sobre nota publicada no "Estado do Paraná", confundindo o seu nome com o do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, pelos motivos que especifica.
- 13-09-77 - Reportando-se a pronunciamento do Sr. Deputado Werner Wanderer, e que fala sobre possíveis arbitrariedades que estariam ocorrendo no Município de Cândido Rondon.
- 28-09-77 - Apresentando sua solidariedade à Comissão Executiva da Casa, bem como destacar as funções dos jornalistas políticos que servem junto a este Poder.
- 29-09-77 - Protestando contra abusos de autoridade de policiais que foram praticadas pelo Delegado de Telêmaco Borba, no Município contra cidadãos de Curiuva.
- 04-10-77 - Faz alguns reparos ao pronunciamento do orador que o antecedeu, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.
- 26-10-77 - Ocupa a tribuna pra congratular-se com o povo de sua região pela inauturação da estrada que ligará Jacarezinho a Cambará.
- 03-10-77 - Congratulando-se com o Governo do Estado e o povo de sua região pela inauguração de diversas estradas daquelas plagas.
- 10-11-77 - Ocupa a tribuna para dizer da sua satisfação pela assinatura de 23 contratos de Terraplenagem e Pavimentação asfáltica assinados pelo Governo do Estado e que serão realizados na sua região.
- 21-11-77 - Congratulando-se com o Governo do Estado pela inauguração de mais uma ligação asfáltica entre Platina e Santo Antônio da Platina.

## DISCURSOS DO DEPUTADO GILBERTO CARVALHO

- 22-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre problemas surgidos no Bairro da Santa Quitéria, com a Copel e Prefeitura Municipal de Curitiba.
- 24-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre visita que fez ao Vale do Itaipu, e principalmente sobre a excelente Administração feita pelo Sr. Prefeito Municipal de Jardim Alegre.
- 02-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os fatos que culminaram com a inclusão do Grêmio de Maringá, no campeonato nacional.

## DISCURSOS DO DEPUTADO IVO THOMAZONI

- 14-09-77 - Ocupa a tribuna para ler convite dirigido pela Federação do Comércio do Estado do Paraná, para participarem da 4a. Confederação Nacional das Classes Produtoras, finalizando tece comentários sobre a instalação no Município de Dois Vizinhos de um complexo industrial da SADIA.
- 22-11-77 - Ocupa a tribuna para fazer um retrospecto da sua vida política. Critica e desmente nota publicada em jornal de nossa Capital, em sua edição do dia 28 de outubro do corrente, sobre a concessão de títulos de cidadania honorária aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Segurança, pela Câmara Municipal de Pato Branco.
- 29-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o Delegado do Município de Medianeira e do seu possível afastamento da referida Delegacia.

## DISCURSOS DO DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

- 03-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o envolvimento maldoso em que foi vítima no Município de Apucarana.

## DISCURSOS DO DEPUTADO JURANDIR MESSIAS

- 04-08-77 - Ocupa a tribuna para fazer uma ampla análise das atividades do Banco do Estado do Paraná, e tece outros comentários.
- 13-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a disparidade de preços no comércio de nossa Capital, em detrimento do consumidor.
- 24-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os serviços prestados pela Sanepar ao Município de Ponta Grossa.
- 09-11-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a passagem, nesta data do aniversário de morte do ex-Deputado Federal Ivan Amaral Filho.

## DISCURSOS DO DEPUTADO LÁZARO DUMONT

- 25-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a sua participação no II Simpósio do Soja, realizado em nossa Capital.
- 07-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários ao Governo Federal pela permissão concedida aos agricultores brasileiros de colonizar terras no Paraguai, em prejuízo da nossa agricultura.
- 05-12-77 - Ocupa a tribuna para solicitar do Sr. Governador do Estado melhoria na estrada do Café, conforme especifica.

## DISCURSOS DO DEPUTADO LINEU TURRA

- 04-08-77 - Cobrando do atual Governo Estadual a promessa anti eleitoral que fez em seu Município de Palmeira sobre eletrificação rural gratuita.
- 09-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários à imprensa, que não deu o devido destaque à Carta aos Brasileiros, pelos motivos que especifica.
- 14-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre reunião a ser realizada, hoje, no Diretório Nacional do MDB, com vista a criação de uma Assembléia Constituinte.
- 27-09-77 - Ocupa a tribuna para voltar a abordar as promessas feitas pelo Governo do Estado em campanha eleitoral, que foram feitas ao Município de Palmeiras, com relação à eletrificação rural gratuita.
- 07-11-77 - Ocupa a tribuna para solicitar por parte do Governo Federal, maior rigor no controle das normas de segurança na fabricação dos veículos nacionais.

## DISCURSOS DO DEPUTADO LÚCIO MACHADO

- 03-08-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre denúncia feita pelo Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, com referência a desvio de verba do DER, e que seriam destinadas à construção da Avenida das Torres.
- 04-08-77 - Criticando a atitude política tomada pelo ex-Governador do Estado, Sr. Paulo Pimentel, em virtude da sua aproximação com seus adversários da Arena.
- 11-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre pronunciamento feito ontem pelo Sr. Senador Jarbas Passarinho com referência a atual situação política brasileira.
- 17-08-77 - Ocupa a tribuna para voltar a tecer comentários sobre a atual situação política do nosso País.
- 18-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre divulgação pela imprensa, sobre seu pronunciamento e que versa sobre a atual política nacional.
- 24-08-77 - Ocupa a tribuna para fazer um traçado da vida pública que foi o Sr. Getúlio Vargas durante o período que foi Presidente da República; finalizando, lê a Carta Testamento deixada pelo ilustre político nacional.
- 25-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual situação financeira em que se encontra o povo brasileiro.
- 30-08-77 - Criticando a ação fiscal imposta à classe sofrida dos comerciantes.
- 14-09-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre reunião que será realizada hoje pelo Diretório Nacional do MDB, em busca da criação de uma Assembléia Constituinte.
- 20-09-77 - Criticando a baixa qualidade das pavimentações asfálticas das rodovias do Estado.

- 23-09-77 - Reclamando da proibição a que foi sujeito, em usar da palavra Deputado, antes de seu nome, em programa de rádio do qual é produtor e apresentador.
- 27-09-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre sua posição e seu comportamento neste Legislativo durante esta legislatura e tece outros comentários.
- 28-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre matéria publicada em jornal desta Capital, sob o título "Plenário da Assembléia foi Palco de Luta".
- 24-10-77 - Ocupa a tribuna para dizer que fará pronunciamento sobre fatos ocorridos nesta Casa, logo que seja liberado pelo seu Partido.
- 27-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre editorial publicado no jornal o Estado de São Paulo, e sob o título "Organizar a Democracia Suprindo-a".
- 04-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as inaugurações feitas pelo Governo do Estado em sua região.
- 21-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a possibilidade da instalação de uma Assembléia Constituinte em nosso País.
- 25-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a campanha da pechincha que vem sendo desenvolvida por órgãos do Governo Federal em prejuízo dos pequenos agricultores.
- 30-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as atividades do Banco do Estado do Paraná. Finalizando faz uma análise da situação política e social da atualidade brasileira.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

- 21-09-77 - Ocupa a tribuna para congratular-se com o Governo Federal, pela inauguração do trecho da BR 153 que liga União da Vitória no Paraná a Erechim no R. G. do Sul.
- 17-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o que será o II Simpósio do Soja, em nosso Estado.
- 26-10-77 - Ocupa a tribuna para registrar a assinatura de convênio entre a Eeltrosul e o Município de Chopinzinho para a reconstrução das estradas que especifica.
- 27-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre diversas inaugurações de estradas de sua região.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO LUIZ ROBERTO SOARES

- 11-08-77 - Ocupa a tribuna para fazer ampla exposição histórica sobre a instalação dos cursos jurídicos no Brasil, bem como do papel do advogado em nossa Sociedade.
- 17-08-77 - Ocupa a tribuna para comunicar à Casa da Visista que fará a esta Casa o Sr. Presidente da Copel.
- 19-08-77 - Ocupa a tribuna para responder indagações feitas pelo Sr. Deputado Enéas Faria, com relação as atitudes tomadas pela Copel e Prefeitura Municipal contra alguns moradores da Vila Santa Quitéria.
- 22-08-77 - Ocupa a tribuna para voltar a abordar assuntos referentes à Copel, Prefeitura Municipal de Curitiba e Sanepar.
- 12-09-77 - Ocupa a tribuna para comunicar aos Srs. Deputados a presença amanhã do Sr. Secretário de Transportes, oportunidade em que debaterá aspectos da política Rodoviária Estadual.
- 23-09-77 - Ocupa a tribuna para contestar termos da Indicação apresentada ontem pelo Sr. Deputado Enéas Faria, a qual faz referência a possível crime de responsabilidade a que estaria sujeito o Sr. Governador do Estado, pelos motivos que especifica.
- 24-10-77 - Ocupa a tribuna para contestar críticas feitas ao Governo do Estado, e que versam sobre a instalação do Governo do Estado no Interior.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO MAURÍCIO FRUET

- 01-09-77 - Ocupa a tribuna para manifestar seu ponto de vista, com relação as inclusões do Colorado e do Grêmio de Maringá, no próximo campeonato nacional.

- 02-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a não inclusão do Colorado no campeonato nacional.
- 29-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a possibilidade da instalação de uma Assembléia Constituinte em nosso País.
- 9-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer considerações sobre o esbulho que vem sofrendo o nosso Estado pela invasão de terras por parte dos paulistas, pelos motivos que especifica.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO MUGGIATI FILHO

- 15-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer críticas a maneira pela qual vem sendo instalado o Governo nos municípios do interior, paranaense.
- 02-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os fatos que culminaram com a inclusão do Grêmio de Maringá no campeonato nacional.
- 27-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer considerações sobre a aprovação do Projeto de Lei número 144/77.
- 23-11-77 - Ocupa a tribuna para analisar os recentes fatos ocorridos no plenário desta Casa, em flagrante desrespeito ao Regimento Interno da Casa.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO NELSON BUFFARA

- 08-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o sistema carcerário em nossa Capital.
- 08-08-77 - Ocupa a tribuna para dizer que o Sr. Secretário da Justiça se propôs a vir a esta Casa conforme o solicitado.
- 24-08-77 - Ocupa a tribuna para apresentar os agradecimentos do povo de Paranaguá, ao Sr. Deputado Accioly Neto, pela apresentação de projeto de lei criando a Universidade do Litoral do Paraná.
- 21-11-77 - Ocupa a tribuna para dirigir apelo ao Sr. Governador do Estado e Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, para que seja dada maior atenção ao Hospital da Criança de Paranaguá.
- 28-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre editorial publicado em jornal de nossa Capital, edição de hoje, sob o título "Quase Inédito" e que versa sobre a EMOPAR, e a reconstrução da Casa da Criança Paranaense.
- 28-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o problema surgido com relação a remessa pelo contribuinte da Guia-informativa à fiscalização e do envolvimento do Tribunal de Contas, Lei do ICM e dos funcionários do Departamento de Rendas Internas da Secretaria de Finanças.
- 05-12-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a conquista pelo Paraguai Club de Peladas do Município de Paranaguá, do campeonato paranaense do referido esporte.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO NILSO SGUAREZI

- 11-08-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a passagem em data de hoje de mais um aniversário de instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil.
- 29-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer considerações pessoais sobre o diálogo que o Governo pretende manter com a Oposição, conforme foi divulgado pelos seus líderes, na Câmara Federal e no Senado.
- 05-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual situação política, econômica e social que atravessa o nosso País.
- 24-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre arbitrariedades cometidas por policiais em nossa Capital.
- 23-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre editorial publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo", e que versam sobre o Ato Institucional número 5.
- 25-11-77 - Ocupa a tribuna para cobrar da liderança do Governo solução para a reestruturação do Quadro dos Advogados da Procuradoria Geral do Estado. Concluindo dirige apelo ao Sr. Governador do Estado para que envie a este Poder, Mensagem de aumento dos funcionários do Estado.

01-12-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as eleições que serão realizados no ano de 1978.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO OSVALDO MACEDO

12-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o brutal assassinato do ex-Vereador de Janiópolis, Sr. Américo Alves Pereira.

17-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a apreciação de requerimento de autoria do Sr. Gabriel Manoel e que versa sobre voto de congratulação ao Ministério da Educação.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO OTÁSSIO PEREIRA

23-08-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a passagem de mais um aniversário de morte do Grande Estadista Getúlio Vargas.

02-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários históricos sobre os fatos que culminaram com a Independência da nossa Pátria.

21-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a construção do viaduto que dá acesso à cidade de Londrina pela Rodovia Celso Garcia Cid.

22-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o problema do menor abandonado, em nosso Estado.

01-12-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre abusos que vêm ocorrendo nas beiras de estradas por inescrupulosos vendedores que existem nessas estradas.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO RENATO BERNARDI

02-08-77 - Ocupa a tribuna para dar conhecimento de manifesto do Rotary Club, de S. Pedro Ivaí, manifestando a preocupação das áreas produtoras daquela região com relação ao insignificante aumento dos preços mínimos para os produtos agrícolas em detrimento do alto do custo de vida.

23-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre Seminário de Estudos da Poluição, Recursos Naturais e Meio Ambiente.

05-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual situação econômica brasileira e em especial a da nossa agricultura.

26-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre respostas dadas a requerimento de sua autoria, e que solicitava informações do Banco do Brasil S/A.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO ROSÁRIO PITELLI

08-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a comercialização do soja em nosso Estado.

30-08-77 - Ocupa a tribuna para dirigir apelo às autoridades competentes para que ajudem os mutuários do Banco do Brasil que, em decorrência dos prejuízos sofridos na comercialização de seus produtos agrícolas, não têm condições de liquidar seus débitos, e conseqüentemente conseguirem novos financiamentos.

05-10-77 - Ocupa a tribuna para solicitar providências das autoridades competentes, para que solucionem o problema de várias Prefeituras que se encontram em débito com o INPS.

25-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o baixo preço na comercialização do soja em nosso Estado.

05-12-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a inauguração do revestimento asfáltico, trechos que ligam os Municípios de Bela Vista do Paraíso, Alvorada do Sul e Centenário do Sul a Porecatú.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO QUIELSE CRISÓSTOMO

21-09-77 - Ocupa a tribuna para discorrer sobre a passagem nesta data, do Dia da Árvore, manifestando a sua posição contrária ao reflorestamento no Paraná com Pinus Eliottis.

24-10-77 - Ocupa a tribuna para relatar viagem que fez aos municípios de sua região.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO TRAJANO BASTOS

09-08-77 - Ocupa a tribuna para fazer a leitura da "Carta ao Povo Brasileiro", e solicita a inserção da mesma nos Anais.

20-09-77 - Ocupa a tribuna para ler trecho final do discurso do ex-Deputado Federal, Alencar Furtado, ocasião em que rende homenagem, em nome de seu Partido àquele ex-político, finalizando tece comentários sobre a criação de uma Assembléia Constituinte.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO VALTER PIETRÂNGELO

12-10-77 - Ocupa a tribuna para falar sobre a passagem, no dia de hoje, do Dia da árvore.

03-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a administração do Sr. Camilo Calazans, frente ao IBC.

10-11-77 - Criticando o Governo do Estado pela concessão do chamado "Aumento Secreto" concedido aos Senhores Secretários de Estado.

11-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o pagamento de gratificações aos Srs. Diretores das Secretarias de Estado.

29-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o pagamento do Risco de Vida, aos funcionários que têm direito ao mesmo.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO WALDENÍCIO BARBALHO

01-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a cassação do Sr. Alencar Furtado, ex-líder do MDB.

23-08-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a construção do Forum da cidade de Paranavaí e tece outros comentários.

13-09-77 - Ocupa a tribuna para voltar a tecer comentários sobre sugestão dos Srs. Advogados da cidade de Paranavaí, e que versa sobre a construção do Forum daquela cidade.

15-09-77 - Ocupa a tribuna para voltar a tecer comentários sobre a construção do Forum da cidade de Paranavaí.

16-09-77 - Ocupa a tribuna para ler nota divulgada no jornal "O Estado do Paraná" sob o título "Problemática Criminal, Segundo Hélio Bicudo".

23-09-77 - Solicitando envio de apelo ao Sr. Governador do Estado no sentido de que seja asfaltado o prolongamento da Avenida Souza Naves, em Paranavaí.

17-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a instalação temporária do Governo do Estado no interior, dizendo que esta atuação tem fins eleitoreiros.

24-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a aquisição pela administração do Município de Paranavaí, de tubos da firma Constubo.

25-10-77 - Ocupa a tribuna para saudar uma caravana oriunda de Natal. Finalizando crítica as ameaças feitas pela liderança do Governo, à sua pessoa, pelos motivos que especifica:

03-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer considerações sobre o dia de ontem, em que se comemorou o "Dia de Finados".

#### DISCURSO DO DEPUTADO WERNER WANDERER

13-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários e denunciar ocorrências policiais que vêm se verificando no Município de Cândido Rondon.

30-11-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a estrada que liga Toledo a Palotina, pelos motivos que especifica.

#### DISCURSOS DO DEPUTADO WILSON FORTES

15-09-77 - Ocupa a tribuna para tecer considerações sobre a construção do Forum de Paranavaí,

25-10-77 - Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a licitação feita pela Sucepar da Cidade de Paranavaí.

#### ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

## PORTARIAS BAIXADAS PELO SENHOR DIRETOR GERAL

Número: SÚMULA:

- 433/77 - Revogando a Portaria no. 33/77, item II, Portaria no. 97/77 e Portaria no. 390/77.
- 434/77 - Autorizando Tânia Maria Buerger, funcionária comissionada deste Poder, para prestar serviços extraordinários conforme específica.
- 435/77 - Concedendo a Orlando Moro, funcionário deste Poder, 60 dias para tratamento de saúde.
- 436/77 - Designando o funcionário Diamiro da Silva, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no gabinete do Deputado Ezequias Losso.
- 437/77 - Lotando o funcionário contratado deste Poder, Luiz Carlos Vieira, no D.A., e dá outras providências.
- 438/77 - Designando Clemetilde D. Bortolon, funcionária deste Poder, para prestar serviços no D.A.
- 439/77 - Revogando a Portaria no. 310/77, na parte que se refere a Lizete Bittencourt, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Ivan Rüppel.
- 440/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 441/77 - Designando o funcionário Wilson A. Goes, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Cerimonial deste Poder.
- 442/77 - Designando a funcionária Silvete L. G. Boing, ora à disposição, deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Enéas Faria.
- 443/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, ao funcionário Luiz Alberto S. Cassal, funcionário deste Poder.
- 444/77 - Retificando a Portaria no. 310/77, de 27 de abril de 1977, na forma que especifica.
- 446/77 - Retificando a Portaria no. 165/77, na parte que se refere ao funcionário Sebastião Bueno, da Secretaria deste Poder.
- 447/77 - Retificando a Portaria no. 165/77, na parte que se refere a Rubys de Souza, funcionário deste Poder.
- 448/77 - Retificando a Portaria no. 323/77, de 02 de maio de 1977, na parte que se refere a Tabajara Martins, funcionário deste Poder.
- 449/77 - Retificando a Portaria 414/77, item II, de 19 de maio de 1977, na parte que se refere a Leônidas R. Silva, ora à disposição deste Poder.
- 450/77 - Retificando a Portaria no. 165/77, na parte que se refere a Dorival Dalagassa, funcionário deste Poder.
- 451/77 - Designando os funcionários neste relacionados, para procederem levantamento das condições de veículo tombado na cidade de Londrina e pertencente a este Poder.
- 452/77 - Designando Jacy Correia Fernandes, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Paulo Camargo.
- 453/77 - Autorizando a Julcimara R. Costa, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários conforme específica.
- 454/77 - Autorizando Aldinar Muniz Correia de Freitas, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 455/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Nilva Maria Moro, funcionária deste Poder.
- 456/77 - Antecipando as férias concedidas a Heitor G. A. Valente Neto, funcionário deste Poder.
- 457/77 - Designando Manoel P. Silveira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gab. do Deputado David Federmann.
- 458/77 - Concedendo a Gabriel Quesada Filho, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 459/77 - Autorizando a Armando Mazari, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários.
- 460/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Rubys de Souza, funcionário deste Poder.
- 461/77 - Autorizando os funcionários neste relacionados a prestarem serviços extraordinários, conforme específica.
- 462/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, na parte que se refere a Salomão de Andrade, funcionário deste Poder.
- 463/77 - Autorizando o funcionário Ernesto C. Souza, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários.
- 464/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Adilson Vicentini, funcionário deste Poder.
- 465/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Francisco de Oliveira Bini, funcionário deste Poder.
- 466/77 - Mandando pagar, aos funcionários contratados deste Poder, que especifica, horas extras, conforme específica.
- 467/77 - Mandando pagar ao funcionário contratado deste Poder, Ademir Bork, 60 horas extras, conforme específica.
- 468/77 - Mandando pagar ao funcionário contratado deste Poder, Carlos F. Fornaroli, 80 horas extras, conforme específica.
- 469/77 - Mandando pagar ao funcionário contratado deste Poder, Renato Mário Miguel, 80 horas extras, conforme específica.
- 470/77 - Mandando pagar aos funcionários neste relacionados, 80 horas extras, conforme específica.
- 471/77 - Mandando pagar ao funcionário contratado deste Poder, Alziro Santim, 80 horas extras, conforme específica.
- 472/77 - Mandando pagar ao funcionário contratado deste Poder, Wilfried Koester, 80 horas extras, conforme específica.
- 473/77 - Designando o funcionário Elizir Lacerda, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gab. do Deputado João C. Fadel.
- 474/77 - Designando o funcionário Ivo Machado, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gab. do Deputado Enéas Faria.
- 475/77 - Retificando a Portaria no. 233/77, de 11 de abril de 1977, na parte que se refere ao funcionário Casemiro Marques, da Secretaria deste Poder.
- 476/77 - Designando o funcionário Plácido Cordeiro de A. Paula, para prestar serviços no D.A.
- 477/77 - Concedendo a João Cruz, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 478/77 - Autorizando o funcionário contratado deste Poder, Alziro Santim, a prestar 80 horas de serviços extras, conforme específica.
- 479/77 - Autorizando aos funcionários neste relacionados a prestarem 80 horas de serviços extraordinários, conforme específica.
- 480/77 - Autorizando o funcionário Antônio C. Duarte, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 481/77 - Designando a funcionária Aciuli M. S. Alberti, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na 3a. Secretaria deste Poder.
- 482/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas aos funcionários neste relacionados.
- 483/77 - Designando o funcionário Nicanor Vasconcellos Souza, da Secretaria deste Poder, a prestar serviços no D.A.
- 484/77 - Revogando a pedido, a Portaria no. 356/76, de 10 de junho de 1976, na forma que especifica.
- 485/77 - Concedendo a Iracy da Silva Rudnik, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 486/77 - Autorizando o funcionário Manoel F. Maia Júnior, deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 487/77 - Concedendo a Rubens Damas, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 488/77 - Concedendo a Casemiro Marques, funcionário deste Poder, 60 dias de licença para tratamento de saúde.
- 489/77 - Autorizando o funcionário contratado deste Poder, Renato Mário Miguel, a prestar 80 horas extras no período que especifica.
- 490/77 - Autorizando Ionam Ernesto Gianello Gnoato, funcionário comissionado deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 491/77 - Mandando pagar ao funcionário contratado deste Poder, 80 horas extras no período que determina.
- 492/77 - Mandando pagar ao funcionário contratado deste Poder, Renato Mário Miguel, 80 horas extras no período que determina.

- 493/77 - Mandando pagar ao funcionário contratado deste Poder, Carlos Fornaroli, 80 horas extras, conforme específica.
- 494/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, aos funcionários neste relacionados.
- 495/77 - Revogando a pedido, a Portaria no. 154/77, de 1o. de abril de 1977, e dá outras providências.
- 496/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas ao funcionário deste Poder, Luiz Fernando M. Kosop.
- 497/77 - Mandando pagar horas extras aos funcionários contratados deste Poder, neste relacionados.
- 498/77 - Concedendo a Neusa Alves de Oliveira, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 499/77 - Designando o funcionário contratado deste Poder, Dirceu Silva para prestar serviços no D.L.
- 500/77 - Autorizando Iraci Torelli Pires, funcionária comissionada deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 501/77 - Mandando pagar ao funcionário contratado deste Poder, 80 horas extras, no período que especifica.
- 502/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 503/77 - Autorizando a funcionária Silvette L. Boeing, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 504/77 - Revogando a pedido, a Portaria no. 333/76, de 09 de junho de 1976.
- 505/77 - Retificando a Portaria no. 457/77, de 01. de junho de 1977.
- 506/77 - Retificando a Portaria no. 458/77, de 19 de abril de 1977.
- 507/77 - Autorizando a funcionária Glacir A. Oliveira, funcionária ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários conforme específica.
- 508/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Elza Carneiro Camargo, funcionária deste Poder.
- 509/77 - Mandando pagar ao funcionário contratado deste Poder, Jean Vilenave, 77 horas extras no período que determina.
- 510/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Alberto Savoia Assaf, funcionário deste Poder.
- 511/77 - Autorizando o funcionário Manoel Dias, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários conforme específica.
- 512/77 - Retificando as Portarias neste relacionadas.
- 513/77 - Designando o funcionário Luiz F. M. Carneiro, deste Poder, para prestar serviços no G.A.T.
- 514/77 - Regulamentando na forma que especifica, o número máximo de horas extras a serem concedidas a funcionários contratados deste Poder.
- 515/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Nevercindo R. de Lima, funcionário deste Poder.
- 516/77 - Concedendo a Maria de Lourdes Santos, funcionária deste Poder, 30 dias de licença para tratamento de saúde.
- 517/77 - Antecipando as férias concedidas a Emílio R. Greber, funcionário deste Poder.
- 518/77 - Autorizando a funcionária Maria A.W. Pauluk, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 519/77 - Autorizando Vânia G. de Oliveira, funcionária comissionada deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 521/77 - Concedendo a Alceu Alves Passos, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 522/77 - Concedendo a Maria L. Rocha, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 523/77 - Autorizando a Lizete Bittencourt, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 524/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Maria Arantes de Lima, funcionária deste Poder.
- 525/77 - Concedendo a Sérgio Zacarias, funcionário deste Poder, 22 dias de licença para tratamento de saúde.
- 526/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a José Ari Valério, funcionário deste Poder.
- 527/77 - Designando os funcionários neste relacionados, todos deste Poder, para constituírem comissão que especifica.
- 528/77 - Designando os funcionários neste relacionados, todos deste Poder, para comporem comissão que especifica.
- 529/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Gabriel Quesada Filho, funcionário deste Poder.
- 530/77 - Concedendo a Diva do Valle Cavalcanti, funcionária deste Poder, 30 dias de licença para tratamento de saúde.
- 531/77 - Autorizando os funcionários contratados deste Poder, e neste relacionados a prestarem serviços extraordinários, conforme específica.
- 532/77 - Designando Janete da Silva Santos, funcionária deste Poder, para prestar serviço no Gab. da 2a. Secretaria.
- 533/77 - Autorizando o funcionário contratado deste Poder, Admir Bork, para prestar serviços extraordinários.
- 534/77 - Autorizando o funcionário Jean Vilenave, contratado deste Poder, a prestar serviços extras, como especifica.
- 535/77 - Concedendo a Nevinha M. Cardoso, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 536/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Henrique Wojcik funcionário deste Poder.
- 537/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Alaide M. L. Luz, funcionária deste Poder.
- 538/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Maira H. C. Conter, funcionária deste Poder.
- 539/77 - Antecipando para época oportuna, as férias concedidas a Maria da Luz A. Soares, funcionária deste Poder.
- 540/77 - Designando a Comissão de Abertura e Julgamento de Licitação - CAJAL - para proceder a avaliação dos carros desta Assembléia, relacionados no protocolo no. 5828, de 16 de junho de 1977.
- 541/77 - Autorizando o funcionário Ronaldo Catarino, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários conforme específica.
- 542/77 - Concedendo a Alba L. A. Garcia, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 543/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 544/77 - Designando o funcionário Severo O. S. Maior, deste Poder, para prestar serviços no Departamento de Finanças.
- 545/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Ruth C. Russi, funcionária deste Poder.
- 546/77 - Antecipando as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, a Antônio R Greber, funcionário deste Poder.
- 547/77 - Designando Antônio Garcia, funcionário deste Poder, para prestar serviços no D.A.
- 548/77 - Designando Neusa S. Santos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gab. da 2a. Secretaria.
- 549/77 - Revogando a pedido, a Portaria no. 485/77, de 06 de junho de 1977.
- 550/77 - Autorizando o funcionário contratado deste Poder, Ademir Bork, a prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 551/77 - Autorizando os funcionários contratados deste Poder, neste relacionados, a prestarem serviços extraordinários como específica.
- 552/77 - Autorizando os funcionários contratados deste Poder, neste relacionados a prestarem serviços extraordinários, como determina.
- 553/77 - Autorizando o funcionário contratado deste Poder, Wilfried Koester, a prestar serviços extraordinários.
- 554/77 - Autorizando o funcionário contratado deste Poder, Carlos Fornaroli, a prestar serviços extraordinários.
- 555/77 - Mandando pagar ao funcionário Armando Mazari, ora à dispo-

- pção deste Poder, gratificação que especifica.
- 556/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Hilda M. Blanc, funcionária deste Poder.
- 557/77 - Autorizando a funcionária Regina A.C. Passos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 558/77 - Designando o funcionário Mussa José Assis, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gab. do Deputado Luiz Alberto de Oliveira.
- 559/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Valter Adão Pinto de Macedo, funcionário deste Poder.
- 560/77 - Revogando a pedido, a Portaria no. 251/77, de 13 de abril de 1977, na parte que se refere ao funcionário deste Poder, e dá outras providências.
- 561/77 - Revogando a Portaria no. 474/77, de 01 de junho de 1977, e dá outras providências.
- 562/77 - Revogando a pedido, a Portaria no. 310/77, de 27 de abril de 1977, e dá outras providências.
- 563/77 - Antecipando as férias concedidas a Iglair Smaniotto, funcionária deste Poder.
- 564/77 - Concedendo a Alaide M. L. Luz, funcionária deste Poder, 60 dias de licença para tratamento de saúde.
- 565/77 - Designando os funcionários deste Poder, neste relacionados, para comporem a comissão que especifica.
- 568/77 - Concedendo a Maximínio Cardoso, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 569/77 - Concedendo a João F. C. Loureiro, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 570/77 - Concedendo a Gioachino Sugamosto, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 571/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Emília M. Becker, funcionária deste Poder.
- 572/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Maria Alexandrina Poncio, funcionária deste Poder.
- 573/77 - Revogando o item I da Portaria no. 323/77, de 02 de maio de 1977.
- 574/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Odhair Cosmos, funcionário deste Poder.
- 575/77 - Concedendo a Salomão de Souza Andrade, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 576/77 - Designando os funcionários deste Poder, para comporem comissão para apurarem fatos referentes a um veículo desta Casa, no Município de Jandaia do Sul.
- 577/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Gaudência Gil Teixeira, funcionária deste Poder.
- 578/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Gilberto Lampareli da Silva, funcionário deste Poder.
- 579/77 - Transferindo para época oportuna, as férias dos funcionários deste Poder neste relacionados.
- 580/77 - Concedendo a Edu Liberti, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 581/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Senhorinha Bernardi, funcionária deste Poder.
- 582/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 583/77 - Antecipando as férias concedidas a Olga Maria Rocha Atahyde, funcionária deste Poder.
- 584/77 - Designando a funcionária Cleide Maria Pereira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gab. do Deputado Trajano Bastos.
- 585/77 - Concedendo à funcionária Josina P. Janjão, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 586/77 - Concedendo a Gabriel Brotto, funcionário deste Poder, 60 dias de licença para tratamento de saúde.
- 587/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Antônio Garcia, funcionário deste Poder.
- 588/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Paulina S. Simões, funcionária deste Poder.
- 589/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Ibaneza Mendes dos Santos, funcionária deste Poder.
- 590/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Herculano Cordeiro, funcionário deste Poder.
- 591/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Josias Marquesi, funcionário deste Poder.
- 592/77 - Concedendo a Celli E. Galiano, funcionária deste Poder, 60 dias de licença para tratamento de saúde.
- 594/77 - Revogando, a pedido, a Portaria no. 351/76, de junho de 1976, na forma que especifica.
- 595/77 - Designando o funcionário Sebastião Rodrigues de Oliveira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gab. do Deputado Fabiano Braga Côrtes.
- 596/77 - Revogando, a pedido, a Portaria no. 54/77, na forma que especifica, e dá outras providências.
- 597/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Mirthes Magda Gomes, funcionária deste Poder.
- 398/77 - Designando o funcionário Enéas Mansur, funcionário ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gab. do Deputado Gabriel Manoel.
- 599/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Joana de Biassio da Cunha, funcionária deste Poder.
- 600/77 - Designando Aleli dos Santos, funcionária deste Poder, para prestar serviços no D.L.
- 601/77 - Designando o funcionário Clóvis Freitas, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gab. da Arena.
- 602/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários neste relacionados.
- 603/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Deise Xavier Del Corso, funcionária contratada deste Poder.
- 604/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Hamilton G. Carneiro, funcionário deste Poder.
- 605/77 - Designando Ibaneza Mendes dos Santos, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Dep. Pessoal, deste Poder.
- 606/77 - Mandando pagar ao funcionário Ronaldo Catarino, ora à disposição deste Poder, benefício que especifica.
- 607/77 - Autorizando o funcionário José Renato Duarte, funcionário deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 608/77 - Concedendo a José Ari Valério, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 609/77 - Autorizando a funcionária Cilene M. X. Pereira, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 610/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários neste relacionados.
- 611/77 - Dispensando o funcionário Laertes Luiz Foggiato, funcionário deste Poder, para servir como jurado na 6a. Reunião Periódica de Julgamentos.
- 612/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Izidoro Ceccon, funcionário deste Poder.
- 613/77 - Concedendo ao funcionário Joaquim Vieira da Silva, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 614/77 - Revogando, a pedido, a Portaria no. 587/77, de 03 de agosto de 1977.
- 615/77 - Concedendo à funcionária deste Poder, Myrian C.M. Teixeira, 10 dias de licença para tratamento de saúde.
- 616/77 - Concedendo à funcionária Honória Cordeiro, deste Poder, 16 dias de licença para tratamento de saúde.
- 617/77 - Autorizando o funcionário Darci Antônio Budell, deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 618/77 - Designando Sérgio Valério Antonuccio, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gab. da 2a. Secretaria, deste Poder.
- 619/77 - Revogando a pedido, a Portaria no. 310/77, de 27 de abril de 1977, e dá outras providências.
- 620/77 - Autorizando o funcionário José Angelli, deste Poder, a prestar serviços extras, conforme especifica.



- 621/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Manoela Martins de Castro, funcionária deste Poder.
- 622/77 - Autorizando o funcionário Lelington L. Franco, deste Poder, a prestar serviços extras, conforme especifica.
- 623/77 - Designando a funcionária Maria Scomp, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Arena.
- 624/77 - Designando o funcionário Agostinho Borges, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gab. da Arena.
- 625/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Umbelina Carraro Santos, funcionária deste Poder.
- 626/77 - Concedendo à funcionária Lindamir G. Borgonovo, deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 627/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Durval Daros, funcionário deste Poder.
- 528/77 - Concedendo a Francisco de Oliveira Bini, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 629/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Celli E. Galiano, funcionária deste Poder.
- 630/77 - Concedendo ao funcionário Giochino Sugamoto, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 631/77 - Revogando a Portaria no. 320/77, de 02 de maio de 1977.
- 638/77 - Revogando a Portaria no. 135/75, de 25 de março de 1975.
- 639/77 - Autorizando a Atanaildo Gural, funcionário comissionado, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 640/77 - Concedendo a Alzemiرو Artigas, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 641/77 - Concedendo a Alaide M. L. Luz, funcionária deste Poder, 30 dias de licença para tratamento de saúde.
- 642/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 643/77 - Revogando, a pedido, a Portaria no. 473/77, de 01 de junho de 1977, e dá outras providências.
- 644/77 - Designando a funcionária Vilma A. N. Toninello, para prestar serviços no Gab. da Liderança do MDB.
- 645/77 - Concedendo ao funcionário Pedro Álvares dos Santos, deste Poder, 30 dias de licença para tratamento de saúde.
- 646/77 - Concedendo a Ruth C. Mello, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 647/77 - Revogando a Portaria no. 310/77, na parte que especifica, e dá outras providências.
- 648/77 - Revogando a Portaria no. 310/77, na parte que especifica e dá outras providências.
- 649/77 - Concedendo a Myrian C. M. Teixeira, funcionária deste Poder, 20 dias de licença para tratamento de saúde.
- 650/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Terezinha B. M. Claro, funcionária deste Poder.
- 651/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Sio-mara Lopes Gomide, funcionária deste Poder.
- 652/77 - Concedendo à funcionária Joana Maciel Farias, deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 653/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Alceu Ivo Costacurta, funcionário deste Poder.
- 654/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Darci Kliemann, funcionário deste Poder.
- 655/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Luiz Carlos Monteiro, funcionário deste Poder.
- 656/77 - Designando os funcionários deste Poder, neste relacionados, para prestarem serviços na Comissão do II Simpósio Nacional da Soja.
- 657/77 - Revogando a Portaria no. 223/77, de 11 de abril de 1977, na forma que especifica.
- 658/77 - Autorizando Renato Fernandes Silva Júnior, funcionário comissionado deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 659/77 - Revogando a Portaria no. 153/77, na forma que especifica e dá outras providências.
- 660/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Eumênia de Oliveira, funcionária deste Poder.
- 661/77 - Antecipando para 12 de setembro de 1977, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, do funcionário Edison Heubel.
- 662/77 - Concedendo à funcionária Isaura Bravos, deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 663/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a José Afonso Coelho, funcionário deste Poder.
- 664/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Ana Cristina de Souza, funcionária deste Poder.
- 665/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Clarice Froes de Miranda, funcionária deste Poder.
- 666/77 - Designando o funcionário Alzemiرو Artigas, para exercer as funções de Morotista do D.A.
- 667/77 - Revogando, a pedido, a Portaria no. 432/77, na forma que especifica.
- 668/77 - Designando os funcionários neste relacionados, para prestarem serviços junto à Comissão Especial do II Simpósio da Soja.
- 669/77 - Autorizando Nelson Predin, funcionário comissionado deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 670/77 - Designando o funcionário Gabriel Brotto, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria.
- 671/77 - Concedendo a Izair Pereira Flores, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 672/77 - Concedendo a Lelington L. Franco, funcionário deste Poder, 30 dias de licença para tratamento de saúde.
- 673/77 - Designando Áureo Gomes da Silva, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gab. da Arena.
- 674/77 - Autorizando Ivo Machado, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 675/77 - Autorizando Lizete Bittencourt, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 676/77 - Concedendo a Olga Popovich, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 677/77 - Concedendo a José Renato Duarte, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 678/77 - Autorizando Heitor G.A. Valente Neto, funcionário deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 679/77 - Autorizando Rui Ribas de Oliveira, funcionário deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 680/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Hilário Fregonese, funcionário deste Poder.
- 681/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas aos funcionários neste relacionados.
- 682/77 - Autorizando o funcionário Augustinho Borges, ora à disposição deste Poder, a prestar 70 horas extras mensais, até 31 de dezembro de 1977.
- 683/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Dilmar Abilio Archegas, funcionário deste Poder.
- 684/77 - Transferindo para 1o. de dezembro a 30 do mesmo mês, do ano de 1977, as férias concedidas aos funcionários neste relacionados.
- 685/77 - Concedendo a Alair Maria Loffhagen Luz, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 686/77 - Revogando a Portaria no. 639/77, de 25 de agosto de 1977, e dando outras providências.
- 687/77 - Autorizando Arlete B. Zeballos, funcionária deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 688/77 - Retificando as Portarias nos. 609/77 e 675/77, na forma que determina.
- 689/77 - Retificando a Portaria no. 547/77.
- 690/77 - Retificando o nome de Maria Socolowska Scomp, ora à disposição deste Poder, para Marília Sokoloska Slompo.
- 691/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a May Fair Perine, funcionária deste Poder.
- 692/77 - Concedendo a Genir dos Santos Fernandes, funcionária deste Poder, 20 dias de licença para tratamento de saúde.
- 693/77 - Concedendo a Angelina Garcia Pacheco, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 694/77 - Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Carlos

- 695/77 - Concedendo a Joana de Lima, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 696/77 - Designando o funcionário Leônidas Antônio Rodrigues, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Alfredo Gulin.
- 697/77 - Designando Luiz Lima, funcionário deste Poder, para prestar serviços no gabinete do Deputado Osório Valter Pietrângelo.
- 698/77 - Revogando a Portaria número 351/77, de 9 de maio de 1977 e dá outras providências.
- 699/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a João Alberti Andretta, funcionário deste Poder.
- 700/77 - Concedendo a Mirian Correia Montanha Teixeira, funcionária deste Poder, 15 dias de licença para tratamento de saúde.
- 701/77 - Concedendo a Orlando Moro, funcionário deste Poder, 60 dias de licença para tratamento de saúde.
- 702/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a José Antônio Mainguê, funcionário deste Poder.
- 703/77 - Designando Tabajara Martins, funcionário deste Poder, para prestar serviços no gabinete da Primeira Vice-Presidência deste Poder.
- 704/77 - Designando Ives Ponestke, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Primeira Secretaria desta Assembléia Legislativa.
- 705/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Nelson Sílvia Salles, funcionário deste Poder.
- 706/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Rita Soares Bertoli, funcionária deste Poder.
- 707/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Raul Wolf, funcionário deste Poder.
- 708/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 637/76, dos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 709/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Isaura Bravos, funcionária deste Poder.
- 710/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Irani Carini, funcionária deste Poder.
- 711/77 - Designando os funcionários Sérgio Zacarias, Antônio Gulbino e Eros Rüppel Abdala, todos deste Poder, para sob a Presidência do primeiro, proceder levantamento das instalações elétricas deste Poder e propor as soluções necessárias.
- 712/77 - Concedendo a Luiza A. Viante, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 713/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria do Rosário Marques, funcionária deste Poder.
- 714/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 715/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Horberto Husch, funcionário deste Poder.
- 716/77 - Autorizando o funcionário Ives Ponestke, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários conforme específica.
- 717/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Leonildo Marchioro, funcionário deste Poder.
- 718/77 - Designando Antônio Carlos Dantas, funcionário deste Poder, para secretariar a Comissão a que se refere a Portaria 711/77.
- 719/77 - Concedendo a Olga Maria R. Athayde, funcionária deste Poder, 30 dias de licença para tratamento de saúde.
- 720/77 - Autorizando o funcionário Leônidas A. Rodrigues Dias, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme determina.
- 721/77 - Autorizando o funcionário Sebastião Rodrigues de Oliveira, ora à disposição deste Poder, para prestar horas extras, conforme determina.
- 722/77 - Designando a funcionária Maria Angélica Moreira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino.
- 723/77 - Concedendo a Maria Lúcia Ratzk, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 724/77 - Concedendo a Alba L. A. Garcia, funcionária deste Poder, 30 dias de licença para tratamento de saúde.
- 725/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 726/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Julieta Rosa Sampaio, funcionária deste Poder.
- 727/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Wilfried Koester, funcionário contratado deste Poder.
- 728/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 729/77 - Revogando as Portarias números 310/77 e 557/77, na forma que determina e dá outras providências.
- 730/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Lóris Cordeiro de Barros, funcionário deste Poder.
- 731/77 - Designando José Natálio, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Nilso Sguarezi.
- 732/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a João Maria de Jesus Campos Araújo, funcionário deste Poder.
- 733/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Sílvia Sebastiani, funcionário deste Poder.
- 734/77 - Revogando a pedido, a Portaria número 380/77, de 9 de maio de 1977.
- 735/77 - Designando René Vasco Garcia, funcionário deste Poder, para representar e organizar equipes para os jogos promovidos pela A.S.S.P.P.
- 736/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Aracy Zech, funcionária deste Poder.
- 737/77 - Concedendo a Geni Santos Fernandes, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 738/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Tadeu Luka, funcionário deste Poder.
- 739/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maurício Gonçalves, funcionário deste Poder.
- 740/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Dirceu da Silva, funcionário contratado deste Poder.
- 741/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Renato Mário Miguel, funcionário contratado deste Poder.
- 742/77 - Designando o funcionário João Alberti Andretta, funcionário deste Poder, para secretariar a Comissão Especial incumbida de apreciar as ocorrências relacionadas com a ação policial em Araucária.
- 743/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Jorge Mathias Júnior, funcionário deste Poder.
- 744/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Wilson Ramos, funcionário deste Poder.
- 745/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Waldecir Nassar, funcionário deste Poder.
- 746/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Alceu Alves Passos, funcionário deste Poder.
- 747/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Ione Maria C. Xavier, funcionária deste Poder.
- 748/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Eli Mocelin Ceccon, funcionária contratada deste Poder.
- 749/77 - Designando o funcionário Raul Souza Filho, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no gabinete do Deputado Wilson Fortes.
- 750/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria de Lourdes Maltauro, funcionária deste Poder.
- 751/77 - Alterando o item I, da Portaria número 331/77.
- 752/77 - Concedendo a José Carlos Pereira Portela, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 753/77 - Concedendo a Gaudência Gil Teixeira, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 754/77 - Retificando a Portaria 746/77, de 12 de outubro de 1977.
- 755/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Raul Ziprerer, funcionário deste Poder.
- 756/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Sérgio Manoel Poplade Cercal, funcionário deste Poder.

- 757/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Nilton Busato, funcionário deste Poder.
- 758/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria Alba Mendes S.G.B. Xavier, funcionária deste Poder.
- 759/77 - Designando o funcionário Sebastião C. Santos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no gabinete do Deputado Aragão de Mattos Leão.
- 760/77 - Designando o funcionário Hugo Mendonça Sant'Ana, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no gabinete do Deputado Accioly Neto.
- 761/77 - Concedendo a Hilton Ronald Alice, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 762/77 - Autorizando a funcionária Yeda B. A. Mendonça, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme específica.
- 763/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a João Martins Sobrinho, funcionário deste Poder.
- 764/77 - Concedendo a Júlia J. de Paula, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 765/77 - Concedendo a Leglinton Lobo Franco, funcionário deste Poder, 30 dias de licença para tratamento de saúde.
- 766/77 - Concedendo a Alaíde Maria L. Luz, funcionária deste Poder, 60 dias de licença para tratamento de saúde.
- 767/77 - Designando, na forma que especifica, os funcionários neste relacionados, para prestarem serviços na elaboração do Orçamento do Estado, para o exercício de 1978.
- 768/77 - Designando Jonas de Souza Porto, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Barbeiro deste Poder.
- 769/77 - Retificando a Portaria número 682/77.
- 770/77 - Concedendo a Doroti C. Wolkmer, funcionária deste Poder, 55 dias de licença para tratamento de saúde.
- 771/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Alba Lígia A. Garcia, funcionária deste Poder.
- 772/77 - Retificando o item II da Portaria 561/77, de 5 de julho de 1977.
- 773/77 - Retificando a Portaria número 731/77, de 5 de outubro de 1977.
- 774/77 - Concedendo a Célia M. G. Hatschbach, funcionária deste Poder, 90 dias de licença para tratamento de saúde.
- 775/77 - Concedendo a Acácio Taques Araújo, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 776/77 - Revogando a Portaria número 759/77 e 429/76, e dá outras providências.
- 777/77 - Concedendo a Dorizon Salgado Bueno, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 778/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 779/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Joaquina L. José, funcionária deste Poder.
- 780/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Edison C. de Oliveira, funcionário deste Poder.
- 781/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 782/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Helena R. Stephzn, funcionária deste Poder.
- 783/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Ruth Carvalho de Mello, funcionária deste Poder.
- 784/77 - Revogando o item I da Portaria número 499/77.
- 785/77 - Concedendo a Rosária Cardoso de Lima, funcionária deste Poder, 30 dias de férias, referentes ao ano de 1977.
- 786/77 - Concedendo à funcionária Regina Aparecida S. Machado, ora à disposição deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 787/77 - Concedendo a Andreлина C. Alves, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 788/77 - Designando a funcionária Geni S. Camargo, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no gabinete do Deputado Antônio Facci.
- 789/77 - Alterando a Portaria número 475/77.
- 790/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Luiz Antônio Caron, funcionário deste Poder.
- 791/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Plácido Cordeiro de Paula, funcionário deste Poder.
- 792/77 - Concedendo a Myrthes Magda Gomes, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 793/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 794/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Alcides Zonatto, funcionário deste Poder.
- 795/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Marlene Couto de Cristo, funcionária deste Poder.
- 796/77 - Concedendo a Nelita Ribeiro A. Hartmann, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1977.
- 797/77 - Modificando o item I da Portaria número 247/77.
- 798/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/77, na parte que se refere à funcionária deste Poder, Cenira dos Santos Freitas.
- 799/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a José Maria Z. Camargo, funcionário deste Poder.
- 800/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Luiz Fernando M. Carneiro, funcionário deste Poder.
- 801/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a José S. Lacerda, funcionário deste Poder.
- 802/77 - Retificando a Portaria número 281/77.
- 803/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Judeth Scholtz, funcionária deste Poder.
- 804/77 - Concedendo a Orlando Moro, funcionário deste Poder, 60 dias de licença para tratamento de saúde.
- 805/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria José Távora Gil Belém, funcionária deste Poder.
- 806/77 - Concedendo a Neomilta S. Scheffel, funcionária contratada deste Poder, 25 dias de licença para tratamento de saúde.
- 807/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Madona S. Santos Loyola, funcionária deste Poder.
- 808/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a José Carlos Pereira, funcionário deste Poder.
- 809/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Sgílfred de Oliveira Martins, funcionário deste Poder.
- 810/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Celina Bianchi, funcionária deste Poder.
- 811/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Sílvia R. Liegel, funcionário deste Poder.
- 812/77 - Concedendo a Joubert da Silva Santos, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1976.
- 813/77 - Designando Nevinha Maria Cardoso, funcionária deste Poder, para prestar serviços no gabinete do Deputado Valter Pietrângelo.
- 814/77 - Autorizando Roseli Busmayer, funcionária comissionada deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme determina.
- 815/77 - Revogando a Portaria número 310/77, na parte a que se refere.
- 816/77 - Revogando a Portaria número 386/77, na parte a que se refere.
- 817/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Luiz F. Fontoura, funcionário deste Poder.
- 818/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Valdomira Demeterco, funcionária deste Poder.
- 819/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Amado Zonatto, funcionário deste Poder.
- 820/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Luiz Antônio Caron, funcionário deste Poder.
- 821/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 822/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Alberto Carazzai Neto, funcionário deste Poder.
- 823/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, neste relacionados.

- 824/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Neli-  
ta Ribeiro Hartmann, funcionária deste Poder.
- 825/77 - Revogando a Portaria número 802/77, de 22 de novembro de  
1977, e dá outras providências.
- 826/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos fun-  
cionários deste Poder, neste relacionados.
- 827/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Luiz  
Lima, funcionário deste Poder.
- 828/77 - Concedendo a Jacira M. Bini, funcionária deste Poder, 30 dias  
de férias referentes ao ano de 1976.
- 829/77 - Retificando a Portaria número 593/77, 701/77 e 804/77.
- 830/77 - Autorizando Lispetta P. Ribeiro, funcionário comissionado des-  
te Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme deter-  
mina.
- 831/77 - Autorizando a Neusa Alves de Oliveira, funcionária deste Po-  
der, a prestar serviços extraordinários, conforme determina.
- 832/77 - Autorizando aos funcionários neste relacionados, a prestarem  
serviços à Secretaria de Planejamento da Presidência da Repú-  
blica, conforme determina.
- 833/77 - Revogando a pedido, a Portaria 792/77, de 9 de novembro  
de 1977.
- 834/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos  
funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 835/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos fun-  
cionários deste Poder, neste relacionados.
- 836/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a  
Antônio da Silva, funcionário deste Poder.
- 837/77 - Compendo, Comissão de Sindicância, nos termos dos Artigos  
308 e seguintes da Lei número 6174, de 16 de novembro de  
1970.
- 838/77 - Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Lucia-  
no Antônio Bitencourt, funcionário deste Poder.

# DECRETOS LEGISLATIVOS:

## Números S Ú M U L A

- 451/77 - Exonerando Cláudio Pereira, funcionário comissionado deste  
Poder, com lotação no Gabinete do Deputado João C. Fadel.
- 452/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço  
em favor de Joel S. Natal, funcionário deste Poder.
- 453/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço  
em favor de Loizele R. Bitencourt, funcionário deste Poder.
- 454/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Zildete Teixeira,  
funcionária deste Poder.
- 455/77 - Mandando pagar a Parreiras Rodrigues, funcionário comissio-  
nado deste Poder, benefício que especifica.
- 456/77 - Retificando o inciso II, do Dec. Leg. número 286, de 2 de  
maio de 1977, na forma que especifica.
- 457/77 - Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de  
serviço em favor de Maria Menegusso, funcionária deste Poder.
- 458/77 - Revogando a pedido, o Art. 2º do Dec. Leg. 544/75, de 18 de  
julho de 1975.
- 459/77 - Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de  
serviço em favor de Antônio Sebastião da Cunha Gebran,  
funcionário deste Poder.
- 460/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Adilson Vicentini, funcionário deste Poder.
- 461/77 - Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de  
serviço em favor de Rosário Cardoso de Lima, funcionário  
deste Poder.
- 462/77 - Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de  
serviço em favor de Delta de Almeida Cardoso, funcionária  
deste Poder.
- 463/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço  
em favor de Maria S.M.A. Gurgel, funcionária deste Poder.
- 464/77 - Revogando a pedido, o Dec. Leg. 71/73, de 2 de março de  
1973.
- 465/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Joaquim M. Mello, funcionário deste Poder.

- 466/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de  
serviço em favor de Iracilda Silva Sertório, funcionária deste  
Poder.
- 467/77 - Retificando "ex-officio", o inciso II do Dec. Leg. número  
225/75, de 23 de abril de 1975, como determina.
- 468/77 - Concedendo a Júlia J. de Paula, funcionária deste Poder,  
benefício que especifica.
- 469/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Francisco Dranka, funcionário deste Poder.
- 470/77 - Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de  
serviço em favor de Judeth Scholtz, funcionária deste Poder.
- 471/77 - Aposentando Nilce Macedo Figueiredo, funcionária deste  
Poder.
- 472/77 - Mandando pagar, a Alceu C. Pires, filho do ex-funcionário  
deste Poder, Manoel Pires, falecido em abril de 1977, os bene-  
fícios que especifica.
- 473/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de  
serviço em favor de Alexandre Radicheski, funcionário deste  
Poder.
- 474/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Isaura Bravos, fun-  
cionária deste Poder.
- 475/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Isaura Bueno, funcionária deste Poder.
- 476/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Rubens Damas, funcionário deste Poder.
- 477/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Iraci da Silva Rudnik,  
funcionária deste Poder.
- 479/77 - Dispensando a pedido, a funcionária Lígia Maria da Silva da  
Secretaria deste Poder, das funções de Chefe de Seção de  
Cadastro de Funcionário do Departamento de Pessoal, e dá  
outras providências.
- 480/77 - Designando Izaura Bravos, funcionária deste Poder, para exer-  
cer as funções de Chefe da Seção de Cadastro de Funcionários  
deste Poder.
- 482/77 - Designando Luiz F. M. Carneiro, funcionário deste Poder, para  
exercer as funções de Assistente Técnico.
- 483/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de João Maria J. C. Araújo, funcionário deste  
Poder.
- 484/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Umberto M. Redeschi, funcionário deste Poder.
- 485/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de  
serviço em favor de Orlando Moro, funcionário deste Poder.
- 486/77 - Concedendo a Sebastião Bueno, funcionário deste Poder,  
reajuste nos seus vencimentos a que tem direito.
- 487/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço  
em favor de Sílvia R. Liegel, funcionária deste Poder.
- 488/77 - Concedendo a Edgar Távora Júnior, funcionário deste Poder,  
licença especial, conforme especifica.
- 489/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Alberto Carazzai Neto, funcionário deste Poder.
- 490/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Zeno Paciornik, funcionário deste Poder.
- 491/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Amado Zonatto, funcionário deste Poder.
- 492/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Zelma Lopes Wojcik, funcionária deste Poder.
- 493/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de servi-  
ço em favor de Alcides Zonatto, funcionário deste Poder.
- 494/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de José G. Filgueiras,  
funcionário deste Poder.
- 495/77 - Concedendo licença especial a Neusa Alves de Oliveira, funcio-  
nária deste Poder.
- 496/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de  
serviço em favor de Maria da Luz A. Soares, funcionária deste  
Poder.
- 497/77 - Retificando "ex-officio", o inciso III, do Dec. Leg. número  
370/76, de 21 de maio de 1976, na forma que especifica.

- 498/77 - Concedendo pensão mensal ao filho do ex-Deputado Lauro do Brasil Loiola, e dá outras providências.
- 499/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Luiz Alberto S. Cassal, funcionário deste Poder.
- 500/77 - Contando para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Joaquina L. José, funcionária deste Poder.
- 501/77 - Contando para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Rubens Damas, funcionário deste Poder.
- 502/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Vidal Vanhoni, funcionário deste Poder.
- 503/77 - Contando para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Eros Rüppel Abdala.
- 504/77 - Retificando o nome de Darcy Antônio Budell, para Darci Antônio Budel, funcionário deste Poder.
- 505/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Odir Gomes da Rocha, funcionário deste Poder.
- 506/77 - Retificando o Decreto Legislativo número 119/77, de 18 de março de 1977.
- 507/77 - Retificando o Decreto Legislativo número 20, de 14 de janeiro de 1966.
- 508/77 - Incorporando, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Juarez de Quadros Gonçalves, funcionário deste Poder.
- 509/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de José Rosa Filho, funcionário deste Poder.
- 510/77 - Retificando, "ex-officio", o item III do Decreto Legislativo número 211/75, de 23 de abril de 1975, e dá outras providências.
- 511/77 - Concedendo licença especial a Moisés Abdala Magalhães, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 512/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Siomara Lopes Gomide, funcionária deste Poder.
- 513/77 - Retificando o nome da funcionária deste Poder, Durcília Prestes dos Santos, para Durcília Prestes dos Santos Silva.
- 514/77 - Retificando o nome da funcionária Maria Lúcia Ratiski para Maria Lúcia Ratzk.
- 515/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Celi Eucléa Galiano, funcionária deste Poder.
- 516/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lázaro da Silva, funcionário deste Poder.
- 517/77 - Concedendo a Walter Cid Rodrigues e Silva, funcionário deste Poder, licença especial para tratamento de interesses particulares.
- 518/77 - Concedendo a José Agostinho da Silva, funcionário contratado deste Poder, benefício que especifica.
- 519/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Ênio Medeiros, funcionário deste Poder.
- 520/77 - Atribuindo a Gerson E. Passos, funcionário deste Poder, gratificação que especifica.
- 521/77 - Contando, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Emílio Mauro Barbosa, funcionário deste Poder.
- 522/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Gerson E. Passos, funcionário deste Poder.
- 523/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Guilhermino Figueiras, funcionário deste Poder.
- 524/77 - Concedendo a Francisco José da Cunha Gebran, funcionário deste Poder, 3 meses de licença especial.
- 525/77 - Designando Waldomira Demeterco, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo, conforme determina.
- 526/77 - Concedendo pensão mensal aos filhos menores do ex-Deputado José Rodrigues Vieira Neto.
- 527/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Carlos Janjão, funcionário deste Poder.
- 528/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Adairton B. Santos, funcionário deste Poder.
- 529/77 - Retificando, "ex-officio", o Decreto Legislativo número 15, de 22 de fevereiro de 1969, e dá outras providências.
- 530/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Roberto Diniz Satiro, funcionário deste Poder.
- 531/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Fausto Luiz Abry, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 532/77 - Aposentando Hugo Gabardo, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 533/77 - Concedendo licença especial de 3 meses a Alceu Ramos, funcionário deste Poder.
- 534/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria da Conceição Rodrigues, funcionário deste Poder.
- 535/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Chechelinski, funcionário deste Poder.
- 536/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Abel Frediano Marchiorato, funcionário deste Poder.
- 537/77 - Mandando, incorporar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Neusa Olívia Melara, funcionária deste Poder.
- 538/77 - Concedendo a Alceu Ramos, reajuste nos seus vencimentos, conforme determina o presente Decreto.
- 539/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço, em favor de Waldomira Demeterco, funcionária deste Poder.
- 540/77 - Contando para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Luciano A. Bitencourt, funcionário deste Poder.
- 541/77 - Colocando, Hilda Guiomar Arguello, funcionária deste Poder, à disposição do MEC.
- 542/77 - Provendo em comissão, Atanaildo Gural, no cargo de símbolo 3-C e prestar serviços no gabinete do Deputado Erondy Silvério.
- 543/77 - Concedendo a Nevinha Maria Cardoso, funcionária deste Poder, licença especial.
- 544/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lillian Mary dos Santos Rebello, funcionária deste Poder.
- 545/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Almir Oliveira dos Santos, funcionário deste Poder.
- 546/77 - Exonerando a pedido, Wilma W. Gusso, funcionária deste Poder.
- 547/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Agar L. M. Guimarães, funcionária deste Poder.
- 548/77 - Concedendo a Boarneges Meneses Caldas, funcionário deste Poder, 3 meses de licença especial.
- 549/77 - Retificando o nome da funcionária deste Poder, Olga Maria Rocha Athayde, para Olga Maria Rocha Athayde Camargo.
- 550/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Osvaldo Faria, funcionário deste Poder.
- 551/77 - Incorporando, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Renê Vasco Garcia, funcionário deste Poder.
- 552/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jorge Kudry, funcionário deste Poder.
- 553/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Dilmar Abílio Archegas, funcionário deste Poder.
- 554/77 - Concedendo à Francisca Silva Cavalheiro, funcionária deste Poder, reajuste nos seus vencimentos, conforme determina.
- 555/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Angelina Garcia Pacheco, funcionária deste Poder.
- 556/77 - Contando, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Terezinha Barbosa de Moura e Claro, funcionária deste Poder.
- 557/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Almir de Oliveira Santos, funcionário des-

- te Poder.
- 573/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Paulo Cesar P. Duboc, funcionário deste Poder.
- 574/77 - Exonerando a pedido, Paulo Cesar Pinho Duboc, funcionário deste Poder.
- 575/77 - Revogando o Decreto Legislativo número 472/75, de 7 de julho de 1975.
- 576/77 - Retificando o Decreto Legislativo número 98/77, de 15 de março de 1977, na forma que especifica.
- 577/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lúcia Maria da Veiga Segal, funcionária deste Poder.
- 578/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Izabel de Freitas, funcionária deste Poder.
- 579/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Alice Rosário Antunes, funcionária deste Poder.
- 580/77 - Designando Nelson A. Araújo, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle das Dotações do Departamento de Finanças.
- 581/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Joana de Biassio da Cunha, funcionária deste Poder.
- 582/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jahyr Dalagassa, funcionário deste Poder.
- 583/77 - Atribuindo a Ruy da Fonseca Pereira, funcionário à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gab. da Primeira Secretaria, percebendo a gratificação que especifica.
- 584/77 - Resolvendo que a dotação consignada no Orçamento do Poder Legislativo, destinado à Assistência Social, será aplicada por indicação dos Deputados nos termos do presente Decreto que serve de regulamento ao Art. 3º e seus parágrafos da Resolução 19/69, de 15 de agosto de 1969.
- 585/77 - Designando Ernesto Peracetta para prestar serviços no Gabinete da Liderança do MDB.
- 586/77 - Revogando a pedido, o Decreto Legislativo número 389/77 de 19 de maio de 1977, e dá outras providências.
- 587/77 - Designando Maria da Luz Azevedo Soares, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do D.A.
- 588/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Mário Augusto Guerra, funcionário deste Poder.
- 589/77 - Tornando sem efeito, "ex-officio", o Decreto Legislativo número 396/75, e dá outras providências.
- 589/77 - Tornando sem efeito, "ex-officio", o Decreto Legislativo número 396/75, de 12 de junho de 1975 e dá outras providências.
- 590/77 - Designando Lázaro da Silva, funcionário deste Poder, para prestar serviços no gabinete da Liderança do MDB.
- 591/77 - Concedendo acréscimo nos vencimentos de Horberto Huch, funcionário deste Poder.
- 592/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jonas Zampier, funcionário deste Poder.
- 593/77 - Concedendo a Maria S.M.A. Gurgel, funcionária deste Poder, acréscimo nos seus vencimentos.
- 594/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Lindamir dos Santos, funcionária deste Poder.
- 595/77 - Revogando a pedido, o Dec. Leg. número 431/76, de 4 de julho de 1976.
- 596/77 - Provendo em Comissão Nelson Prendin, funcionário comissionado deste Poder.
- 597/77 - Atribuindo ao funcionário deste Poder, Gabriel Brotto, função gratificada que especifica.
- 598/77 - Regulamentando o pagamento de diárias aos funcionários pertencentes ao quadro de pessoal deste Poder.
- 599/77 - Provendo em comissão Esmeralda Pereira da Silva, no Cargo de Assessor de Gabinete e dá outras providências.
- 600/77 - Retificando em parte, o Decreto Legislativo número 410/77, de 1º de junho de 1977, na parte que se refere ao funcionário Amado Zonato, da Secretaria deste Poder.
- 601/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Edison Heibel, funcionário deste Poder.
- 602/77 - Alterando o Art. 2º do Decreto Legislativo número 94/77, de 11 de março de 1977.
- 603/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria Lydia Ratzk, funcionária deste Poder.
- 604/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de João Farias, funcionário deste Poder.
- 605/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Raul Zipperer, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 606/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de José Maria Zanardini de Camargo, funcionário deste Poder.
- 607/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ayrton Précoma, funcionário deste Poder.
- 608/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Sílvia Peixoto Grana-do, funcionário deste Poder.
- 609/77 - Revogando o Decreto Legislativo número 21/77, de 25 de fevereiro de 1977.
- 610/77 - Revogando o Decreto Legislativo número 20/77, de 10 de fevereiro de 1977, e dá outras providências.
- 611/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Gilberto Félix da Silva, funcionário deste Poder.
- 612/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria Moreira Maceno, funcionária deste Poder.
- 613/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Myrthes M. Gomes, funcionária deste Poder.
- 614/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Maria Hercília Câmara Conter, funcionária deste Poder.
- 615/77 - Concedendo reajuste nos vencimentos de Gilberto Daros, funcionário deste Poder.
- 616/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Carmem Aparecida Fregoneze, funcionária deste Poder.
- 617/77 - Mandando contar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Rui Ferraz de Carvalho, funcionário deste Poder.
- 618/77 - Revogando a pedido, o Decreto Legislativo número 381/77, de 19 de maio de 1977, e dá outras providências.
- 619/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Manrique Gândara Filho, funcionário deste Poder.
- 620/77 - Tornando sem efeito, "ex-officio", o Decreto Legislativo número 357/77, de 11 de maio de 1977, pelos motivos que especifica.
- 621/77 - Promovendo os funcionários deste Poder, neste relacionados.
- 622/77 - Nomeando Doroti da Cunha Wolkmer, para exercer o cargo de Taquígrafo, no Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa.
- 623/77 - Tornando sem efeito, "ex-officio", o Decreto Legislativo número 423/77, de 1º de junho de 1977, e dá outras providências.
- 624/77 - Revogando o Decreto Legislativo número 495/77, de 29 de junho de 1977.
- 625/77 - Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Cléia Carneiro Teixeira, funcionária deste Poder.
- 626/77 - Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Hilton Ronald Alice, funcionário deste Poder.